

NA CAPA:

PRAÇA DE CAMÕES — Óleo de Abel Manta (pormenor) — 1932 (Museu da Cidade de Lisboa)

Revista Municipal

PUBLICAÇÃO CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

ANO XXXIII - NUMEROS 134/135 - 3.º E 4.º TRIMESTRES DE 1972

 $\begin{array}{c} DIRECTOR \\ \text{HENRIQUE MARTINS GOMES} \end{array}$

SUBDIRECTOR MÁRIO QUARTIN GRAÇA

> ASSISTENTE TÉCNICO ALFREDO THEODORO

> > DESENHOS DE JOSÉ PAULO JÚLIO GIL LUÍS OSÓRIO

SUMÁRIO

A TOMADA DE LISBOA EM «OS LUSÍADAS» - O PROBLEMA DAS FONTES — FERNANDO CASTELO-BRANCO * LISBOA E O SEU MUNI-CÍPIO NAS COMEMORAÇÕES CAMONIANAS — IRISALVA MOITA * E TU, NOBRE LISBOA ... - LUIS DE CAMÕES * POLÍTICA DE SOLOS NA URBANIZAÇÃO PORTUGUESA. O CASO DE LISBOA — MANUEL DOS SANTOS FERREIRA E CARLOS LEITÃO BURACA * LEGISLA-ÇÃO DOS REINADOS DE D. JOSÉ E D. MARIA I RELACIONADA COM A CIDADE DE LISBOA-II — I. E. MOREIRINHAS PINHEIRO * O IM-PERADOR DO BRASIL EM LISBOA (1871-1872) - MARIO QUARTIN GRAÇA * NOTICIÁRIO ARQUEOLÓGICO E ARTÍSTICO * DR. HENRI-**OUE MARTINS GOMES * INAUGURAÇÃO EM LISBOA DO MONUMENTO** A SANTO ANTÓNIO * DEIXOU A PRESIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE LISBOA O ENGENHEIRO FERNANDO DE SANTOS E CASTRO * CON-TINUAR A CONSTRUÇÃO DA LISBOA DO FUTURO - FÓRMULA APONTADA PELO NOVO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, CORONEL SILVA SEBASTIÃO * DESPACHO 14/72 * ACONTE-CIMENTOS CITADINOS * ÍNDICE GERAL DA «REVISTA MUNICIPAL»

A TOMADA DE LISBOA EM «OS LUSÍADAS»

- O PROBLEMA DAS FONTES



Luis de Camões, por Columbano.

L US de Camões deu em Os Lusiadas uma posição relevante à tomada de Lisboa por D. Afonso Henriques em 1147, posição que se traduz não apenas nos termos em que faz essa descrição, na forma como aprecia o acontecimento, mas também na extensão que consagra a esse feito.

Concentremo-nos sobre dois versos desse trecho do poema:

Quando a cidade, entrada, se rendera
.....
Desta arte, enfim, tomada se rendeu (¹)

Ressalta nitidamente, até porque por duas vezes é mencionado, que houve uma rendição. Ora tal pormenor, dito e repetido, suscita, segundo nos parece, um problema curioso: o da fonte onde Camões colheu essa notícia, que é exacta.

José Maria Rodrigues, estudando as fontes de Os Lusiadas diz: «uma das que o poeta seguiu mais de perto, não só quanto aos factos históricos ou que muito tempo foram considerados como tais, mas até, algumas vezes, pelo que respeita às próprias expressões é a Crónica de D. Afonso Henriques de Duarte Galvão» (2). Na verdade, se considerarmos que essa crónica apenas fornece notícias sobre D. Afonso Henriques e o seu reinado, são relativamente numerosos os trechos de Os Lusiadas cotejados por José Maria Rodrigues com o texto da Crónica de Duarte Galvão, que parecem indicar a presença e a influência desta. Na descrição da tomada de Lisboa, as coincidências são tão significativas que nos parece não poderem ser consideradas ocasionais:

FERNANDO CASTELO-BRANCO

Ajudada também da forte armada Que das boreais partes foi mandada.

Lá do germânico Albis e do Reno E da fria Bretanha conduzidos, A destruir o povo sarraceno Muitos com tenção santa eram partidos. (3)

Cinco vezes a Lua se escondera E outras tantas mostrara cheio o rosto, Quando a cidade, entrada, se rendera (°) «huúa frota de çemto e oiteenta vellas de gemte que naquelle tempo moueram d'Alemanha e de Imgraterra e de Framça pera guerrear os jmfiees por seruiço de Deus» (4).

«Durou ho cerquo perto de çimquo meses» (°).

Pintura seiscentista representando a tomada de Lisboa aos mouros por D. Afonso Henriques.





A conquista de Lisboa aos mouros em 1147. Pintura de José Avelar Rebelo.

Comentando estes versos de Os Lusiadas, Luciano Pereira da Silva, no estudo A Astronomia dos Lusiadas, escreveu: «Note-se que o poeta não diz que se completaram cinco meses lunares. Para se observarem cinco luas-novas e cinco luas-cheias basta que decorram quatro lunações e meia. O cômputo do poeta, de cinco lunações incompletas, concorda pois com a duração de perto de cinco meses, marcada pelo cronista. Aqui o poeta empregou os meses lunares, não porque ele fosse investigar as luas do ano de 1147, mas porque estes meses, contados pelo fenómeno bem visível das fases da Lua, se prestam melhor às descrições» (*).

Foi a batalha tão sanguina e fera Quanto obrigava o firme pressuposto De vencedores ásperos e ousados, E de vencidos já desesperados. (*)

«foy demtro a pelleia mujto mais fera quejamda sooe amtre jrados vemçedores e uemçidos desesperados» (°). Luciano Pereira da Silva, no seu estudo já mencionado, depois de cotejar a estância acima parcialmente transcrita com a *Crónica* de Duarte Galvão, diz: «Esta passagem [da *Crónica*] inspirou evidentemente a estância de que nos ocupamos» (10).

No entanto, apesar dos paralelismos indicados, José Maria Rodrigues não incluiu estes trechos por entre os diversos que utilizou para estabelecer a aproximação entre os dois autores. Talvez porque, apesar das semelhanças, a última das quais é flagrante, uma diferença muito importante se nota: a afirmação dita e repetida da rendição de Lisboa, da qual não há traça na Crónica de Duarte Galvão: «Emtrousse primçipalmente pella porta que ora chamam d'Alfama e des hi pellas outras portas; e depois demtrada foy demtro a pelleia mujto mais fera quejamda sooe amtre jrados vemçedores e uemçidos desesperados. Pelleiamdo ja os mouros com extrema desesperaçam e uoomtade de querer amtes morrer amte as mortes e perdimento de suas molheres e filhos, pays paremtes, e assi os christaãos com nam menos jmdinaçam, por jmfiees emtrados e uemçidos quererem ajmda mais deteer e dapnificar seu uencimento nam sse queremdo dar por vemçidos. Por tamto foi tam gramde a mortijmdade delles e sobeio o comto dos que foram mortos e trazidos a ferro que faz escusado cuidar quam poucos fiquariam» (11).

Onde terá Camões tido conhecimento de que Lisboa se rendeu aos cristãos em 1147? Em Acenheiro também não foi. Nas suas *Crónicas dos Senhores Reis de Portugal*, escritas entre Maio de 1535 (12) e Maio de 1536 (13), diz-se o seguinte: «e quamdo veo o dia dos Martires Sam Chrispim Sam Chrispiane, que sam aos vymte simo dias amdados do mês doutubro ano de Cristo de mil cento e quarenta e sete, e polla porta que ora chamão d'Alfama por ally foi tomada com muytas mortes dos Mouros, que muy pouquos ficaram. E tomada a Cydade Ell Rei…» (14).

Recorrendo a uma crónica mais antiga, a chamada de 1419 (18), também não se encontra a mínima referência à rendição de Lisboa: «E quando veyo em dia dos Marteres Crispim e Crispinyano, que som xxv andados do mes de oytubro, foi a cidade combatida. E com ajuda de Deos fizerom os Christãos ser tão fortes que pareçyom que nom temyam feridas, nem morte, nem cousas que lhes aviesem: tamto erom desejosos de seruyrem a noso Senhor Deos, e ganharem homra. E asy foy a cidade fortemente combatida e emtrada, pela porta que ora chamoom d'Alfama, e deshy pelas outras portas. E tam gramde foy a mortindade dos Mourros que erom mortos, que não ficarrom senão tam pouquos, que não erom pera fazer deles comta» (16).

Nunca se alude também a essa rendição na Crónica Geral da Espanha, em português, no capítulo 421, publicado por Magalhães Basto, onde se lê: «e foi sobre lixª e chegou hi no mes dooutubro e os mouros sairão a elle e llidarão com elle [D. Afonso Henriques] e sairão vencidos e cobrou delles a cidade por força darmas» (17). O mesmo sucede numa das Crónicas Breves e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra, a terceira, que, segundo Alexandre Herculano, data dos fins do século xv (18). Aí se descreve nos seguintes termos a conquista de Lisboa em 1147: «e foy [D. Afonso Henriques] sobre lixboa e chegou hi no mes doctobro na era de mil annos: sairam a elle e lidarom com elle e forom uencidos e cobrou el a cidade de lixboa per força darmas» (19).

Repete-se pois a pergunta: qual o autor ou o texto que teria informado Luís de Camões de que Lisboa se rendeu aos cristãos? O pormenor é verídico, conforme se verifica pela melhor fonte historiográfica da conquista de Lisboa em 1147 — a carta atribuída a Osberno (20), corroborada pela carta de Arnulfo e por outras fontes, como mais adiante veremos. Assim, na carta atribuída a Osberno, diz-se: «Hora autem quasi decima mari retrahente, nostri in harena conveniunt ut machinam [isto é, a torre móvel construída pelos atacantes | muro pedibus solum quattuor adicerent ut sic facilius pontem elicerent. Ad hantigitur muri defensionem omnes circumquaque Mauri conveniunt. Sed cum pontem quasi duorum cubitorum emissum viderent, et iam pene fieri nobis introentibus, ut nec vita reliqui victis

foret, voce magna conclamantes, nobis videntibus arma deponunt, manus submittunt, inducias vel usque mane supliciter postulantes» (21). Deste modo, «a mais circunstanciada e importante narrativa do sucesso», no parecer de Alexandre Herculano (22), descreve a rendição de Lisboa em 1147. Coincide com o testemunho de Arnulfo, que na sua epístola escreveu: «Videntes autem Sarraceni Lotharingos et Flamingos tanto fervore in arcem turris ascendentes, tanta formidine territi sunt, ut arma submitterent et dextras sibi in signum pacis dari peterent» (23).

Todavia não parece natural que Camões tenha sabido do facto através destes documentos, pois não há notícia de serem conhecidos entre nós no século xvi, tendo sido divulgados em Portugal muito mais tarde. Quando Alexandre Herculano publicou o primeiro volume da sua História de Portugal, em 1846, já conhecia a existência da carta atribuída a Osberno, mas não seu texto (24), motivo por que não a aproveitou nessa edição da sua obra (25). Quanto à carta de Arnulfo, que se encontra em «dois manuscritos dos mosteiros Aquicinctense e Gemblacense, foi primeiro publicada pelos beneditinos do mosteiro de S. Mauro in Veterum Scriptorum et Monumentorum Historicorum, Dogmaticorum, Moralium; amplissima collectio», no tomo primeiro aparecido em Paris em 1724 (26).

Se não foram decerto estes dois documentos que levaram ao conhecimento de Camões o pormenor da rendição de Lisboa, pode no entanto tê-lo sabido por intermédio do *Indiculum fundationis Monasterii beati vicentii ulixbone*, do qual existe uma cópia feita provavelmente no reinado de D. Afonso II ou no de D. Sancho II e que «nenhuns indícios apresenta, de que seja posterior ao século XIII» (²⁷): «Castra igitur dei tantis

O ataque dos cruzados e dos portugalenses às muralhas de Lisboa em 1147. Pintura de Martins Barata.



illustrata uirtutibus, talibusque nutrita fomentis, resumunt uires, acies firmant, Machinas erigunt, muros per circuitum arietibus cassant. Instant menibus telis, et iaculis, hostes undique coangustant, nec sinunt uel ad momentum quiescere. Pagani uero tantam christicolarum constantiam, tantamque cernentes instantiam, desperant anplius posse resistere, urbemque tradunt, bellicos ultra non ualentes ferre sudores. Erat enim iam pene consumpti, foris gladio, intus inedia panis et aque» (28).

A informação podia ter chegado ainda — mas menos provavelmente — através da Cronica da fundaçam do moesteyro de sam Uicente dos conegos regrantes: da hordem do aurelio doctor scto Augustinho en a cidade de Lixboa (29). Aí conta-se que os sitiantes de Lisboa «per força darmas com aiuda de deos ouuerom de romper os muros e entrar per força a dita cidade. E matarom na etrada tantas copanhas de mouros: que os rios do sangue corriã pellas praças da dita cidade. E entom feyta esta obra: ficaro hús poucos de mouros: e eram caualeyros; e pediró por merçe a elrey que os no mandasse matar» (30). Como se verifica, esta Crónica não se refere propriamente a uma rendição da cidade, pelo que nos parece mais provável ter sido o Indiculum que revelou a Camões o pormenor da rendição de Lisboa aos cristãos em 1147.

Poderá parecer estranho, mesmo surpreendente, que Luís de Camões, um poeta, lesse e conhecesse obras históricas como estas velhas crónicas monásticas e, para mais, acessíveis apenas através de cópias manuscritas. Mas assim aconteceu indubitavelmente. Já vimos que Luís de Camões se fundamentou largamente, para narrar os acontecimentos do reinado de D. Afonso Henriques, ou da sua vida, na Crónica escrita por Duarte Galvão. Todavia, só a pode ter lido por uma cópia manuscrita, porquanto só em 1726 foi pela primeira vez impressa. Demonstrou José Maria Rodrigues a larga influência recebida de Fernão Lopes, cronista que inspirou numerosos trechos de Os Lusiadas (31). Mas do mesmo modo só em cópias manuscritas pôde Camões ter lido as suas crónicas, pois a de D. João I foi publicada pela primeira vez em 1644, a de D. Pedro em 1735 e a de D. Fernando em 1796.

Surpreendente a leitura do Indiculum Fundationis Monasterie B. Vicentii Ulixbona? Também não, pois, segundo José Maria Rodrigues, uma das fontes de Os Lusíadas foi a obra, em latim, de André de Resende, Vicentius Levita et Martyr (32), publicada em Lisboa em 1545 (33) e na qual aparece a palavra Lusíadas (34).

Portanto parece-nos que o facto de indicarmos, como possível fonte de Os Lusiadas, uma obra escrita em latim e então apenas existente manuscrita, nada tem de singular, muito pelo contrário. De resto, as leituras de obras manuscritas deve-as ter realizado Camões, como é natural, em bibliotecas monásticas, e o Indiculum precisamente existia numa dessas bibliotecas — a de S. Vicente de Fora.

Julgamos portanto poder concluir que Luís de Camões teve como fonte das referências que faz ao cerco de Lisboa em 1147 a Crónica de D. Afonso Henriques de Duarte Galvão, tendo corrigido o conhecimento desse episódio, no que diz respeito ao pormenor da rendição da cidade, noutra fonte, talvez o Indiculum fundationis Monasterii beati vicentii ulixbone. Além de determinar mais uma fonte de Os Lusiadas, esta conclusão importa especialmente como a prova do interesse que Luís de Camões tinha pela história de Portugal e de que, para escrever o seu poema épico, se informou com um cuidado muito especial da evolução do nosso país e das nossas gentes, desde épocas recuadas até ao seu tempo. Isso permitiu-lhe descrever o cerco de Lisboa por D. Afonso Henriques com bastante minúcia e exactidão, sendo mais correcto no pormenor da rendição do que os cronistas de Quinhentos, Duarte Galvão e Acenheiro.

«O culto da autenticidade é uma característica da poesia camoniana em geral. Desta consideração — a que deram o nome de sentido da realidade — partiram os responsáveis por uma edição crítica da sua Lírica e, embora dela tivessem tirado inferências muito para além do que esse conceito metodologicamente pode dar, a afirmação de que partiram é válida», sustentou o Prof. Borges de Macedo (35). Este caso da descrição da tomada de Lisboa em 1147 e outros no mesmo género que se podem apontar em Os Lu-

siadas, e que foram abundamente documentados por José Maria Rodrigues no já referido estudo sobre as fontes do poema, mostram-nos que esse culto da autenticidade, esse sentido da realidade, também se estendeu à realidade histórica, pois houve, da parte do poeta, o desejo de evocar os acontecimentos pretéritos na sua autenticidade, evidentemente na autenticidade que lhe foi dado atingir e possuir.

(1) Os Lusiadas, III, 59, 3 e 60, 1. Seguimos nestas e nas outras transcrições o texto de José Maria Rodrigues, na edição nacional.

(*) O Instituto, 1905, vol. 52.°, p. 357. (*) Os Lusiadas, III, 57, 7-8 e 58, 1-4. (*) Crónica DelRey Dom Affomsso Hamrriquez, cap. XXXIX, Partial critical edition with introduction and notes by A.R. Nykl, Cambridge, Mass., 1942, p. 15. O Prof. Lindley Cintra considera esta edição como «cuidada» e lamenta não abranger os capítulos que tratam da batalha de Ourique no seu estudo Sobre a formação e evolução da lenda de Ourique in Miscelânia de Estu-

Pormenor do painel de azulejos da portaria do Mosteiro de S. Vicente de Fora representando a tomada de Lisboa em 1147.



dos em Honra do Prof. Hernáni Cidade, Lisboa, 1957, p. 169, nota 2. Como a edição de Nykl não se baseia no manuscrito existente na Torre do Tombo, o qual serviu precisamente de base à edição de José de Bragança, confrontámos os textos utilizados neste estudo, mas só encontrámos diferenças ortográficas. Cf. Crónica de D. Afonso Henriques, Portugália Editora, Lisboa, s.d., p. 158.

(5) Os Lusiadas, III, 59, 1-3.

(°) Cap. XXXIV, ed. Nykl, p. 16; ed. José de Bragança, p. 161.

(1) Obras Completas, Lisboa, 1943, vol. I, p. 317.

(*) Os Lusiadas, III, 59, 5-8.

- (°) Cap. XXXIV, ed. Nykl, p. 17; ed. José de Bragança, p. 163.
- (10) Obras Completas, Lisboa, 1943, vol. I, p. 317.
 (11) Cap. XXXIV, ed. Nykl, p. 17; ed. José de Bragança, pp. 162-3. Apresenta duas pequenas e insignificantes diferenças no texto.

(12) Prólogo, Inéditos de História Portugueza,

2,ª ed., Lisboa, 1926, vol. V, p. 12.

(11) Cap. XXV, idem, p. 364. No entanto um pouco antes desta data e no final do texto da Crónica lê-se: «E a Inquisição em Portugal pubricou-se o Natal de mil quinhentos e trinta sete». Deve tratar-se de uma adição posterior.

(14) Cap. VII, idem, vol. V, p. 37.

- (¹a) Sobre esta designação da crónica vejam-se os comentários do P. António Brásio in Algunas observações sobre a autoria das chamadas «Crónicas de cinco» e ados sete Reis» in Anais da Academia da História Portuguesa, Lisboa, 1959, 2.ª série, vol. 9, pp. 75-76.
- ("") Crónica do Rei D. Afonso Henriques, cap. XXII in Crónicas dos Sete Primeiros Reis de Portugal, XXII in Crónicas dos Sete Primeiros Reis de Portugal, ed. Silva Tarouca, reproduzindo o Códice Cadaval 965, Lisboa, 1952, vol. I, p. 79. O códice 886 da Biblioteca Municipal do Porto, onde se encontra a mesma crónica, não apresenta variantes de importância, neste trecho, relativamente ao Códice Cadaval. Veja-se a Crónica de D. Afonso Henriques, cap. 21 in Crónica de Cinco Reis de Portugal, Porto, 1945, ed. Magalhães Basto, vol. I, pp. 93-4.
- (17) Códice CV/2-23 da Biblioteca de Évora transcrito por Magalhães Basto em a Crónica de Cinco Reis de Portugal, vol. I. pp. 279-280

de Portugal, vol. 1, pp. 279-280.
(1s) Portugaliae Monumenta Historica — Scriptores, Olisipone, 1856, vol. I, p. 23.

(19) Idem, idem, vol. I, p. 29.

(2º) Sobre o problema da autoria desta carta o estudo mais completo e actualizado é o de Rui de Azevedo: A carta ou memória do cruzado inglês R. para Osberto de Baudsey sobre a conquista de Lisboa em 1147, Coimbra, 1962, pp. 10-15. (Separata da Revista Portuguesa de História, tomo VII).

(21) De Expugnatione Lyxbonensi — The Conquest of Lisbon ed. de Charles Wendell David, Columbia University Press, 1936, p. 164. Tivemos presentes as erratas apontadas por Rui de Azevedo a esta edição, no estudo mencionado na nota anterior, pp. 29-30. Nenhuma, porém, respeita ao trecho transcrito.

(22) História de Portugal, 7.ª ed., vol. III, p. 307.

- (²³) Conquista de Lisboa aos Mouros, complemento do vol. II da Lisboa Antiga, de Júlio de Castilho, 2.³ ed., Lisboa, 1936, p. 117.
- (²⁴) Escreveu o grande historiador, referindo-se à carta atribuída a Osberno: «Deve ser interessante, mas é conhecido só pela citação de Mr. Cooper» — História de Portuga, 1.ª ed., Lisboa, 1864, vol. I, nota XXII, p. 505.
- (25) «Narrando a conquista de Lisboa acingimonos quanto às circunstâncias do assédio, à carta de

Arnulfo, à crónica de Dodequino e ao Indiculum» — idem, vol. I, nota XXIII, p. 507.

- (28) A. Vieira da Silva no prefácio da Conquista de Lisboa aos Mouros, p. 21.
- (27) História de Portugal, 1.ª ed., vol. I, nota XXII, p. 507.
- (28) Portugaliae Monumenta Historica Scriptores, vo. I, p. 92, § 10.
- (29) Anselmo assinala a existência de dois exemplares da primeira edição desta obra publicada em 1538 em bibliotecas particulares e um na Biblioteca Pública de Évora (Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI, Lisboa, 1926, p. 124, n.º 454), onde se encontra na secção dos Reservados (Armando de Gusmão: Livros impressos no século XVI existentes na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Evora - I -Tipografia portuguesa, Evora, 1964, p. 80, n.º 312). Informa ainda Anselmo que «em 1873 José Maria Nepomuceno fez imprimir no Porto uma reprodução em fac simile desta obra». Deve ser essa a edição que consultámos na Biblioteca Nacional de Lisboa (R. 11.797V) pois coincide no ano e local de publicação. Não encontramos, no entanto, a indicação do editor, nem é em fac-símile, dizendo-se no final ser «a reprodução rigorosa» da edição de 1538. Acompanha-a página a página, sem numeração, imprimindo o texto em caracteres modernos.
- (3º) Herculano publicou esta Crónica, segundo um apógrafo quinhentista, proveniente do Mosteiro de S. Vicente de Fora, existente na Torre do Tombo. No trecho transcrito não se encontram diferenças significativas, a não ser eesta boa obra» em vez de «esta obra». Cf. Portugaliae Monumenta Historica Scriptores, vol. I, pp. 392 e 408. Tal diferença não se regista num texto dessa crónica, com letra do séc. XVII, publicado por Afonso de Ornelas nos Anais da Academia Portuguesa da História Ciclo da Fundação da Nacionalidade, Lisboa, 1940, vol. II, p. 163.
- (*1) O Instituto, 1908, vol. 55.°, pp. 155-80; 1909, vol. 56.°, pp. 530-45; 657-70 e 751-8; 1910, vol. 57.°, pp. 20-32; 85-94; 154-164; 282-292; 354-65; 481-96 e 544-57.
- (22) O Instituto, 1904, vol. 51.0, pp. 754-61; 1905, vol. 52.0, pp. 56-62 e 183-7.
- (25) António Joaquim Anselmo: Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI, Lisboa, 1926, p. 304, n.º 1046.
- (**) A este respeito escreveu D. Manuel II: «esta observeu l'*Vicentius Levita et Martyy*] rara de Resende desperta o nosso interesse por tratar de S. Vicente, Padroeiro de Lisboa, e por ter sido neste poema que Mestre André empregou a palavra *Lusiadas* [...] Entre os muitos títulos que honram o ilustre humanista, sobressai o de ter sido o inventor da palavra *Lusiadas*, por ele explicada no seu *Vincentius*, e que Camões adaptou——*Livros antigos portugueses*, Londres, 1932, vol. II, pp. 172 e 177.

Figurou esta obra na «Exposição Bibliográfica, Iconográfica e Medalhística de Camões» realizada na Biblioteca Nacional de Lisboa, em cujo Catálogo, com notas bibliográficas do Prof. José V. Pina Martins, se diz: «Foi neste texto que pela primeira vez apareceu a palavra «Lusiadas», embora o termo já tivesse aparecido muito antes, ainda com um sentido diferentes. (Cf. p. 281-2, n.º 550). Figurou igualmente na «Exposição da Biblioteca Camoniana de Dom Manuel IIs efectuada no Paço Ducal de Vila Viçosa, na secção «Invenção da palavra «Lusíadas». Veja-se no respectivo Roteiro, n.º 251.

(35) História e doutrina do poder n'Os Lusiadas, Lisboa, 1972, pp. 6-7.

LISBOA E O SEU MUNICÍPIO

NAS COMEMORAÇÕES CAMONIANAS

IRISALVA MOITA



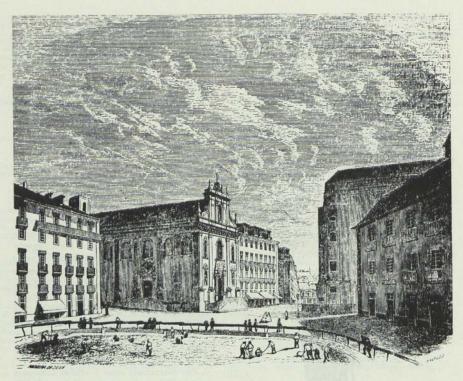
S E continuam a subsistir incertezas quanto ao local de nascimento de Luís de Camões, não resta, porém, dúvida de que Lisboa foi a cidade eleita para a sua residência, teatro da sua turbulenta mocidade e refúgio da sua precoce e desiludida velhice. Em Lisboa, morreu o Poeta, algures, não se sabe bem onde, e foi a enterrar na velha igreja de Santana, onde, com os anos, se perdeu o local da sua sepultura. E se compôs Os Lusiadas nas mais variadas partes (Lisboa? India? Macau?), é, porém, às Ninfas do Tejo que pede a sublime inspiração que o leva a criar o imortal Poema, e é em Lisboa, ainda, que, em 1572, sai à luz a 1.ª edição, impressa na oficina de António Gonçalves.

A este entranhado amor à «nobre Lisboa» e ao «pátrio Tejo» têm correspondido a Cidade e o Município com largueza e alto sentido patriótico, pertencendo-lhes a iniciativa e o primeiro lugar em todas as grandes homenagens que o País tem consagrado ao Épico.

Neste ano em que a Nação festeja o 4.º centenário da publicação de *Os Lusiadas* vale a pena rememorar algumas das homenagens em que a sua acção foi mais decisiva.

1.º — Cerimónia da colocação da primeira pedra do monumento erigido, em Lisboa, a Luís de Camões — Foi o séc. XIX com o historicismo dos românticos que lançou a voga de consagrar, através de manifestações públicas, as grandes figuras do passado. Entre nós, impôs-se, desde logo, como primeira dívida a saldar pela Nação, homenagear Luís de Camões.

A ideia de consagrar ao Poeta uma grande homenagem, construindo-lhe um monumento,



A C. M. L. prepara o Largo de Camões para a cerimónia da colocação da primeira pedra do monumento a Luís de Camões (Do Arch. Pit., vol. IV. pág. 65).

nasce em Paris, quando da publicação da monumental edição de Os Lusiadas patrocinada pelo Morgado de Mateus (1817), acontecimento que é comemorado com a cunhagem de uma medalha (1819), assinada por Donadio e gravada na Casa da Moeda daquela cidade. Chegou a ser constituída uma Comissão para conseguir os fundos necessários, presidida pelo Marquês de Marialva, então nosso embaixador na capital francesa, de que fazia parte o Morgado de Mateus, D. José Maria de Sousa Botelho Mourão de Vasconcelos. Apesar de esta Comissão ter conseguido o apoio real, a ideia não vingou, devido, principalmente, à má vontade de alguns sectores nacionais, feridos nos seus brios por terem sido admitidos ao concurso artistas estrangeiros.

Por volta de 1835 ou 1836 novamente a ideia de erigir um monumento a Camões tornou a estar na ordem do dia, patrocinada, com grande entusiasmo, por António Feliciano de Castilho, na altura fazendo parte da Comissão que o Governo acabava de nomear para proceder a sondagens na igreja de Santana para a identificação da perdida ossada do Poeta.

O projecto de erecção do monumento a Luís de Camões só veio, porém, encontrar eco quando, nomeada nova Comissão em 1855, depois da morte de Almeida Garrett, para prosseguir com as sondagens iniciadas, sem resultado, anteriormente, aquela, de que faziam parte, entre outros, o erudito Visconde de Jeromenha, Carlos da Silva Maia, o Visconde de Monção, etc., possuindo-se

I chelo da solumnidade da collecação da pedra fundamental domo numento que o var misir ao grande poeta stacional ding debameir von sinte rito diás do my de punho de amor do nacionale de Victor, e para de Lui debameir, antes denominada de Vonto; o procedur à como nia da celoração da pedra fundamental do monumento que a com nia da celoração do pedra fundamental do monumento que a com sión forma requisita de significação per subserpera nacional, premerida pela forma requisito:

allina Il metres , 44 continuetres.

Experte o modelo ao exame publico na sala das paces de tenedhomo micipal de Libra, ao mount tempo instituin a uma bomeninais compos. la das puscas abairo aminadas, não só para julga o especido niede los

mas tambem para alcaricar os mais de or the das execução.

Diper de asponder o medilo per dua allagestrate El Su o Anhor Dicho V, de salidara e indelant intermoria, e por un degute de El Su o de sulos V, de salidara e indelant intermoria, e por un degute de El Su o de sulos V. Amande, que Deu qua des asim como polos membros da los misas publicas esta em 14 de junho de 1860 uma circula dirigida a todo o districtor, conelha e parachas descriros e mas pomeses, asim como aos constados de fatugat mas differentes nacios oficalmente aco de imperio do Brasil conde misdom tanto mistano de partugues, que comprehente de Brasil conde misdom para tedas os committendados de que en anterior en intermorio continuador de mais acultada de quantas a recolherano tanto de nacionas, como de estamais acultada de quantas a recolherano tanto de nacionas, como de estamais

Realisado a comma necesaria para u das enercea ao monumento apporado, se contractor com o referido estatuario heter Bastos dal sedictuido para u inaugurar un 1864, tende se priviamente de cilidague le transum na praese do forete. Para este fim se regenere a bamara chunicipal de distra a hancien de contrator e as governo de crea esta quelade a desenviname Raça de les fils bamais. I bamara chunicipal nai es anneim a este pedido mai a custa da cidade, mandou faste testa necessaria para que n'aquella paca se podem beranta o projectado monumento.

Estando ja concluido o alicerez e as obos necessarios para a colheccare da pedro fondamental, o Marchal Degre de Haldanha, presidente da blumnissas bential dos subscriptores ación o commencios pelo chimistorio

da convicção de que havia identificado a gloriosa sepultura, publica o respectivo relatório.

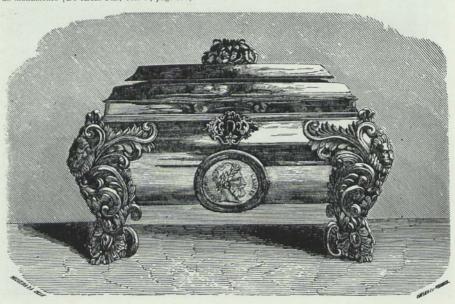
Impôs-se então a necessidade da construção imediata do monumento. Vítor Bastos, professor substituto da Academia de Belas-Artes, escultor então em voga, antecipando-se a qualquer concurso, apresenta, para ele, em 1859, um projecto que vai obrigar a uma decisão.

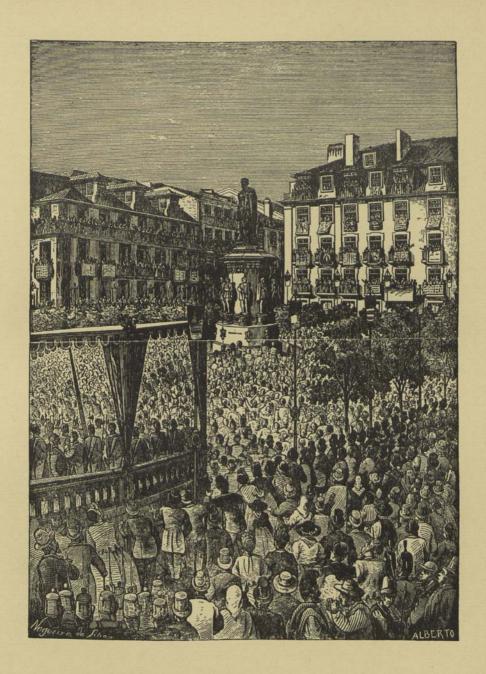
O modelo, que esteve em exposição nos Paços do Concelho, obteve o aplauso geral — apenas foram introduzidas pequenas alterações nas figuras históricas que rodeiam o pedestal — e Castilho aproveita a oportunidade para insistir no dever da Nação em lhe dar concretização rápida. Constituiu-se, então, uma Comissão Central para angariar os meios materiais, através duma subscrição pública, presidida pelo Duque de Saldanha e da qual faziam parte o Conde de Farrobo e o Visconde de Jeromenha, o capitalista José Maria Eugénio de Almeida, o Visconde de Meneses e Francisco Metrass, escritores e poetas, como António Feliciano de Castilho e Mendes Leal.

Esta Comissão, agindo com grande fervor patriótico, consegue o apoio real — D. Pedro V aprova o projecto — e alarga o seu raio de acção ao Ultramar e Brasil, tendo a colónia portuguesa concorrido com uma participação substancial.

Foi, porém, decisivo o apoio que a Comissão encontrou da parte do Senado do Município que tudo facilitou, desde a cedência do terreno, às obras de terraplenagem e às fundações que se dispôs a fazer à sua custa. Tendo atendido a primeira sugestão apresentada pela Comissão Central, que se decidira, para a edificação do monumento, pela praça do Loreto, estava também na disposição de fazer idêntica cedência se, acaso, a hipótese levantada por alguns dissidentes, de edificar o monumento à entrada do Passeio Público do Rossio, obtivesse o necessário apoio. Foi, porém, a primeira escolha que vingou. Tratava-se dos chãos onde outrora se levantara o palácio dos Marqueses de Marialva, que se arruinara com o terramoto de 1755 e o incêndio que se lhe seguiu, transformando-se num amontoado de ruí-

O cofre de prata que foi lançado nas fundações do monumento (Do Arch. Pit., vol. V, pág. 136).





nas, adaptadas a mesquinhas moradias, a que se vieram juntar um grande número de barracas. Este conjunto informe de ruínas e barracas, conhecido por *Casebres do Loreto*, foi objecto duma discutida demanda intentada pela Câmara Municipal em 1837 e o seu proprietário, então o Duque de Lafões, sendo arrasado, por intervenção do Governo, em 1859.

Feita a cedência do terreno, é emitido, a requerimento do mesmo Município, o edital, com data de 12 de Outubro de 1860, atribuindo àquele largo a denominação de Praça de Luís de

Camões.

Tudo estava, finalmente, pronto para a cerimónia da colocação da pedra de fundação, a primeira grande homenagem tributada pela Cidade ao Épico. Marcada para as 18 horas do dia 28 de Junho de 1862, ia obedecer a um programa organizado com grande solenidade, conforme de-

sejo do jovem Soberano.

Convidado a participar na cerimónia, D. Luís ofereceu-se para «por suas reais mãos» fazer, ele próprio, o assentamento da primeira pedra e, à hora programada, compareceu, acompanhado do Rei D. Fernando II e de todos os altos dignitários da Corte. O cerimonial, que decorreu na praça vistosamente engalanada, revestiu-se de grande pompa e majestade, de acordo com um protocolo rigoroso, e nela tomaram parte as agremiações científicas e literárias da Cidade e as várias corporações com a respectiva bandeira. Em lugar de honra, a Câmara Municipal de Lisboa, que ficou detentora do traslado do Auto de Solemnidade da collocação da pedra fundamental do monumento e das chaves com que o Soberano cerrou o artístico cofre de prata, onde foram depositados o Auto, a placa de cobre prateado com inscrição comemorativa e as moedas do estilo.

2.º — Inauguração do monumento a Luís de Camões — Apesar de D. Luís ter manifestado o desejo, no agradecimento e louvor que dirigiu à Comissão Central em 3 de Junho de 1862, de que se prosseguisse «com igual diligência» em tornar efectivo o monumento, e de o artista, que o ajustara pelo preço de 38 000\$00 réis, se ter comprometido a dá-lo por concluído no prazo de dois anos, só em 1867, no dia 9 de Outubro, foi aquele, finalmente, inaugurado.





Medalha comemorativa da inauguração do monumento, modelada por Frederico Augusto de Campos.



A Comissão Executiva da Imprensa promotora das Festas do Tricentenário da Morte de Luís de Camões em 8, 9 e 10 de Junho de 1880, segundo caricatura de Rafael Bordalo Pinheiro.

Revestiu-se, porém, o acontecimento dum cerimonial e solenidade idênticos aos preparados para a cerimónia anterior. D. Luís I, D. Fernando II e o Príncipe D. Augusto, acompanhados de toda a Corte, tomaram lugar no pavilhão real ali construído, saudados à chegada pelas bandas de música que tocaram a marcha dedicada a Camões por Artur Frederico Reinhardt. Presentes também todas as agremiações e corporações da Cidade, entre as quais a Câmara Municipal de Lisboa, que muito concorrera para o brilho da cerimónia e a quem fora entregue, depois de assinado, o auto da inauguração.

No momento em que era descerrado o monumento por D. Luís I e D. Fernando II, de novo as bandas em conjunto tocaram a marcha dedicada a Camões pelo Prof. Guilherme Cossoul.

Para comemorar o brilhante acontecimento foi cunhada uma medalha na Casa da Moeda, oferecida aos Soberanos durante a cerimónia.

3.º — O 3.º centenário da morte de Luís de Camões (1580-1880) — O sucesso alcançado pelas cerimónias anteriores não foi, certamente, alheio ao entusiasmo e exigência postos na organização dos festejos com que a Cidade concorreu para as comemorações do 3.º centenário da morte de Luís de Camões.

Ainda que todo o País e até o Ultramar e o Brasil se tivessem associado às homenagens a Camões, no tricentenário da sua morte, coube a Lisboa e, especialmente, à Comissão Executiva da Imprensa (¹), a sua iniciativa e programa, à qual se associaram os organismos oficiais e a Câmara Municipal de Lisboa, então da presidência de Rosa Araújo.

As cerimónias abriram no dia 8 com o cortejo fluvial que acompanhou a Belém os restos mortais de Vasco da Gama e Luís de Camões, colocados, cada um, em sua galeota, artisticamente fantasiadas para o efeito. Do Cais de Belém, onde desembaracaram, seguiram, sempre acompanhados de imponente cortejo, para os Jerónimos, onde eram aguardados pela Família Real.

A grandeza e aparato deste cortejo, constituído por um grande número de vistosas embarcações embandeiradas, qual delas mais artística, deslizando, num lindo dia de sol, Tejo abaixo, constituiu um espectáculo duma beleza que ficou por muito tempo gravado na memória das gentes que o presenciaram e que levou o articulista de O Ocidente a rematar a sua descrição, desabafando entusiasmado: «Foi um espectáculo épico».

Ainda não refeita da forte emoção que lhe provocara o cortejo fluvial, já a população de Lisboa era convidada a incorporar-se no cortejo cívico do dia 10, cerimónia clímax das comemorações, na realização da qual a Comissão Executiva da Imprensa pusera o melhor do seu poder inventivo.

A procissão saiu do Terreiro do Paço, onde, num elegante pavilhão, projecto do arquitecto Luís Monteiro, D. Luís, na presença da Corte e do Governo, assinara, na manhã daquela dia, o auto da cerimónia, com a pena de oiro que, em seguida, foi oferecida à Câmara Municipal de Lisboa pela Comissão da Imprensa, em gentil atitude de agradecimento pelo apoio recebido da municipalidade.

Nela incorporaram-se todas as associações e corporações da Cidade com os seus respectivos

estandartes desfraldados — em lugar de honra, a Câmara Municipal de Lisboa com o seu rico estandarte, bordado a ouro e prata sobre «faille» branco, encomendado propositadamente para esta cerimónia — o comércio, a indústria, o exército, a marinha, funcionalismo, corpos escolares, enfim, todas as forças e actividades da Nação, cada qual precedida pelo respectivo carro alegórico, para a concepção dos quais foi requerida a imaginativa dos mais distintos artistas da época: o carro da Arte, sobrepujado pela estátua do Génio, projecto de Simões de Almeida; o carro das Colónias, desenhado por Columbano Bordalo Pinheiro, que se inspirou em motivos exóticos (colchas da Índia, troféus africanos e asiáticos, ídolos africanos, etc.); o carro do Exército, pesado e severo, da traça de Silva Porto; o do Comércio e Indústria, sobrecarregado de decoração, delineado por José Maria Pereira; o carro da Marinha, um galeão do século xvi, imaginado por Thomazini; o carro da Agricultura, de grande simplicidade, e, finalmente, o da Imprensa, desenhado por José Luís

O pavilhão levantado no Terreiro do Paço onde foi assinado o Auto do Cortejo Cívico (De O Ocidente, 1880, pág. 112).



Monteiro e que se impunha pela elegância e sobriedade de linhas.

O imponente cortejo, que saíra do Terreiro do Paço, prosseguira, lentamente, através da cidade, encaminhando-se para a Praça Luís de Camões, onde também se levantara vistoso pavilhão. Depois de cada uma das corporações nele representadas passar, em atitude de saudação, diante da estátua do Épico, afastava-se para, a seguir, ir depor uma coroa de flores no pedestal do monumento.

O cortejo, que se iniciara solene e digno, na severidade dos trajes de gala exigidos pelo protocolo, findava delirantemente vitoriado pela multidão, que, ultrapassada pela grandeza do espectáculo que acabava de presenciar, desabafava em saudações clamorosas.

Numa cidade inundada de luz e entusiasmo, com as ruas e praças artisticamente enfeitadas com iluminações caprichosas, sucedem-se, nos dias 8, 9 e 10 de Junho, várias comemorações e homenagens, algumas de pura iniciativa particular.

Henry Burnay, então empenhado na construção do Bairro das Picoas, associa a sua inauguração às comemorações camonianas, ao mesmo tempo que a Câmara acede em denominá-lo Bairro Camões.

A sombra do patriótico acontecimento nascem, por outro lado, agremiações de carácter cultural e associativo, como o Ateneu Comercial de

Medalha comemorativa do tricentenário da morte de Luís de Camões, modelada por Molarinho.





Lisboa e a Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses, enquanto a Sociedade de Geografia, que mandara cunhar uma medalha comemorativa, organiza, na sua sede, uma erudita exposição camoniana e a Associação Tipográfica Lisbonense homenageia o Poeta com uma sessão solene.

Na noite do dia 13 Lisboa vai assistir, novamente, a um espectáculo feérico que lhe é especialmente oferecido. A sociedade interessada na construção do recém-inaugurado Bairro Camões resolve festejar este acontecimento, homenageando, ao mesmo tempo, o seu glorioso patrono, com um jantar e uma esplendorosa festa em honra da cidade, com um deslumbrante espectáculo de fogo de artifício, especialmente encomendado em Londres ao pirotécnico Pain, organizada em pavilhões levantados por aquela sociedade nos jardins do Palácio do Conde de Redondo, enfeitados, para o efeito, com custosas iluminações.

As festas do centenário agitaram toda a população de Lisboa, todos foram por elas, mais ou menos, solicitados. Os artistas e artífices foram chamados a participarem no embelezamento da cidade e na organização dos festejos; os escultores recebem encomendas para modelarem bustos do Poeta e maquetas para medalhas (é longa e variada a série de medalhas comemorativas do tricentenário da morte de Camões); solicitam-se modelos para cartazes e para cartões (Rafael Bordalo Pinheiro, que ilustra a longa série das «Crónicas do Centenário», não despidas de certa virulência, publicadas em O António Maria, desenha os modelos para os cartões de Sócio do Ateneu Comercial e da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses).

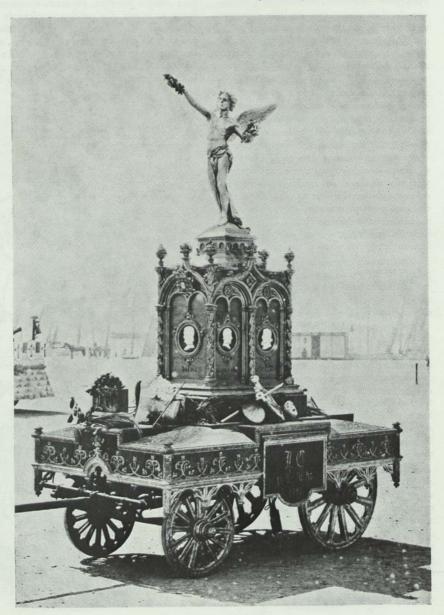
O comércio, por seu turno, aproveita o entusiasmo que criou na população o acontecimento e lança produtos, a coberto duma propaganda camoniana que atinge, por vezes, os limites do anedótico. Aparecem os lenços com estampas e dizeres alusivos ao acontecimento, os pratos com estâncias de Os Lusíadas, bolos com complicadas decorações camonianas, e até se vendem medalhas com a efígie de Camões, preparadas com a respectiva suspensão, como se de medalhas de devoção se tratasse. O acontecimento, que nascera movido por pura intenção patriótica, electrizara e consciencia-lizara as massas. Os políticos, explorando um certo mal-estar produzido por algumas atitudes reticentes da parte da Corte e do Governo, aproveitam para acordar no povo novos ideais republicanos. O banquete oferecido, no dia 4 de Julho, à Comissão da Imprensa e à Câmara Mu-

Camões agradece ao Município o apoio dado às Festas do Centenário, segundo uma caricatura de Rafael Bordalo Pinheiro.



Como o grande epico abraça o municipio cheio de reconhecimento, penalisado per não poder votar n'elle por ter morrido ha tres seculos.

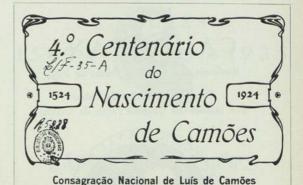
(Se morresse ha tres annos era talvez possivel.)



nicipal de Lisboa, nos jardins do Palácio do Conde de Redondo, que decorreu num clima de grande excitação, pode ser considerado o primeiro acto político que vai abrir a longa série que preparará, trinta anos mais tarde, o advento do regime republicano em Portugal.

4.º - O 4.º centenário do nascimento de Camões (1524-1924) — Se as homenagens anteriores consagradas a Luís de Camões contaram com o apoio e larga comparticipação do Município, a sua iniciativa não foi, porém, da sua responsabilidade. Nas comemorações do 4.º centenário do nascimento do Poeta vai, porém, pertencer-lhe não só a iniciativa, mas grande responsabilidade na elaboração do programa e sua realização. Efectivamente, foi na sessão camarária de 16 de Novembro de 1923 que o então vereador da Câmara, Alexandre Ferreira, depois de vários considerandos que o levam a concluir que «a Câmara Municipal de Lisboa deve avocar a si a iniciativa da realização da comemoração do centenário do nascimento de Luís de Camões, coordenando todas as forças de lusismo para continuar a função que exerceu a apoteose em 1880, preparando a grande festa da Raça», propõe «que a Câmara Municipal de Lisboa tome a iniciativa da comemorção do centenário do grande Poeta Luís de Camões...».

Pela pasta da Instrução Pública, o Governo apoia a iniciativa da Câmara (Portaria publicada no «Diário do Governo», n.º 99, 2.ª série, de 20 de Abril de 1924), elege o dia 10 de Junho de 1924 como a data fulcro da consagração nacional a prestar ao Épico, e decide, como era de justiça, reservar à Municipalidade lugar proeminente nessas consagrações. Nomeada a Comissão Nacional pelo Governo - foi oferecida, por deferência para com a Câmara, a sua presidência ao Dr. Sebastião da Costa Santos, presidente do Senado Municipal, e dela faziam parte outros membros da vereação, entre os quais, Alexandre Ferreira, nomeado secretário-geral — esta, por sua vez, constitui uma Comissão Executiva das comemorações, presidida pelo Dr. Sebastião Magalhães Lima e de que eram vogais os Dr. José Maria Rodrigues, Alexandre Ferreira, General Abel Hipólito, Dr. Alfredo Guisado, Alberto Zagalo Fernandes, Moses Bensabat Amzalak, Dr. João de Barros e Joaquim Manso.



MDXXIV-MCMXXIV

Programa das cerimónias comemorativas do 4.º centenário do nascimento de Luís de Camões (de 3 a 10 de Junho de 1924).

As festas, que foram reclamadas com um cartaz da autoria de Sousa Lopes, obedeciam a um programa elaborado por aquela Comissão e que se prolongava por toda uma semana (do dia 3 ao dia 10 de Junho). Incluía várias sessões solenes, a de abertura na Câmara Municipal de Lisboa, com a assistência do Presidente da República e Governo; inauguração de três exposições camonianas (na Biblioteca Nacional, organizada por Jaime Cortesão, António Sérgio e Raul Proença; na Associação dos Arqueólogos Portugueses e na Imprensa Nacional); várias conferências e espectáculos (récita de gala no Teatro Nacional; ma-

EXPOSIÇÃO CAMONEANA

Realizada de 9 a 12 de Junho de 1934

Paços do Concelho de Lisboa Por ocasião das Grandes Festas da Cidade



Serviços Industriais da Câmara Municipal de Lisboa Ano de 1934



Pos várias formas tem Lisboa mostrado e continua a mostrar quanto apreço lhe merece o autor de Os Lusiadas.

Embora não seja indiscutivel que Camões nascesse nesta cidade, refere-se contudo a ela em termos que muito devem desvanecer os seus moradores.

Assim, em III, 57, Lisboa è indiscutivelmente a princesa das outras cidades do mundo e tem o domínio dos mares:

> E tu, nobre Lisboa, que no mundo Fàcilmente das outras és princesa,

PITO DOUTOR JOSÉ MARIA RODRIGUES

Tu, a quem obedece o Mar profundo. Obedeceste à força portuguesa. Catálogo da Exposição Camoniana realizada nos Paços do Concelho de 9 a 12 de Junho de 1934.

Programa das Festas da Cidade de 1934 — página com ilustração de Almada Negreiros alusiva a Camões,

tinées gratuitas, manifestações desportivas, festas populares); romagem ao monumento de Camões e, finalmente, no dia 10, um cortejo cívico que desfilou em frente dos Paços do Concelho, em grande parte inspirado no cortejo cívico com que culminaram as festas do tricentenário.

A estas juntaram-se um grande número de pequenas sessões de homenagem, partindo das mais diversas instituições e agremiações (de ensino, desportivas ou de recreio) e dos mais diversos pontos do País e até do estrangeiro, que todos acorreram ao convite lançado pela Câmara Municipal de Lisboa, que fecha as comemorações comparticipando nos festejos camonianos realizados em Madrid de 13 a 17 de Dezembro, para os quais fora especialmente convidada.

Ainda que estas comemorações não tenham atingido o brilho e o entusiasmo dos festejos consagrados ao Poeta no tricentenário da sua morte, mercê, talvez, por um lado, de um programa demasiado sobrecarregado e, por outro, da forte tendência partidária que as norteou, num esforço de identificação do culto de Camões com o culto da Pátria e da República que lhes tirou grande parte da espontaneidade, atingiram, porém, alto nível cultural, impulsionadas pela devoção patriótica de Alexandre Ferreira, Sebastião Magalhães Lima e do poeta João de Barros, tendo sido nelas intervenientes altos expoentes do espírito português, como Jaime Cortesão, Dr. José Maria Rodrigues e Dr. António Sérgio.

Uma portaria emanada através do Ministério da Instrução Pública, de 2 de Julho de 1924, concede público louvor à Comissão das Festas Camonianas, Câmara Municipal de Lisboa e, em especial, ao vogal Alexandre Ferreira, alma e principal organizador das festas do 4.º centenário do nascimento de Camões.

5.º — Homenagens a Camões integradas nas Festas da Cidade — Quando em 1934 a Câmara Municipal de Lisboa instituiu as Festas da Cidade que, nesse ano e no seguinte de 1935, tiveram brilho desusado, a Comissão então nomeada para as programar e organizar, presidida por Luís Pastor de Macedo, querendo nelas introduzir manifestações de carácter científico e cultural, de forma que estas não só divertissem como também educassem o «bom povo de Lisboa», aproveitando o facto de estas decorrerem no mês de Junho, resolvem introduzir no respectivo programa homenagens a prestar a Luís de Camões.

A inauguração oficial dos festejos de 1934 abriu, no dia 9 de Junho, com uma Exposição camoniana de bibliografia e iconografia, organizada nos Paços do Concelho, com a colaboração de Afonso Dornelas e José Maria Rodrigues, constituindo o seu catálogo um dos mais interessantes e completos repositórios de documentação camoniana entre nós. Seguiu-se, no mesmo dia, uma conferência sobre a vida e obra de Luís de Camões pelo ilustre camonianista Prof. Hernâni Cidade. Entre as cerimónias programadas para as festas de 1935 figurou, no dia 10, a cerimónia do descerramento duma lápide camoniana colocada no Convento de Santana, sobre o local onde se pensa esteve o túmulo de Camões. Por outro lado, a Feira do Livro, atendendo a uma sugestão da Câmara, dedica esse dia aos Poetas Portugueses em homenagem ao maior de entre eles.

Os programas das festas de 1934 e 1935, ilustrados, respectivamente, por Almada Negreiros e Stuart Carvalhais, incluem algumas vinhetas camonianas de grande interesse, cujos originais estão na posse dos Museus Municipais.

As Festas da Cidade com a intenção prescrita por aquela Comissão não têm prosseguido, pelo menos com regularidade, mas delas ficou a tradição de a Câmara prestar, no dia 10 de Junho, homenagem ao Príncipe dos Poetas Portugueses, através dessa simples mas tocante cerimónia da colocação, pelo seu presidente em representação da Cidade, dum ramo de flores no monumento do imortal autor de Os Lusiadas.

A devoção de Lisboa pelo culto de Camões, sempre viva e pronta a manifestar-se, foi ao ponto de levar uma Vereação (a presidida por Braamcamp Freire) a propor o dia 10 de Junho para dia da Cidade.



LÁPIDE A CAMÕES

Descerrando uma lápide comemorativa no local onde outrora estiveram sepultados os restos gloriosos de Luís de Camões, a Câmara Municipal inclue, assim, no programa das Festas de Lisboa a nota camoneana de homenagem ao cantor imortal da Pátria Portuguesa. A palavra doutíssima do Professor Agostinho de Campos saberá evocar, naquêle lugar venerável, a vida e a obra duma das maiores figuras da literatura de todos os tempos e de todos os povos — e em cuja inspiração heróica palpitou tôda a nossa Epopeia maritima e colonizadora.



Programa das Festas da Cidade de 1935 — página com ilustrações de Stuart Carvalhais alusivas a Camões.

Respeitando uma tradição que muito o honra, não quis, também, o Município da capital deixar de participar, embora modestamente, nas comemorações do 4.º centenário da publicação de Os Lusiadas.

Além de ter prestado a sua colaboração, cedendo o salão nobre dos Paços do Concelho para a sessão solene camoniana do dia 21 de Junho, com a presença do Chefe do Estado e do Governo, em que foi conferencista o Prof. Aguiar da Silva, e concorrido com as espécies que lhe foram solicitadas para a Exposição Iconográfica, Bibliográfica e Medalbística comemorativa do 4.º centenário da

Medalha comemorativa do 4.º centenário da publicação de Os Lusiadas

mandada cunhar pela C. M. L., segundo modelo de Matos Simões, 1972.

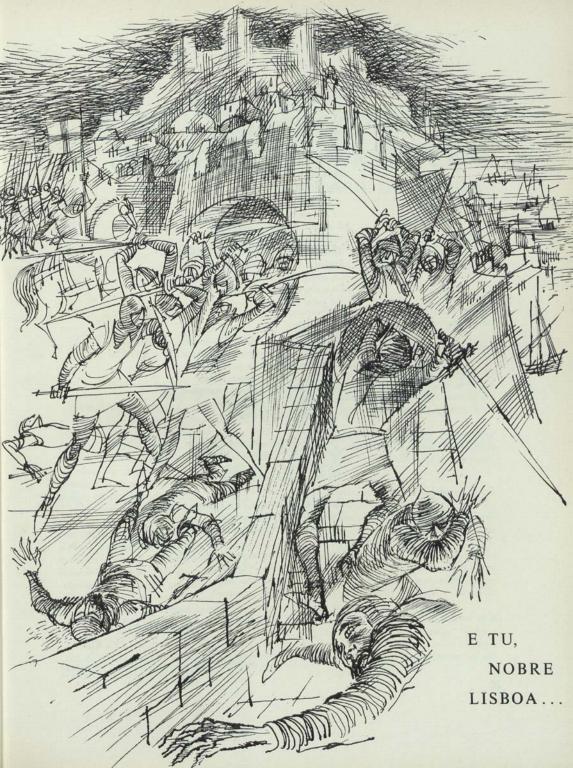
publicação de «Os Lusíadas», registou o significativo acontecimento, mandando cunhar uma medalha, encomendada ao escultor Matos Simões, promovendo um concerto camoniano no Teatro Municipal de S. Luiz (14 de Dezembro) e tomando a iniciativa de organizar uma pequena exposição no Salão da Plateia do mesmo Teatro, documentando, através de estampas, xilogravuras, medalhas, manuscritos, espécies bibliográficas, etc., pertencentes aos seus arquivos, o papel que tem cabido a Lisboa e ao seu Município nas mais significativas homenagens que o País tem consagrado a Camões.

Promoveu ainda o Município, integrado no mesmo ciclo das comemorações, a publicação de duas obras: Estudos Camonianos (colectânea de estudos de autores diversos, versando temas camonianos relacionados com a cidade de Lisboa) e o opúsculo intitulado Camões em Lisboa e Lisboa em «Os Lusíadas», do Prof. Hernâni Cidade, em publicação neste momento.

(¹) Esta Comissão era constituída por Ramalho Ortigão; Teófilo Braga; Eduardo Coelho; Pinheiro Chagas; Jaime Batalha Reis; Sebastião Magalhães Lima; Luciano Cordeiro; Rodrigues da Costa; Rodrigo Pequito. A ela agregam-se ainda os artistas: Silva Porto; José Luís Monteiro; Simões de Almeida; J. M. Pereira Júnor; Luís A. Thomazini e Columbano Bordalo Pinheiro.







E tu, nobre Lisboa, que no mundo Facilmente das outras és princesa, Que edificada foste do facundo Por cujo engano foi Dardânia acesa; Tu, a quem obedece o Mar profundo, Obedeceste à força portuguesa, Ajudada também da forte armada Que das boreais partes foi mandada.

Lá do germânico Albis e do Reno
E da fria Bretanha conduzidos,
A destruir o povo sarraceno
Muitos com tenção santa eram partidos.
Entrando a boca já do Tejo ameno,
Co arraial do grande Afonso unidos,
Cuja alta fama antão subia aos Céus,
Foi posto cerco aos muros ulisseus.

Cinco vezes a Lua se escondera
E outras tantas mostrara cheio o rosto,
Quando a cidade, entrada, se rendera
Ao duro cerco que lhe estava posto.
Foi a batalha tão sanguina e fera
Quanto obrigava o firme pressuposto
De vencedores ásperos e ousados,
E de vencidos já desesperados.

Desta arte, enfim, tomada se rendeu Aquela que, nos tempos já passados, A grande força nunca obedeceu Dos frios povos cíticos ousados, Cujo poder a tanto se estendeu, Que o Ibero o viu e o Tejo amedrontados; E, enfim, co Bétis tanto alguns puderam Que à terra de Vandália nome deram.

Que cidade tão forte porventura Haverá que resista, se Lisboa Não pôde resistir à força dura Da gente cuja fama tanto voa?

LUÍS DE CAMÕES
Os Lusiadas, III, 57 a 61,4

POLÍTICA DE SOLOS NA URBANIZAÇÃO PORTUGUESA

O CASO DE LISBOA*

MANUEL DOS SANTOS FERREIRA E CARLOS LEITÃO BURACA

I Parte

LEGISLAÇÃO EM VIGOR SOBRE A POLÍTICA DOS SOLOS

1 — Considerações gerais

O fenómeno da criação e do desenvolvimento dos meios urbanos, que em épocas remotas se operava principalmente por iniciativa espontânea das populações interessadas, teve de sucessivamente se ir subordinando a regras adequadas de disciplina, de acordo com os factores que as determinam e na procura de um equilíbrio adequado, em benefício do homem.

As necessidades da vida gregária e a tendência das populações, que se concentram cada vez mais nos pólos de atracção, atiram para o primeiro plano o problema da apropriação e da utilização dos terrenos em que se instalam os centros populacionais e em que se movimentam, trabalham, cultivam ou distraem os seus habitantes.

A uma forte procura de terrenos corresponde, por parte dos seus proprietários, a tendência para a especulação. Esta acarreta por si dificuldades na conveniente localização das estruturas, particularmente daquelas que são do interesse geral, e distorção no aproveitamento dos solos.

Por isso constitui hoje dominante preocupação dos poderes públicos o estabelecimento de uma política de terrenos que permita dispor, em tempo oportuno e a preços justos, das áreas necessárias à realização dos planos de urbanização e dos planos habitacionais, designadamente de carácter social.

Sem tal política corre-se o risco certo de criar ou consentir anomalias prejudiciais, derivadas da difícil aquisição dos terrenos. Estas podem exemplificar-se por:

- a) Excessivo custo das habitações e consequentemente das rendas;
- Especulação desenfreada sobre os terrenos e entesoiramento destes à espera de maior valorização;
- c) Destruição de edifícios bem localizados que ainda estavam em condições de utilização, mas que pela reconstrução consentem melhores lucros, e demolição de imóveis de valor artístico;
- d) Procura de terrenos excêntricos mais baratos, mas cuja utilização obriga a estruturas urbanísticas novas e a novo equipamento social, por vezes sem utilização plena;

^{*} Comunicação apresentada ao Colóquio sobre os Aspectos da Gestão Urbana — Izmir (Turquia), de 29 de Maio a 2 de Junho de 1972.

- e) Maior distância da habitação aos locais de trabalho e maior utilização dos serviços públicos de transportes, com repercussão dos orçamentos familiares e com agravamento dos problemas intrínsecos das famílias e do trânsito;
- f) Soluções de máximo aproveitamento nos locais centrais com excessivas densidades humanas:
- g) Redução dos espaços verdes, de arruamentos e logradouros e escasso equipamento social;
- Tendência para a redução da área dos fogos e da composição das famílias;
- Má qualidade dos materiais e da reconstrução (para se economizar nesta o que mais se gaste no solo) e, portanto, menor duração das edificações;
- j) Problemas graves de circulação, quer pela insuficiência das vias estreitas, quer pelo ingurgitamento destas com os meios de transporte.

A Administração Pública portuguesa tem-se preocupado largamente com a definição das linhas mestras do harmónico desenvolvimento urbano. Vária legislação foi publicada, quer enunciando princípios, quer impondo normas de procedimento.

Sem dúvida que a linha mestra de uma boa política tende para a defesa dos direitos legítimos de cada cidadão no enquadramento social em que se situa, subordinando aqueles ao interesse geral da Nação.

Estimula-se assim a acção individual através da educação e do interesse próprio e familiar, dando-lhe todas as possibilidades de se movimentar sem ofender as regras de convivência e da vida em sociedade.

Por isso a política dos solos, recentemente coordenada em texto legal próprio (Decreto-Lei n.º 576/70, de 24 de Novembro de 1970), merece uma análise adequada, em especial na conjugação do interesse privado com o da Administração e no papel que a esta se reserva na disciplina

da usufruição dos solos e na determinação do justo preço que aos proprietários deve caber.

2 — Órgãos administrativos intervenientes na utilização dos solos destinados à urbanização e à construção

A urbanização é planeada, decidida e orientada pela Administração através de órgãos centrais e locais.

Além dos condicionamentos que o Governo impõe quanto à instalação de indústrias e à sua localização, são os seguintes os órgãos públicos que em maior ou menor grau intervêm na utilização dos solos para fins de urbanização e de construção:

- a) As câmaras municipais, que elaboram os planos de urbanização (e, abrangendo todo o concelho, os planos directores ou reguladores), que concedem as licenças de construção e as de loteamento urbano, que procedem à aquisição amigável ou coerciva de terrenos e que realizam em geral as obras de via pública, logradouros, espaços verdes e a maior parte do equipamento urbano;
- b) O Ministério das Obras Públicas, que aprova os planos elaborados pela Câmara ou, no caso do loteamento, pelos particulares, e que através de fundos especiais subsidia as Câmaras para facilitar a estas as obras de urbanização e a instalação do equipamento urbano;
- c) O Fundo de Fomento da Habitação, dependente daquele Ministério, que estuda os problemas de habitação portugueses relativamente à parte do País situada na Europa, que promove em colaboração com as câmaras a execução dos planos de construção de casas, e que especificamente tem por atribuições o financiamento do estudo e da execução de operações ou trabalhos de

urbanização, incluindo a renovação de

aglomerados.

Pode, inclusivamente, fazer também expropriações ou a compra em mercado livre, de imóveis necessários às urbanizações e, ainda, fazer empréstimos e conceder subsídios aos municípios e a outras entidades para o estudo e execução das operações de urbanizacão;

 d) — O Conselho de Ministros para a declaração de utilidade pública com fins de expropriação, nos casos previstos na lei.

3 — Aquisição de terrenos e de prédios urbanos a demolir

3.1 — Formas de aquisição

O valor do terreno num planeamento físico é elemento fundamental para a definição e execução desse planeamento.

Um terreno agrícola tem necessariamente a valorização que da agricultura lhe provém.

Se por virtude de planificações adquire valor diferente, sem intervenção ou contribuição directa do proprietário, pelo menos na proporção do aumento verificado, é evidente haver um factor externo a que se deve a valorização.

Por isso, sem prejuízo de o proprietário vir a receber o que é justo, a lei deve permitir que uma parte importante do maior benefício, motivado por um destino mais rendoso do terreno, venha a reverter em favor das estruturas sociais necessárias, quer em arruamentos, logradouros e edifícios públicos de utilidade geral, quer na construção de habitações de renda moderada, para as classes menos favorecidas.

Quando a entidade urbanizadora não é proprietária dos terrenos é indispensável a sua aquisição pelas câmaras municipais a preços que se considerem razoáveis. Nesse ponto reside, porém, uma dificuldade que se tem procurado atenuar nos aspectos susceptíveis de injustiça ou que possam prejudicar a aplicação dos terrenos não só a finalidades remuneradoras mas também a fins não lucrativos, de interesse puramente social.

A Administração pode obter os terrenos para fins urbanísticos:

- a) Por compra em mercado livre e, portanto, não coerciva;
- Pela via coerciva da expropriação, que pode ser sistemática e diferida (esta por zonas ou parcelas);

c) — Pelo direito de preferência na aliena-

ção de terrenos e edifícios;

d) — Por associação da Administração com os proprietários.

Em todos os casos a lei faculta às autarquias locais a escolha das formas de aquisição mais adequadas a cada plano, consoante as circunstâncias e os meios disponíveis, mas por forma que fique salvaguardado o interesse geral.

3.2 — Expropriações

No preâmbulo da lei dos solos afirma-se que «de entre as diversas medidas apontadas para resolver os problemas da disponibilidade dos terrenos destinados a urbanização é a expropriação sistemática, com apropriação definitiva dos solos pela Administração, a que melhor serve os objectivos em vista».

Esta é usada em geral para a expansão dos aglomerados urbanos em nítido desenvolvimento e para a criação de novos aglomerados.

O recurso à expropriação é tanto mais acertado quanto maior for a área a adquirir e quanto

mais cedo tal aquisição se fizer.

Por outro lado, e na sequência de uma prática bastante útil, a lei permite a adopção de medidas preventivas ou de natureza cautelar, destinadas a evitar, durante a realização dos estudos dos planos, que os proprietários dos terrenos abrangidos se lancem na especulação.

É evidente que tais medidas (em geral de proibição de venda) só podem vigorar durante um período limitado, fixado na própria lei, impondo-se à entidade planeadora o rápido estudo dos respectivos planos. A não limitação desse prazo poderia provocar prejuízos para os proprietários dos terrenos por não os poderem entretanto vender.

Aliás, as medidas preventivas abrangem apenas os actos que se mostrem com interesse para os objectivos a atingir, podendo até limitar-se a certas espécies de actos ou actividades, como, por exemplo, a impedir a ampliação de instalações já existentes, o derrube de maciços de árvores ou a realização de obras de aterros e desaterros que alterem a topografia dos locais.

A lei consente ainda a expropriação quando os proprietários dos terrenos não realizarem neles as obras de urbanização previstas, no prazo de 3 anos, ou quando, devidamente notificados para aproveitarem na construção os terrenos adjacentes a vias públicas das cidades, o não fizerem tam-

bém no prazo de 3 anos.

É claro que na expropriação o património do expropriado deve ser reposto pelo pagamento do justo preço em dinheiro ou noutros valores, porque o benefício social obtido com a realização do interesse público em que se fundamenta o apossamento forçado de um bem particular não deve envolver a modificação na situação económica desse particular, em termos de lhe reduzir o seu valor patrimonial legítimo.

Quando os preços de mercado se mostrem influenciados por factores de especulação e afastados dos valores socialmente justos, o Governo poderá limitar os preços dos terrenos mediante a fixação de percentagens sobre o custo provável das construções possíveis, de acordo com os tipos e categorias dessas construções, a categoria dos aglomerados urbanos, a situação dos terrenos e as demais circunstâncias pertinentes.

Para fins de expropriação os terrenos são classificados em terrenos de construção e terrenos para outros fins.

Só são considerados terrenos para construção os que podem ser utilizados para esse fim no estado em que se encontram, independentemente de qualquer projecto ou estudo que altere tal possibilidade, e que pertençam a um aglomerado urbano e sejam servidos por via pública urbana pavimentada e por infra-estruturas urbanísticas adequadas.

O valor do terreno para construção será calculado em função do seu valor real e corrente, atendendo-se, porém, ao volume e tipo de construção possível num aproveitamento normal, em face do desenvolvimento local. Não deve ter-se em conta para o efeito qualquer projecto, plano ou estudo que por forma alguma altere as possibilidades de aproveitamento existentes.

O valor dos terrenos não considerados para construção será calculado em função do rendimento possível dos mesmos, atendendo exclusivamente ao seu destino como prédios rústicos e ao ao seu estado no momento da expropriação, de acordo com a natureza destes e do seu subsolo, a configuração do imóvel, as condições de acesso, o clima da região, os frutos pendentes e outras circunstâncias objectivas pertinentes.

O pagamento pode fazer-se a pronto ou em prestações e em dinheiro ou pela entrega de bens ao expropriado ou ainda pela constituição, a favor

deste, de direitos de superfície.

A utilização da faculdade de expropriação pelos entes públicos não deve impedir, dentro da política do Governo Português, uma larga intervenção da actividade privada com terrenos e capitais. Deve, sim, evitar que a posse de alguns terrenos pelos particulares impeça ou dificulte, pela tendência especulativa destes, a expansão adequada dos aglomerados urbanos e a criação de novos aglomerados dentro da planificação estabelecida.

A expropriação é efectivada de acordo com as previsões da urbanização e com as disponibilidades financeiras do ente público expropriante.

É aconselhável o recurso à expropriação sistemática, com a aquisição progressiva de harmonia com as necessidades dos planos e das suas sucessivas fases, o que não impede também o recurso à expropriação diferida (por zonas e parcelas) quando se mostre conveniente. Em qualquer caso haverá prévia declaração de utilidade pública, a fazer pelo Governo, das áreas a adquirir por ex-

propriação.

A implantação das infra-estruturas urbanísticas deve ser coordenada com as sucessivas aquisições por forma a não possibilitar a qualificação como terrenos para construção de áreas ainda não compradas pela Administração.

No caso da criação ou ampliação de zonas ou parques industriais, a Administração pode adquitir os terrenos por expropriação, cedendo-os depois de dotados de infra-estruturas para as instalações

industriais, sejam públicas ou privadas.

Se o ente público expropriante não realizar as obras no prazo inicialmente estabelecido ou nas prorrogações autorizadas, ou se os bens tiverem sido aplicados a fim diverso que não seja de utilidade pública, terá o expropriado o direito de reaver os mesmos bens mediante uma indemnização igual ao valor real que tiverem à data da reversão, acrescido do valor das benfeitorias nele realizadas.

3.3 — Direito de preferência

O direito de preferência só pode ser concedido às autarquias locais por diploma do Governo e consiste na preferência em igualdade de condições de preço nas transmissões a título oneroso entre particulares, de terrenos ou edifícios situados em áreas compreendidas em planos aprovados e que sejam necessários à execução desses planos.

Pode ainda haver preferência com a declaração de não aceitação do preço, mas neste caso a fixação da importância a pagar será feita segundo

as normas da expropriação.

3.4 — Associação do ente público com os particulares

Para a utilização dos capitais e dos terrenos com a intervenção da entidade pública urbanizadora prevê a lei ainda um sistema de gestão associada. Baseia-se esta na convenção entre o Município e os particulares proprietários dos terrenos, segundo a qual aquele e estes realizam directamente as obras de urbanização e as construções

previstas nos respectivos planos, partilhando-se no final os resultados na proporção das participações em terrenos e capitais de cada associado.

As operações de associação hão-de abranger áreas com a amplitude e a diversidade de aproveitamentos suficientes para se salvaguardar a possível igualdade de tratamento entre os proprietários dessas áreas.

Os encargos com os terrenos das infra-estruturas, com a construção destas e com o equipamento social, entram no conjunto das despesas

da gestão associada.

Os imóveis são transferidos para a posse da Administração à medida que forem fixados os respectivos valores, a fim de se proceder aos trabalhos de urbanização e aos loteamentos adequados às construções previstas no plano.

Os imóveis dos proprietários que não queiram fazer parte da associação são expropriados e integrados na participação da Administração.

As operações de associação tanto permitem que só a Administração realize as obras de urbanização, como a realização destas por conta do conjunto de valores disponíveis, partilhando-se no final os lotes de terrenos daí resultantes.

Em compensação os particulares tanto podem receber prédios já concluídos como os lotes para eles próprios edificarem, de acordo com a convenção prèviamente estabelecida, mas por forma que as infra-estruturas e o equipamento social entrem no quinhão da Administração.

4 — Cedência de terrenos

4.1 — Formas de cedência

A regra geral consiste na cedência pela Administração dos imóveis em propriedade plena, mas com sujeição a hasta-pública, à qual comparecem todos os interessados que, mediante licitação, se colocam na situação de adjudicatários do imóvel posto em praça.

Esta cedência é feita segundo cláusulas previamente tornadas públicas, nas quais se incluem condicionamentos de construção, finalidades das

edificações, preços, prazo das obras, etc.

Prevê, porém, a lei algumas cedências sem

dependência de hasta pública.

É evidente que o preço deve variar em função das finalidades e dos objectivos específicos dos diversos empreendimentos. Nalguns casos a cedência deve fazer-se por preços que no conjunto não sejam lucrativos para a Administração, atendendo aos valores de aquisição acrescidos dos custos dos estudos e da realização dos trabalhos de urbanização e inerentes encargos, calculados em relação a toda a zona.

Uma das formas da cedência de terrenos é a instituição do regime de concessão de exploração de obras ou serviços; outra é a alienação do direito de propriedade condicionada ao fim contratualmente estabelecido, sob pena de reversão; outra ainda é a constituição do direito de superfície, de

que adiante se falará.

Os terrenos são vendidos já devidamente loteados para a construção habitacional e comercial ou com outras finalidades, podendo alienar-se apenas a área de implantação dos edifícios e as zonas de serventia ou ainda estas com os logradouros anexos.

Quando se trata de edifícios habitacionais a norma seguida agora em Lisboa é a de vender apenas a área de implantação e das serventias, ficando as áreas próximas a constituir domínio público para vias, parques ajardinados ou outros fins de utilidade geral da população.

Se as aquisições tiverem sido feitas por expropriação, os anteriores proprietários têm direito a uma mais-valia de 20% da diferença entre os preços de venda e os de aquisição do terreno pela

Administração.

4.2 — Direito de superfície

O direito de superfície consiste na faculdade de implantar e manter edifícios próprios em chão alheio de acordo com as regras contratuais desse direito.

A propriedade do solo é imprescritível enquanto durar o direito de superfície e não pode ser alienada, salvo em favor do superficiário. O direito de superfície é alienável por título oneroso ou gratuito, transmissível por sucessão e susceptível de hipoteca.

Só o Estado, as autarquias locais e as pessoas colectivas de utilidade pública administrativa podem constituir, em terrenos do seu domínio privado, o direito de superfície.

Este é dado a título gratuito ou oneroso.

O direito de superfície é em geral cedido em hasta pública, mas os terrenos destinados a edifícios ou instalações de interesse público e aos empreendimentos relativos à habitação económica serão cedidos independentemente de hasta pública mediante acordo directo entre a Administração e os respectivos promotores.

O direito de superfície constitui-se por prazos entre 40 e 70 anos, prorrogáveis, permitindo assim ao superficiário o recurso a avultados capitais com a possibilidade de amortização destes e

a obtenção do justo benefício.

Por outro lado não impede que a Administração volte a aproveitar-se dos terrenos mediante a indemnização que se tiver estabelecido no contrato, quando deles necessitar para obras de renovação urbana.

É um poderoso meio de incentivar a intervenção da actividade e dos capitais privados na urbanização dos terrenos a preços compatíveis com a economia do empreendimento a que se destinam, evitando a especulação que em certos casos impossibilitaria a instalação ou a realização de explorações ou serviços em determinados locais onde seriam indispensáveis.

Acresce que o encargo da constituição deste direito pode ser pago em prestações e, portanto, com o produto da própria utilização, sem necessidade de prévia imobilização de largos capitais, que assim ficarão disponíveis para as próprias edificações e para o seu equipamento.

5 — Construção e urbanização de particulares

5.1 — O caso normal

Todo o particular pode fazer construções em terreno próprio mediante licença municipal, desde que essas construções não prejudiquem nem contrariem os planos de urbanização aprovados.

É evidente que se o local a utilizar não se situar em zonas urbanas, o licenciamento de construção não está em geral sujeito aos condicionamentos que têm por finalidade evitar entraves à expansão ou remodelação dos aglomerados.

Por vezes, no local das construções que os particulares pretendem fazer, as câmaras realizam obras de alargamento ou de rectificação de arruamentos ou mesmo de abertura de vias de comunicação, e destas resulta maior valorização dos terrenos, ou pelo melhor aproveitamento ou porque certas áreas rústicas passam a ter aplicação em construções urbanas.

Nestes casos, e para que o Município de algum modo obtenha fundos compensatórios das obras, a lei portuguesa permite a cobrança de mais-valias nos seguintes termos, quanto às construções particulares em terrenos também parti-

culares:

a) — Tratando-se de áreas já ocupadas por prédios urbanos a demolir para nelas se fazerem novas construções ou a aumentar em altura como consequência de abertura, alargamento ou regularização das vias públicas onde se situam — os proprietários pagarão à Câmara por uma só vez ou em prestações 30% do aumento do valor dos terrenos (art.º 10.º da Lei de 26 de Julho de

b) — Tratando-se de prédios rústicos não expropriados e que, graças a obras de urbanização ou à abertura de grandes vias de comunicação, aumentem consideravelmente de valor pela possibilidade da sua aplicação como terrenos de construção urbana — o encargo de maisvalia a pagar à Câmara será de 50% da importância fixada como aumento do valor do prédio rústico (art.º 17.º da Lei n.º 2030, de 22 de Junho de 1948).

É de notar que a Câmara tem direito a expropriar as áreas destinadas à abertura, alargamento ou regularização das vias públicas e, ainda, um faixa de largura não superior a 50 metros de cada lado da via pública para construções, mas o proprietário pode preferir que a expropriação abranja todo o seu prédio (citada Lei de 26 de Julho de 1912).

A abertura das vias públicas e o equipamento urbano são, nestes casos, de conta da Câmara que recebe as mais-valias.

5.2 - Loteamento urbano

As construções de particulares também podem fazer-se em terreno próprio sob o regime de loteamento urbano, regulado pelo Decreto-Lei n.º 46 673, de 29 de Novembro de 1965, e que normalmente abrange grandes áreas.

Este sistema de actuação, muito antigo no País, é da iniciativa dos particulares que, possuindo já ou adquirindo grandes propriedades, se propõem fazer os arruamentos e os esgotos para os entregarem posteriormente à Câmara, construindo prédios habitacionais e estabelecimentos comerciais nos terrenos que marginam as vias públicas.

São frequentes as actividades de loteamento nos pólos de crescimento urbano ou nos seus arredores, em especial junto das cidades mais populosas.

O loteamento urbano depende de licença da Câmara, mas segundo a lei dos solos (Decreto-Lei n.º 576/70) estas operações de urbanização só podem ser autorizadas fora das áreas sujeitas ao regime de expropriação sistemática.

É também proibido quando a sua imediata realização prejudique a conveniente programação da execução de um plano aprovado de um desenvolvimento ordenado da região ou de planos de interesse geral.

Nalguns casos, aos possuidores de licenças de loteamento podem ser impostos limites máximos de rendas em certa percentagem do total. Do alvará de licença de loteamento constarão as prescrições a que o interessado fica sujeito, e designadamente os condicionamentos de natureza urbanística, entre eles o traçado da rede viária, espaços livres e arborizados, parques de estacionamento, zonas comerciais, industriais e desportivas, e as obrigações que, em face do estudo económico, deve assumir (ou o encargo de mais-valia ou a execução dos trabalhos de urbanização e a cedência de terreno para equipamento urbano).

Quando o possuidor de licença de loteamento urbano não fizer de sua conta os trabalhos de urbanização a Câmara tomará a iniciativa de os fazer, cobrando a despesa pela forma estabelecida

na lei.

A Administração pode ceder a outras entidades, incluindo particulares, os terrenos necessários à execução de empreendimentos projectados e pode ainda confiar-lhes, com ou sem participação daquela, a realização de obras de urbanização de terrenos, construindo ou explorando essas entidades todos ou parte dos edifícios ou cedendo o direito de superfície que lhes tenha sido atribuído.

Há, assim, sobre todos os aspectos, a possibilidade de larguíssima intervenção dos particulares e a efectiva utilização dessas possibilidades, no estudo, planificação e execução de obras de urbanização e na construção a fazer de acordo com os respectivos planos.

Entende-se mesmo que a iniciativa particular deve ser incentivada, porque é altamente profícua quando enquadrada em esquemas de planificação geral e em regras que respeitem o primado

do interesse público.

II Parte

O CASO DE LISBOA

6 — Um pouco de história

Lisboa, porto mais ocidental da Europa, conquistada aos Mouros em 1147, possuía nessa época cerca de 16 hm² e era delimitada por uma linha de muralhas denominada a Cerca Moura, dentro da qual existia e ainda existe o Castelo de S. Jorge, núcleo urbano mais antigo.

No decorrer dos anos foi a cidade aumentando, tornando-se necessário construir para a sua defesa uma nova linha, a Cerca Fernandina, que

se concluiu em 1375.

A partir de então o aglomerado populacional foi sucessivamente aumentando, o que obrigou à ocupação das encostas das suas colinas, apenas sendo interrompida essa expansão por vários tremores de terra, dos quais o de 1755 teve as mais catastróficas consequências.

Em face das destruições maciças ocasionadas por este tremor de terra, deu-se o primeiro passo para o início de um período de urbanização, sendo então projectada e construída a zona da Baixa, na qual se inclui o vasto Terreiro do Paço, ampla praça de grande equilíbrio e concepção, confinante com o rio Tejo.

Sob a influência desta incipiente urbanização construiu-se também a zona setentrional da cidade, cujo relevo, menos acentuado, favorecia a

construção em larga escala.

Foi no século passado que se deu início a medidas de grande importância, no sentido de se melhorarem não só as condições de circulação da cidade, como também de proporcionar a sua expansão urbana, construindo-se a Avenida da Liberdade e posteriormente outras avenidas que dão acesso à sua parte norte.

Por outro lado, obteve-se do rio Tejo, em resultado de grandes obras de aterro, a Avenida 24 de Julho, cujo objectivo fundamental foi o

acesso à zona ocidental.

Devido às condições orográficas da cidade, os problemas urbanos são ainda hoje de difícil solução, agravados também pela existência de bairros velhos de grande densidade populacional, que impedem ou dificultam a abertura de boas vias de comunicação com outras zonas da cidade (Anexo n.º 2).

Com o decorrer dos anos verificou-se um substancial aumento de população, que de 1900 a 1940 duplicou de 350 000 para 700 000 habitantes, sendo presentemente de 900 000 habitantes.

Durante a segunda metade do século XIX e até 1938, a expansão de Lisboa ficou em geral condicionada aos empreendimentos particulares, com as consequentes desvantagens para o interesse público.

A procura de terreno para construção assumiu, principalmente a partir de 1930, enormes proporções. A Câmara Municipal de Lisboa, colhida então de surpresa por falta de experiência em matéria urbanística, consentiu contra vontade em manter muitas urbanizações da iniciativa particular, para satisfazer as necessidades da construção civil, o que se prolongou até ao ano de 1937.

Cerca de 300 empresas se dedicavam à urbanização em terrenos que para o efeito adquiriam, segundo a preocupação do mais barato e da aplicação mais rendosa. A cidade crescia ao acaso, com uma dispersão antieconómica e com reversão da quase totalidade dos benefícios para os proprietários.

7 — Actuação a partir de 1938

7.1 — Urbanização exclusiva da Câmara

No ano de 1938 houve radical mudança de orientação, graças ao espírito de iniciativa do então presidente da Câmara, antigo ministro das Obras Públicas.

Promulgou-se em 1 de Julho de 1938 o Decreto-Lei n.º 28 797, que permitiu a execução urgente das obras a realizar para a comemoração do Duplo Centenário. Paralelamente o Município de Lisboa tomou o comando do «contrôle» na aplicação e na reserva de terrenos e solucionou inúmeros problemas criados pela anterior orientação, como salubridade, circulação, equipamento urbano, localização de serviços públicos, actividades comerciais e industriais, etc.

Deste modo, no que respeita à obtenção de terrenos para urbanização, foram desde logo fixa-

das directrizes da acção municipal, todas elas apoiando-se no princípio de que a urbanização e expansão da cidade passariam a ser de exclusiva atribuição da Câmara, quer quanto à elaboração de estudos e projectos, quer no que respeita à própria execução das obras.

Assim, a uma limitada intervenção do Município na actividade dos proprietários dos terrenos submetidos à urbanização particular, seguiu-se em 1938 uma forte actuação da Câmara, ficando aos particulares reservado o papel de colaboradores, pelas construções que realizavam nos lotes pelo Município postos à sua disposição.

Os benefícios da urbanização passaram a reverter em grande parte para o ente público que a promovia, constituindo-se assim um fundo que até agora tem movimentado mais de três milhões de contos na compra de novas áreas de terrenos (Anexo n.º 1).

Isso permitiu que se dedicasse a maior atenção aos espaços verdes, às vias públicas e logradouros, à construção de casas económicas e de renda módica e à construção de adequado equipamento urbano.

Estão neste caso o Parque Florestal, com cerca de 1200 ha, o aeroporto da cidade, as grandes vias circulares, os muitos bairros residenciais das zonas periféricas, a cidade universitária e as aquisições maciças de prédios em alguns bairros velhos sem características especiais.

Por outro lado, à custa do baixo preço a que a Câmara por vezes cede os terrenos já urbanizados por ela, tem sido viável uma política social de construção de prédios para habitação com rendas moderadas ou para a sua venda em condições muito económicas.

O Município de Lisboa dispõe agora de 15 900 fogos seus, todos eles sujeitos a rendas moderadas.

E, como consequência da publicação do Decreto-Lei n.º 42 454, de 18 de Agosto de 1959, foi afectada à construção de casas de rendas económicas uma enorme área de cerca de 757 ha, ou seja, quase a décima parte da área da cidade. Nesta hão-de ser alojadas perto de 120 000 pessoas (30 000 fogos), provenientes de zonas de trabalhos de grande urbanização, de barracas que devem desaparecer graças ao plano em curso destinado à sua destruição e de outros locais de habitações deficientes.

Os respectivos programas, iniciados em 1960, estão em fase muito adiantada. Por isso se constituiu um serviço municipal próprio, denominado

Gabinete Técnico de Habitação.

Na mesma linha de orientação podem citar-se os seguintes casos de cedência a baixo preço de terrenos, pelo seu interesse especial:

- a) Venda de lotes para habitação económica:
 - a cooperativas de construção de prédios destinados ao arrendamento ou à propriedade resolúvel;

 a instituições de previdência, para aplicação dos seus fundos em casas destinadas aos associados;

- aos serviços sociais de organizações públicas, com destino aos funcionários públicos ou administrativos;
- ao Estado, para construção de casas económicas, a vender às classes activas;
- a instituições de assistência;
- a grupos de pessoas que se reúnem para construção de prédios em propriedade horizontal, destinados a habitação própria.
- b) Venda de lotes de terrenos para construções por particulares de prédios de renda limitada, só alterável por diploma legal.

c) — Venda de lotes para equipamento social:

- de instituições religiosas, educacionais, hospitalares e semelhantes;
- de associações desportivas e recreativas;

- de institutos públicos de educação e instrucão;
- de instalações turísticas e dos órgãos de informação.
- d) Constituição do direito de superfície para instalações hoteleiras, turísticas, desportivas e recreativas e diverso equipamento social, de educação, assistência, recreio, etc.

E tudo isto só tem sido possível porque o Município é proprietário de grandes áreas de terrenos de Lisboa.

7.2 — Limitada reabertura à urbanização por particulares

Com a promulgação da Lei n.º 2030, de 22 de Junho de 1948, e do Decreto regulador n.º 43 587, de 8 de Abril de 1961, viu a Câmara facilitada a sua acção (que, aliás, já desenvolvia ao abrigo da Lei de 26 de Julho de 1912), porquanto esta legislação lhe deu ainda maiores possibilidades nas declarações de utilidade pública para as expropriações necessárias à execução dos planos urbanísticos.

Por outro lado, permitindo a Lei n.º 2030 a cobrança da mais-valia de 50% e autorizando que as obras de urbanização sejam feitas pela entidade urbanizadora mas com o custo abatido ao valor daquela mais-valia, foi possível retomar em certa medida, e com as devidas cautelas, a intervenção dos particulares na urbanização, isto sem prejuízo do prosseguimento por parte da Câmara da sua política de urbanização por actuação directa dos Serviços.

Com efeito, logo após o estudo dos princípios do seu plano director de urbanização, e dada a impossibilidade de o Município de Lisboa poder só por si continuar a executar todos os planos que ia parcelarmente concebendo, devido à enorme expansão a que era necessário atender, foi ele dando autorização aos proprietários de algumas áreas de terrenos livres mais ou menos extensas, para estes procederem às construções previstas, cobrando a Câmara mais-valias em numerário ou recebendo lotes de terreno de construção através de acordos baseados em estudos económicos. Assim, a Câmara tem continuado a dispor de fundos necessários, não só para a construção dos arruamentos servientes aos novos prédios, mas também para a execução do equipamento urbano necessário a essas novas zonas.

Paralelamente e em zonas não consideradas a preservar, por toda a cidade de Lisboa, e desde que a largura do arruamento o permite, têm sido autorizadas ampliações ou reconstruções de pré dios.

Os proprietários comparticipam nos encargos de urbanização com o pagamento da mais-valia devida pela maior altura dos novos edifícios, em resultado do alargamento do plano marginal do arruamento, se tal alargamento se fizer.

8 — Perspectivas do futuro

Para se poder compreender a futura linha de orientação na política de solos de Lisboa parecenos indispensável fazer aqui a seguinte explanação numérica (Anexos n.º 3 a n.º 8):

r — Area total da cidade	81 96	o ooo m²
1938	21 20	0 000 m ²
3 — Restante área não densamente construída em 1938	60 76	0 000 m²
4 — Número de prédios adquiridos desde	1949	1971
1938 (rústicos e urbanos)	1 740	4 831
5 — Área total adquirida	27 374 736 m²	39 147 998 m²
a) Em relação à área total da cidade	33,4%	47,7%
b) Em relação à área não densamente construída	45 %	64,5%
7 — Número de lotes alienados a partir de	1 118	² 953
8 — Area dos lotes alienados a partir de	887 181 m²	2 810 403 m²
9 — Custo dos terrenos adquiridos a partir de 1938	329 610 513\$00	2 319 773 380\$00
de 1940	244 934 042\$00	2 493 660 042\$00
Município e ocupadas por casas de renda socialmente baixa ou vendidas		
às classes trabalhadoras	1 296 110 m ²	12 242 466 m²
12 — Parques e jardins (Anexo n.º 11)		15 445 600 m²

Nos mapas, gráficos e plantas em apenso facilmente se observa a evolução das aquisições e das alienações de prédios municipais.

Pelos estudos do actual plano director da cidade apuraram-se os seguintes elementos quanto à ocupação e à afectação dos territórios de Lisboa:

a) — Urbanização:	íreas em h
Ocupação contínua	2182
Ocupação periférica	517
Ocupação isolada	181
b) De diversa afectação	2499
c) — Com compromisso ou	
plano aprovado	1315
	6694

d) — Disponíveis:

Afectadas a servi-		
dões		1502
Livres (Anexo 10)	1022	

Area total da cidade 8196 ha

Vê-se que dentro da cidade, cujos limites coincidem com os da jurisdição do Município, já não há muitas possibilidades de novas urbanizações (Anexo n.º 10).

Em todo o caso longo caminho há a percorrer na adequada reestruturação urbana e na política das grandes vias de comunicação, indispensáveis à função que Lisboa desempenha, de centro da chamada Grande Lisboa, isto é, de enormes áreas envolventes tributárias daquela, onde estão a concentrar-se as populações que já não cabem na capital e onde se localizam cada vez mais as indústrias da região.

Supõe-se que dentro de 15 a 20 anos se concluam as novas urbanizações na cidade. A escassez de espaços disponíveis para estas provoca a alta de preços dos terrenos ainda em mãos de particulares e não é fácil fugir a esta tendência.

Por isso e também porque nas cidades de Lisboa e Porto estão legalmente proibidas, por enquanto, alterações das rendas habitacionais dos inquilinos antigos, as empresas construtoras encontram-se numa fase de grande expansão nos concelhos limítrofes, onde só a recente lei dos solos (citado Dec.-Lei n.º 576/70, de 24/11/70) poderá atenuar a rápida subida de preços de terrenos, que ali está a verificar-se.

Para facilitar a actividade municipal em Lisboa e a fim de permitir que a Administração pública se sirva dos métodos de maior flexibilidade das empresas particulares, foi criada pelo Dec.-Lei n.º 613/71, de 31 de Dezembro de 1971, a Empresa Pública de Urbanização de Lisboa, que actuará com capitais públicos e privados, não só em novas urbanizações nas zonas ainda disponíveis, mas também na remodelação de outras.

Tal empresa verá a sua acção facilitada porque, nas áreas em que vai trabalhar, a maior parte dos terrenos pertence já ao Município, e em relação ao restante tanto pode proceder à sua aquisição no mercado livre ou por expropriação, como convencionar acordos de gestão associada, nos moldes aqui referidos no lugar próprio.

Supõe-se que será esta última uma forma muito eficaz, face às tendências de especulação que é difícil frenar.

Em face da longa experiência que desde 1938 se tem adquirido em Lisboa, e apesar de os lotes municipais vendidos em hasta pública representarem anualmente apenas cerca de 15% de toda a construção particular dentro da cidade, pode concluir-se que há vantagem para o interesse público que as grandes áreas livres de terreno sejam propriedade do Município.

É que, dispondo este de vastos espaços, poderá lançar os seus planos de urbanização dentro de uma programação estudada a executá-los mais fàcilmente, sem preocupação da extensão dos espaços livres, libertando-se ainda nessa execução dos muitos problemas e questões relativos às propriedades abrangidas.

Além disso a alienação dos lotes permite-lhe custear, em parte, os grandes encargos que todas as urbanizações provocam.

Assim, a política de aquisições maciças deverá prosseguir em Lisboa, não só quanto aos terrenos disponíveis, mas também quanto a outros imóveis, alguns dos quais devem ser preservados do destino fatal do camartelo. O mesmo deverá certamente fazer-se nos concelhos limítrofes, quando em toda a zona da grande Lisboa estiverem reforçados os órgãos directamente ligados à expansão urbana e se uniformizarem as estruturas sobre as quais assentará equilibrado ordenamento urbanístico das áreas metropolitanas constituídas por Lisboa e seus concelhos vizinhos.

MOVIMENTO DE PROPRIEDADES E DAS MAIS-VALIAS - 1939/1971

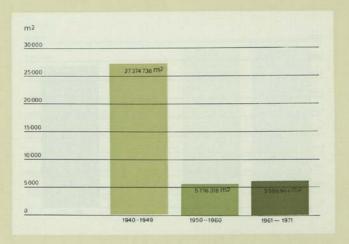
ANEXO N.º 1

Anos	Importância em milhares de escudos		Coeficiente	Conversão em valores actuais (milhares de escudos)	
	Aquisições	Vendas	1971	Aquisições	Vendas
1939	35 379,5	6 850,5	3,45	122 059,2	23 634,2
1940	24 483,4	4 744,8	2,90	71 001,8	13 759,9
1941	15 637	4 928,3	2,55	39 874,3	12 567,2
1942	24 582,7	10 167,6	2,20	54 081,9	22 368,7
1943	27 451,1	14 193,4	1,86	51 059	26 399,7
1944	22 320,9	14 831,2	1,58	35 267	23 433,3
1945	19 102,1	24 754,2	1,58	30 181,3	39 111,6
1946	26 609,6	21 597,2	1,58	42 043,2	34 123,6
1947	37 823,1	28 264,7	1,58	59 760,5	44 658,2
1948	42 196,1	42 328,7	1,58	66 669,8	66 879,3
1949	54 125	55 268,1	1,58	85 517,5	87 323,6
1950	56 621	55 535,1	1,58	89 461,2	87 745,5
1951	42 737,8	43 709,7	1,45	61 969,8	63 379,1
1952	38 184,2	46 342,9	1,45	55 367,1	67 197,2
1953	53 536,8	51 902,7	1,45	77 628,4	75 258,9
1954	45 781,3	47 325,3	1,45	66 382,9	68 621,6
1955	66 746,9	66 256,3	1,45	96 783	96 071,6
1956	73 556,6	55 495,6	1,45	106 657,1	80 468,6
1957	79 343,5	46 320,3	1,45	115 048,1	67 164,4
1958	52 054,6	34 179	1,36	70 794,3	46 483,4
1959	47 888,6	40 673	1,36	65 128,5	55 315,3
1960	71 335,4	81 150,8	1,36	79 016,1	110 365,1
1961	75 431,1	104 326,5	1,36	102 586,3	141 884
1962	173 146,4	130 591,5	1,36	235 479,1	177 604,4
1963	84 537,9	95 324,5	1,36	114 971,5	129 641,3
1964	115 080,8	123 182,3	1,31	150 755,8	161 368,8
1965	165 868,6	181 162,3	1,26	208 994,4	228 264,5
1966	169 629,2	167 372	1,21	205 251,3	202 520,1
1967	119 689,7	188 086,4	1,17	140 037	220 061,1
1968	251 252	276 971,2	1,13	283 914,8	312 977,5
1969	244 589,2	171 217	1,09	266 711,2	186 626,5
1970	156 307,1	211 052,9	1,05	164 122,5	221 605,8
1971	164 555 9	262 875,3	1	164 555,9	262 875,
Totais	2 677 685,1	2 708 981,3		3 597 131,8	3 457 759,1

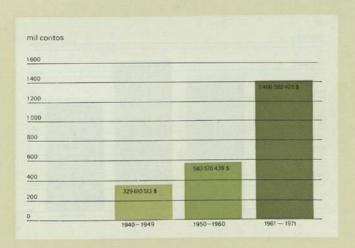
FASES DO DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO



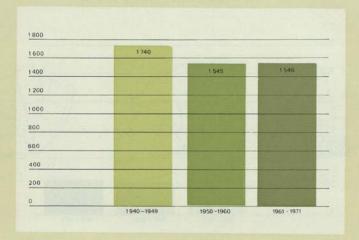
ÁREA TOTAL DE TERRENOS ADQUIRIDOS E PAGOS EM DINHEIRO



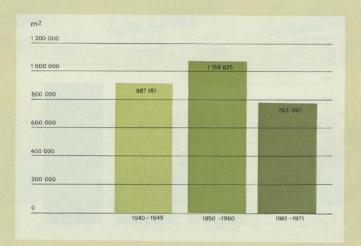
CUSTO TOTAL DOS TERRENOS ADQUIRIDOS E PAGOS EM DINHEIRO



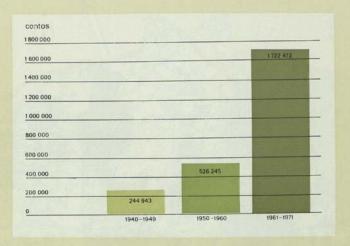
NÚMERO TOTAL DE IMÓVEIS ADQUIRIDOS (Propriedades rústicas e urbanas)



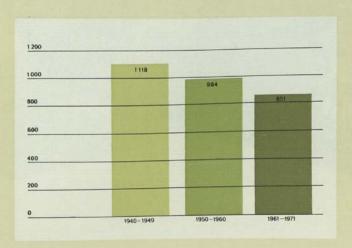
ÁREA DAS PARCELAS DE TERRENOS VENDIDOS EM HASTA PÚBLICA

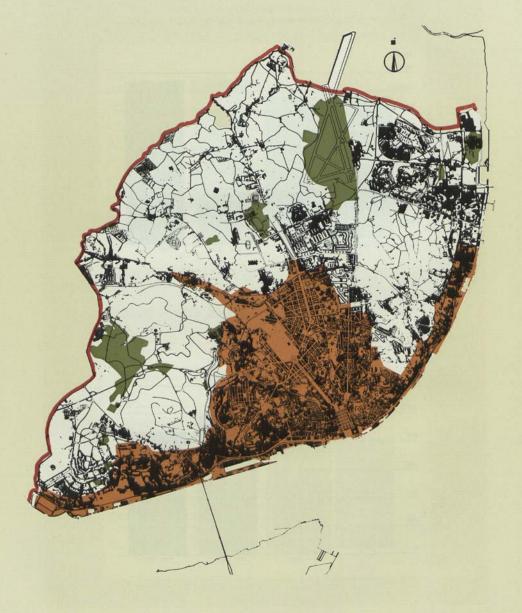


VALOR GLOBAL DOS TERRENOS VENDIDOS EM HASTA PÚBLICA



NÚMERO DE PARCELAS DE TERRENOS VENDIDOS EM HASTA PÚBLICA

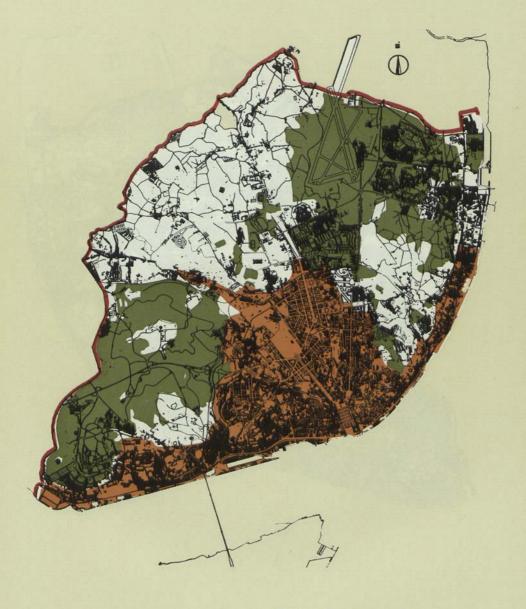




Limite do concelho de Lisboa

Zona densamente construída em 1938

Terrenos municipais existentes em 1938 e exteriores
à zona densamente construída



Limite do concelho de Lisboa

Zona densamente construída em 1938

Terrenos municipais existentes em 1949 e exteriores
à zona densamente construída em 1938





GRANDES PROPRIEDADES DO ESTADO E DO MUNICÍPIO EM 1971

Grandes propriedades do Estado
Grandes propriedades do Município





PARQUES E JARDINS

	utilização
	total

1.152,50 ha 239,36 ha 152,70 ha 18,9 % D. MARIA I



LEGISLAÇÃO DOS REINADOS DE D. JOSÉ E D. MARIA I RELACIONADA COM A CIDADE DE LISBOA

II — LEGISLAÇÃO DO REINADO DE D. MARIA I

1777-1799

ANO DE 1777

Março, 1 — Edital do Senado para a quebra dos escudos por ocasião da morte d'El-Rei. (C. L. P., sup., 1763-1790, p. 431).

Julho, 18 — Alvará extinguindo a Junta das Aguas-Livres e criando a Junta da Administração das Fábricas do Reino e Águas-Livres. (C. L. P., 1775-1790, p. 145).

Agosto, 6 — Alvará que isenta do pagamento de décima não só as rendas da Misericórdia da cidade de Lisboa, mas também as das outras Misericórdias e Hospitais destes Reinos. (L. R. D. M. e C. L. P., 1775-1790, p. 149).

Novembro, 27 — Edital do Senado ordenando que os lavradores e seareiros do termo de Lisboa matem uma dúzia de pardais. (C. L. P., sup., 1763-1790, p. 449).

ANO DE 1778

Abril, 30 — Decreto providenciando a bem do Colégio de S. Patrício, em Lisboa, (C. L. P., sup., 1763-1790, p. 459).

Maio, 13 — Portaria mandando dar livres de direitos as carnes secas vindas para os moradores de Lisboa. (C. L. P., sup., 1763-1790, p. 460).

Julho, 4 — Aviso relacionado com uma consulta do Senado da Câmara de Lisboa, acerca da admissão de aprendizes de ofícios e artes fabris. (C. L. P., sup., 1763-1790, p. 464).

Julbo, 13 — Alvará declarando os direitos da importação da pólvora estrangeira que entrar no porto da cidade de Lisboa. (C. L. P., 1775-1790, p. 168).

Agosto, 3 — Decreto providenciando acerca dos ministros que vão servir em o Senado de Lisboa. (C. L. P., sup., 1763-1790, p. 464).

Setembro, 15 — Decreto acerca de cartas de seguro e alvarás de fiança em Lisboa. (C. L. P.,

1775-1790, p. 182).

Outubro, 1 — Alvará acerca do despacho da pólvora por entrada e saída manifestada na Alfândega de Lisboa. (C. L. P., 1775-1790, p. 183).

ANO DE 1779

Fevereiro, 22 — Alvará criando o presidente dos leilões no Depósito Público. (C. L. P., 1775-1790, p. 195).

Junho, 12 — Alvará com o regimento para o Terreiro Público de Lisboa. (C. L. P.,

1775-1790, p. 199).

Julbo, 7 — Bula de Sua Santidade, acerca de legados pios não cumpridos e da sua aplicação na cidade de Lisboa. (C. L. P., sup., 1763-1790, p. 474).

Julho, 13 — Decreto reduzindo a três as nove superintendências da décima do termo de Lisboa. (C. L. P., 1775-1790, p. 225).

Agosto, 5 — Decreto para o Juiz Executor do Senado o seja das execuções das dívidas preteridas. (C. L. P., sup., 1763-1790, p. 476).

Agosto, 5 — Lei da criação da Academia Real da Marinha. (C. L. P., 1775-1790,

p. 230).

Setembro, 30 — Decreto para o regedor nomear serventuário ao corregedor do Crime da Corte quando este sair de Lisboa acompanhando a Corte. (C. L. P., 1775-1790, p. 243).

Novembro, 29 — Provisão concedendo privilégios à Irmandade de S. Benedito do Convento de S. Francisco da cidade. (C. L. P., sup., 1763-1790, p. 479).

Dezembro, 20 — Edital do Senado impondo penas aos carretadores de carvão que excederem a taxa. (C. L. P., sup., 1763-1790, p. 481).

ANO DE 1780

Janeiro, 15 — Alvará regulando a jurisdição do Intendente-Geral da Polícia. (C. L. P., 1775-1790, p. 255).

Janeiro, 22 — Plano da divisão das paróquias de Lisboa. (C. L. P., 1775-1790, p. 262).

Abril, 19 — Alvará aprovando a nova divisão das paróquias de Lisboa. (C. L. P., 1775--1790, p. 262).

Maio, 17 — Edital da Polícia mandando sair os medigos para fora de Lisboa. (C. L. P., sup.,

1763-1790, p. 487).

Maio, 18 — Provisão providenciando a bem da Basílica de Santa Maria na falta de títulos de suas propriedades perdidas no terramoto de Novembro de 1755. (C. L. P., sup., 1763-1790,

p. 487).

Maio, 20 — Decreto separando da administração da Câmara de Lisboa a contribuição dos reais e realetes da carne e do vinho, passando para a administração da Polícia. (C. L. P., sup., 1763--1790, p. 489).

Junho, 26 — Edital da Polícia acerca da Feira da Ladra e da sisa das bestas ali vendidas.

(C. L. P., sup., 1763-1790, p. 490).

Julho, 6 — Edital acerca das cavalgaduras em Lisboa e seu termo. (C. L. P., sup., 1763-1790, p. 491).

Julho, 11 — Edital do Senado com a taxa da água vendida pelos aguadeiros. (C. L. P., sup.,

1763-1790, p. 491).

Julho, 14 — Decreto mandando incorporar na arrecadação do Real Erário o donativo de quatro por cento estabelecido e aplicado à reedificação das obras públicas da cidade de Lisboa. (C. L. P., sup., 1763-1790, p. 492).

Julho, 19 - Edital do Senado acerca dos aguadeiros. (C. L. P., sup., 1763-1790, p. 493).

Novembro, 20 — Edital do Senado para os seareiros e lavradores matarem uma dúzia de pardais. (C. L. P., sup., 1763-1790, p. 498).

Dezembro, 7 — Aviso notando a má administração do Senado, provendo o seu melhoramento. (C. L. P., sup., 1763-1790, p. 499).

ANO DE 1781

Janeiro, 13 — Carta de doação do Convento da Estrela às Religiosas Carmelitas Descalças. (C. L. P., sup., 1763-1790, p. 501).

Março, 12 — Alvará criando o lugar de fiscal do Terreiro Público. (C.L. P., 1775-1790.

p. 297).

Março, 22 — Alvará privilegiando as obras que a Academia Real das Ciências fizer imprimir e publicar. (C. L. P., sup., 1763-1790, p. 505).

Maio, 10 — Edital do Senado, declarando livres aos negociantes as suas compras e vendas sem a intervenção de corretores. (C. L. P., sup., 1763-

-1790, p. 507).

Agosto, 23 — Alvará criando uma aula pública de Desenho e Arquitectura Civil nesta Corte e cidade de Lisboa. (C. L. P., 1775-1790,

p. 301).

Novembro, 22 — Edital para os seareiros e lavradores do termo de Lisboa matarem uma dúzia de pardais. (C. L. P., sup., 1763-1790, p. 510).

ANO DE 1782

Janeiro, 19 — Alvará providenciando a bem da Misericórdia de Lisboa. (C. L. P., sup., 1763--1790, p. 512).

Janeiro, 30 — Alvará de aprovação a favor do estabelecimento de um Mosteiro da Visitação de Santa Maria em Lisboa. (C. L. P., sup., 1763--1790, p. 514).

Abril, 15 — Decreto concedendo ao Hospital de S. José a quarta parte dos direitos de vendagem do Terreiro Público de Lisboa. (C. L. P.,

sup., 1763-1790, p. 516).

Junho, 12 — Decreto obstando ao abuso de privilégios concedidos aos pedidores dos órfãos de Lisboa. (C. L. P., sup., 1763-1790, p. 519).

Junho, 17 — Lei criando na Corte e cidade de Lisboa a Junta do Proto-Medicato e extinguindo o lugar de físico-mor e o de cirurgião--mor. (C. L. P., 1775-1790, p. 317).

Julho, 1 — Alvará concedendo juiz privativo e privilégio executivo ao Convento do Coração de

Jesus. (C. L. P., 1775-1790, p. 319).

ANO DE 1783

Janeiro, 2 — Resolução isentando de direitos o papel que a Imprensa Régia precisar para os livros que tiver privilégio exclusivo. (C. L. P., sup., 1763-1790, p. 521).

Fevereiro, 6 — Edital prometendo prémio a quem denunciar os ladrões que grassam em Lisboa. (C. L. P., sup., 1763-1790, p. 522).

Fevereiro, 12 — Alvará acerca da jurisdição dos mordomos da Casa dos Expostos de Lisboa contra os aliciadores de expostas. (C. L. P., 1775-

-1790, p. 331).

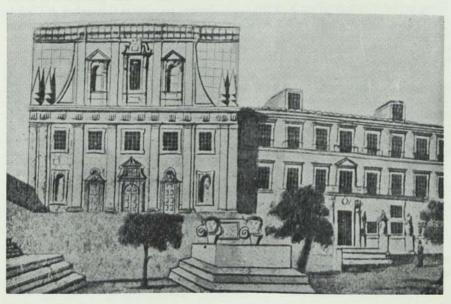
Fevereiro, 17 — Decreto cometendo ao inspector das Obras Públicas a reedificação de Lisboa; autoridade do regedor a este respeito. (C. L. P., 1775-1790, p. 333).

Novembro, 18 — Decreto concedendo uma lotaria anualmente à Misericórdia de Lisboa, (C. L. P., sup., 1763-1790, p. 529).

ANO DE 1784

Abril, 20 — Edital da Polícia com providências acerca do provimento do carvão. (C. L. P., 1775-1790, p. 356).

O Colégio de Santo Antão, onde foi instalado o Hospital de S. José



Abril, 26 — Decreto acerca do conflito de jurisdição entre a Junta do Tabaco e o Administrador da Alfândega Grande sobre a concessão de franquias de baldeação de alguns géneros. (C. L. P., 1775-1790, p. 357).

Agosto, 31 — Aviso para que a irmandade do Santíssimo da freguesia dos Mártires administre o rendimento da Fábrica da mesma freguesia. (C. L. P., sup., 1763-1790, p. 560).

Setembro, 6 — Edital do Senado para que os cais e praças públicas se conservem desembaraçados e sem pejamento algum. (C. L. P., 1775-1790, p. 358).

Setembro, 18 — Edital do Senado proibindo extraviar-se água dos chafarizes para fins impróprios. (C. L. P., 1775-1790, p. 359).

Novembro, 26 — Breve de Sua Santidade acerca de legados não cumpridos na cidade de Lisboa. (C. L. P., sup., 1763-1790, p. 562).

ANO DE 1785

Janeiro, 17 — Edital do Senado da Câmara de Lisboa para as mulheres que vendem em lugares públicos não terem em sua companhia moço ou pessoa do género masculino. (C. L. P., sup., 1763-1790, p. 565).

Abril, 12 — Decreto de perdão aos presos das cadeias públicas da cidade de Lisboa por ocasião do casamento dos Sereníssimos Senhores Infantes. (C. L. P., 1775-1790, p. 375).

Abril, 18 — Edital do Senado evitando o lançamento de caliças de cima dos telhados. (C. L. P., 1775-1790, p. 379).

Abril, 18 — Edital do Senado, para os moradores de Lisboa não deixarem estar por pôr os vidros das vidraças das suas janelas que se quebrarem. (C. L. P., 1775-1790, p. 379).

Outubro, 20 — Edital do Senado obstando ao excesso de preços de alugueres de seges. (C. L. P., sup., 1763-1790, p. 567).

Novembro, 8 — Edital da Polícia contra os mendigos e ociosos que forem encontrados na cidade de Lisboa. (C. L. P., 1775-1790, p. 388).

Novembro, 12 — Decreto acerca dos emolumentos dos escrivões da arrecadação dos direitos dos vinhos das quatro portas da cidade. (C. L. P., 1775-1790, p. 389).

ANO DE 1786

Fevereiro, 14 — Decreto proibindo a entrada de meias de seda estrangeiras à excepção das pretas atendendo ao louvável progresso que os fabricantes estabelecidos em Lisboa têm feito neste género de manufacturas em perfeição e bondade. (C. L. P., 1775-1790, p. 392).

Março, 2 — Assento declarando que o decreto de 12 de Junho de 1758 tem lugar em todos os bairros de Lisboa e mais cidades do Reino. (C. L. P., 1775-1790, p. 397).

Março, 21 — Resolução acerca de as adelas poderem vender peças de prata. (C. L. P., sup., 1763-1790, p. 572).

Março, 23 — Assento declarando que as causas dos alemães e outros privilegiados se deviam distribuir por todos os Corregedores do Cível da cidade. (C. L. P., 1775-1790, p. 401).

Setembro, 5 — Alvará autorizando as bulas para os legados não cumpridos se aplicarem aos hospitais dos enfermos e expostos da cidade de Lisboa. (C. L. P., 1775-1790, p. 405).

Setembro, 6 — Edital do Senado para se evitar a travessia do peixe. (C. L. P., 1775-1790, p. 407).

ANO DE 1787

Março, 31 — Decreto isentando do recrutamento os maridos e filhos das amas dos enjeitados do Hospital Real de Todos-os-Santos da cidade de Lisboa. (C. L. P., 1775-1790, p. 430).

Maio, 4 — Edital para que as vendedeiras com lugares na Praça da Figueira não saiam a vender fora dos mesmos. (C. L. P., sup., 1763-1790, p. 580).

Maio, 30 — Edital permitindo que só o piloto-mor conduza os navios que demandam a barra de Lisboa. (C. L. P., sup., 1763-1790,

p. 583).

Junho, 1 — Alvará dando foral ao Reguengo de Tavira doado ao Convento do Coração de Jesus, mandado fundar nas terras do Casal, denominado da Estrela, situado na cidade de Lisboa. (C. L. P., 1775-1790, p. 432).

Novembro, 15 — Decreto acerca da jurisdição dos inspectores da reedificação de Lisboa.

(C. L. P., 1775-1790, p. 479).

Dezembro, 17 — Decreto dividindo em duas a Contadoria Geral da Corte e Província da Estremadura: denominando uma Contadoria Geral da Cidade de Lisboa e seu Termo, e outra da Província da Estremadura. (C. L. P., sup., 1763--1790, p. 596).

Dezembro, 20 - Decreto regulando os oficiais para as duas contadorias supra. (C. L. P.,

sup., 1763-1790, p. 597).

Dezembro, 29 — Portaria com a repartição dos trabalhos das duas contadorias supra. (C. L. P., sup., 1763-1790, p. 597).

ANO DE 1788

Janeiro, 7 — Aviso acerca de pretos marinheiros que pretendem ficar livres detidos a bordo de um navio que se encontra no porto de Lisboa. (C. L. P., sup., 1763-1790, p. 600).

Janeiro, 28 — Alvará acerca da jurisdição do Provedor dos Resíduos de Lisboa, sobre heranças jacentes. (C. L. P., 1775-1790, p. 485).

Junho, 16 — Provisão declarando que o Juízo da Coroa é o privativo para todas as causas da Basílica de Santa Maria Maior. (C. L. P., 1775--1790, p. 521).

Agosto, 14 — Edital da polícia proibindo o vagarem cães pela cidade. (C. L. P., sup., 1763--1790, p. 606).

Setembro, 10 — Decreto acerca de aposentadorias concedidas em casas sitas na Rua Augusta. (C. L. P., sup., 1763-1790, p. 607).

ANO DE 1789

Março, 16 — Decreto mandando sentenciar extraordinariamente os réus de diferentes roubos ultimamente perpetrados na cidade de Lisboa. (C. L. P., 1763-1790, sup., p. 625).

Julho, 4 — Alvará a favor dos compradores dos vinhos do termo de Lisboa. (C. L. P., 1775-

-1790, p. 561).

Julho, 9 — Edital do Senado proibindo a criação de porcos dentro da cidade. (C. L. P., 1775-1790, p. 562).

Dezembro, 9 — Edital do Senado da Câmara de Lisboa proibindo ao aferidor das medidas de líquido o podê-las vender. (C. L. P., sup., 1763--1790, p. 629).

ANO DE 1790

Janeiro, 2 — Lei estabelecendo em Lisboa a Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho e seus Estatutos. (C. L. P., 1775-1790, p. 578).

Janeiro, 7 — Alvará confirmando os privilégios aos juízes e mestres do ofício de cortador da cidade de Lisboa. (C.L.P., 1775-1790, p. 585).

Abril, 14 - Decreto declarando trienal o ofício de feitor da abertura da Alfândega de Lisboa. (C. L. P., 1775-1790, p. 601).

Abril, 23 — Decreto regulando os ordenados dos lentes substitutos e oficiais da Academia Militar de Fortificação. (C. L. P., 1775-1790, p. 603).

Junho, 14 — Decreto aumentando o ordenado ao juiz da Balança das carnes que se pesam no matadouro de Lisboa. (C. L. P., 1775-1790, p. 605).

Junho, 22 - Taxa do que deve levar o aferidor das medidas de líquido, a qual lhe foi dada pelo Tribunal do Senado da Câmara em regimento de 22 de Junho de 1790. (C. L. P., 1763-1790, p. 646).

Setembro, 2 — Edital do Senado acerca das vendas na Praça da Figueira. (C. L. P., 1775-

-1790, p. 616).

Vista do sítio e do mosteiro da Esperança do século XVHI Novembro, 29 — Edital do Senado da Câmara para estarem regularmente aferidas as medidas de líquido. (C. L. P., sup., 1763-1790, p. 662).

ANO DE 1791

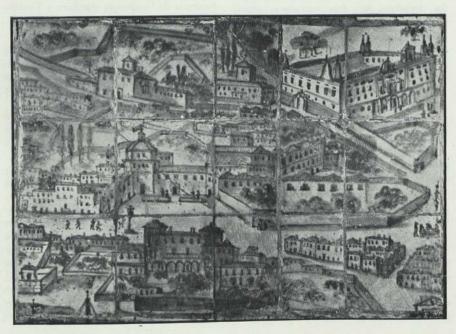
Janeiro, 14 — Decreto nomeando juiz privativo e administrador dos Mosteiros da Esperança, Santa Clara e Calvário. (C. L. P., 1791-1801, p. 2).

Março, 28 — Alvará regulando as obras da estrada de Lisboa a Coimbra e Porto e do encanamento do Mondego. (C. L. P., 1791-1801,

p. 9).

Abril, 3 — Decreto admitindo no Colégio dos Nobres alunos externos na Academia de Manejo e Arte de andar a cavalo. (C. L. P., sup., 1791-1820, p. 4).

Maio, 12 — Portaria acerca das adelas. (C. L. P., sup., 1791-1820, p. 5).



Julbo, 7 — Edital do Senado da Câmara de Lisboa para se aferirem as sacas de carvão de madeira. (C. L. P., sup. 1791-1820, p. 6).

Julho, 12 — Aviso ao arcebispo primaz de Braga para não perturbar os direitos do patriarca de Lisboa, (C. L. P., supl., 1791-1820, p. 7).

Agosto, 6 — Alvará declarando a natureza do ofício de corretor e provedor dos Seguros da praça de Lisboa: regulação e inspecção dos mesmos. (C. L. P., 1791-1801, p. 17).

Novembro, 5 — Decreto criando o ofício de guarda-mor da Academia Real das Ciências e seu ordenado. (C. L. P., sup., 1791-1820, p. 11).

Dezembro, 2 — Assento acerca de várias dúvidas suscitadas no Juízo da Chancelaria da Casa da Suplicação. (C. L. P., 1791-1801, p. 43).

Dezembro, 16 — Edital do Senado acerca do carvão. (C. L. P., sup., 1791-1820, p. 13).

Dezembro, 16 — Edital para só as adelas poderem vender os objectos da sua competência. (C. L. P., sup., 1791-1820, p. 13).

ANO DE 1792

Março, 8 — Aviso para se não aumentarem as rendas das casas desde Santos até Pedrouços. (C. L. P., sup., 1791-1820, p. 15).

Março, 9 — Decreto declarando que as decisões do Senado não estão sujeitas a recursos para juízo contencioso. (C. L. P., sup., 1791-1820, p. 15).

Maio, 7 — Edital da Câmara de Lisboa acerca da polícia da Praça da Figueira. (C. L. P., sup., 1791-1820, p. 18).

Maio, 18 — Assento do Senado acerca da ordem do juízo dos almotacés e juízes da almotaçaria. (C. L. P., 1791-1801, p. 67).

Junho, 16 — Decreto providenciando a bem do Colégio dos Nobres. (C. L. P., sup., 1791--1820, p. 20).

Julho, 28 — Edital da Câmara de Lisboa acerca do pão de luxo. (C. L. P., sup., 1791-1820, p. 22).

Agosto, 9 — Edital da Câmara acerca de tabuletas e balcões no arruamento da cidade e limpeza dos passeios. (C. L. P., sup., 1791-1820, p. 23).

ANO DE 1793

Fevereiro, 28 — Aviso declarando a faculdade régia que tinham os padres vicentes em Lisboa de terem estudos e aulas públicas no seu mosteiro. (C. L. P., sup., 1791-1820, p. 30).

Março, 18 — Alvará com o Regimento do Mosteiro de Santos. (C. L. P., 1791-1801, p. 96).

Abril, 11 — Alvará criando um avaliador das miudezas dos leilões realizados em Lisboa. (C. L. P., 1791-1801, p. 133).

Abril, 13 — Edital taxando o preço das velas de sebo em Lisboa. (C. L. P., sup., 1791-1820, p. 32).

Maio, 13 — Edital para que todo o pão cozido que se vender tenha o peso. (C. L. P., sup., 1791-1820, p. 32).

Junho, 3 — Alvará extinguindo o ofício de provedor e todos os mais dos armazéns da Guiné e Índia e do Arsenal da Marinha; e criando a nova Intendência e Contadoria da Marinha. (C. L. P., 1791-1801, p. 137).

Junho, 3 — Decreto conservando os ordenados aos oficiais que pelo alvará supra foram excluídos dos seus ofícios, achando-se encartados. (C. L. P., 1791-1801, p. 142).

Junho, 3 — Decreto regulando os ordenados dos empregos criados pelo primeiro alvará desta data. (C. L. P., 1791-1801, p. 143).

ANO DE 1794

Janeiro, 7 — Edital acerca dos pesos e medidas grandes e pequenas em Lisboa. (C. L. P., sup., 1791-1820, p. 46).

Fevereiro, 6 — Decreto suspendendo o regimento de 18 de Março de 1793 do Mosteiro de Santos. (C. L. P., 1791-1801, p. 162).

Fevereiro, 10 — Decreto aumentando os ordenados dos oficiais do Terreiro. (C. L. P., sup., 1791-1820, p. 47).

Fevereiro, 27 — Edital do Senado acerca de pesos. (C. L. P., sup., 1791-1820, p. 48).

Março, 12 — Decreto com o contrato das carnes para consumo da capital. (C. L. P., 1791-

-1801, p. 170 e 175).

Julho, 11 — Decreto para os presos do Limoeiro se remeterem logo para os seus degredos para que estejam sentenciados. (C. L. P., 1791-1801, p. 185).

Julho, 19 — Alvará sobre o Contador da Fazenda da cidade. (C. L. P., 1791-1801, p. 186).

Agosto, 13 — Edital para a boa ordem dos chafarizes e aguadeiros de Lisboa. (C. L. P.,

sup. 1791-1820, p. 50).

Agosto, 25 — Decreto ordenando que os corregedores e juízes dos bairros de Lisboa façam por turno as visitas do ouro dos navios. (C. L. P., 1791-1801, p. 189).

ANO DE 1795

Fevereiro, 13 — Edital do Senado da Câmara proibindo a alteração do preço do sebo. (C. L. P., sup., 1791-1820, p. 58).

Maio, 27 — Decreto estabelecendo uma consignação mensal para o Jardim Botânico. (C. L. P.,

sup., 1791-1820, p. 86).

Junho, 8 — Decreto nomeando um administrador e um escriturário para o Jardim Botânico.

(C. L. P., sup., 1791-1820, p. 87).

Junho, 17 — Alvará concedendo licença à Academia das Ciências para transportar para os domínios ultramarinos os livros da sua publicação. (C. L. P., sup., 1791-1820, p. 88).

Junho, 30 — Aviso autorizando a Academia Real das Ciências para a aquisição de lápidas de inscrição. (C. L. P., sup., 1791-1820, p. 90).

Julho, 29 — Edital a evitar abusos no pagamento e arrecadação de direitos do vinho que vem de fora de Lisboa e termo. (C. L. P., sup., 1791-1820, p. 90).

Outubro, 26 — Decreto unindo o Hospício das Necessidades à Casa do Espírito Santo de Lisboa. (C. L. P., 1791-1801, p. 252).

Outubro, 30 — Decreto estabelecendo a esmola mensal de cento e vinte mil réis para pão para os presos de Lisboa. (C. L. P., 1791-1801, p. 252).

Novembro, 24 — Alvará ampliando o de 12 de Junho de 1779 acerca da administração do Terreiro. (C. L. P., 1791-1801, p. 253).

ANO DE 1796

Janeiro, 26 — Aviso para que um desembargador despachado para o Senado continue a servir de conservador da Nação Francesa. (C. L. P., 1791-1801, p. 258).

Fevereiro, 29 — Alvará criando a Real Biblioteca Pública de Lisboa. (C. L. P., 1791-

-1801, p. 259).

Março, 4 — Decreto criando um bibliotecário maior para a Livraria Pública de Lisboa. (C. L. P., sup., 1791-1820, p. 98).

Março, 5 — Decreto criando um segundo bibliotecário para a Livraria Pública de Lisboa.

(C. L. P., sup., 1791-1820, p. 98).

Abril, 1 — Lei do novo regulamento para a Academia Real dos Guardas-Marinhas. (C. L. P., 1791-1801, p. 267).

Maio, 13 — Lei criando um porto franco na Junqueira. (C. L. P., 1791-1801, p. 279).

Junbo, 24 — Decreto concedendo Carta de Conselho aos dois vereadores mais velhos do Senado de Lisboa. (C. L. P., 1791-1801, p. 285).

Julho, 27 — Edital do Senado acerca de forneiros. (C. L. P., sup., 1791-1820, p. 109).

Outubro, 6 — Decreto mandando sentenciar sumariamente na Relação uns ladrões escandalosos que infestavam a cidade de Lisboa. (C. L. P., 1791-1801, p. 299).

Outubro, 15 — Aviso acerca dos contratadores de carne em Lisboa. (C. L. P., sup., 1791-1820, p. 118).

Novembro, 17 — Edital acerca dos carreiros em Lisboa. (C. L. P., sup., 1791-1820, p. 120).

Novembro, 26 — Portaria do Senado a evitar a falta de carvão em Lisboa. (C. L. P., sup., 1791-1820, p. 121).

ANO DE 1797

Janeiro, 21 — Regimento dos taberneiros de Lisboa. (C. L. P., 1791-1801, p. 367).

Janeiro, 21 — Regimento dos forneiros de

Lisboa. (C. L. P., 1791-1801, p. 368).

Janeiro, 21 — Regimento dos oleiros e dos que vendem louça. (C. L. P., 1791-1801, p. 369).

Janeiro, 28 — Edital do Senado regulando os panos de palha em Lisboa. (C. L. P., 1791-

-1801, p. 371).

Fevereiro, 2 — Aviso mandando despejar o Colégio da Estrela para servir de Hospital da tropa inglesa. (C. L. P., sup., 1791-1820, p. 124).

Março, 10 — Aviso a evitar a falta de carvão em Lisboa. (C. L.P., sup., 1791-1820, p. 127).

Março, 18 — Edital do Senado a evitar o monopólio da carqueja. (C. L. P., sup., 1791-1820, p. 129).

Abril, 19 — Decreto providenciando ao abastecimento de carnes verdes em Lisboa. (C. L. P.,

sup., 1791-1820, p. 130).

Junho, 29 — Decreto acerca das quebras dolosas nos géneros do Terreiro. (C. L. P., 1791--1801, p. 410).

Setembro, 27 — Alvará para se abrir um empréstimo para a obra do Hospital Real da Marinha, Laboratório Químico e Dispensatório Farmacêutico. (C. L. P., 1791-1801, p. 460).

Dezembro, 22 — Portaria do Senado contra os homens que existem com mulheres nos lugares da Praça da Figueira. (C. L. P., sup., 1791-1820, p. 136).

ANO DE 1798

Janeiro, 20 — Aviso isentando da Censura as obras mandadas imprimir pela Academia Real das Ciências. (C. L. P., 1791-1801, p. 482).

Fevereiro, 1 — Resolução acerca das mostras e revistas da Ribeira das Naus. (C. L. P., 1791-1801, p. 485).

Maio, 9 — Alvará dando preferência aos vendedores do Terreiro sobre os bens dos sócios falidos. (C. L. P., 1791-1801, p. 490).

Maio, 24 — Aviso autorizando a compra de um conto e duzentos mil réis de livros para a Livraria Pública de Lisboa. (C. L. P., sup., 1791-

-1820, p. 146).

Junho, 6 — Resolução para os alunos das Academias da Marinha se exercitarem no Observatório Real; e sendo aprovados se admitam como voluntários nos navios de guerra. (C. L. P., 1791-1801, p. 492).

Junho, 8 — Portaria aplicando a bem da Livraria Pública de Lisboa as multas em que incorrerem os oficiais da mesma. (C. L. P., sup., 1791-

-1820, p. 146).

Junho, 8 — Aviso providenciando a bem da mesma Livraria. (C. L. P., sup., 1791-1820,

p. 147).

Junho, 30 — Alvará criando a Real Sociedade Marítima, Militar e Geográfica. (C. L. P., 1791-1801, p. 492).

Setembro, 6 — Instruções para o estabelecimento das diligências entre Lisboa e Coimbra.

(C. L. P., 1791-1801, p. 501).

Dezembro, 16 — Circular da Intendência-Geral da Polícia a evitar o escândalo de frades em lugares públicos. (C. L. P., sup., 1791-1820, p. 151).

ANO DE 1799

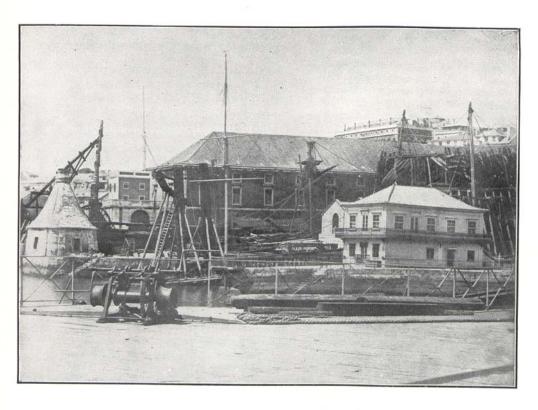
Fevereiro, 15 — Aviso e Plano de direcção da Marchantaria de Lisboa. (C. L. P., 1791-1801, p. 521).

Julbo, 18 — Alvará estabelecendo uma Lotearia Real conforme o plano junto ao mesmo alvará. (C. L. P., 1791-1801, p. 563).

Agosto, 16 — Decreto de perdão aos presos das cadeias de Lisboa e Porto por ocasião da Regência do Príncipe Nosso Senhor. (C. L. P.,

1791-1801, p. 580).

Setembro, 4 — Decreto para que o conselheiro da Fazenda mais antigo sirva de guarda-mor da Torre do Tombo. (C. L. P., 1791-1801, p. 581).



Outubro, 11 — Providências para o Regulamento do Arsenal da Marinha. (C. L. P., 1791-1801, p. 587).

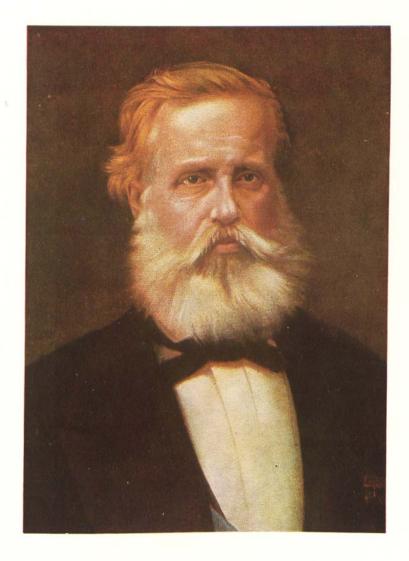
Novembro, 4 — Decreto mandando dar à Academia Real das Ciências 4.800\$000 réis anuais. (C. L. P., 1791-1801, p. 591).

Novembro, 13 — Edital do Senado da Câmara de Lisboa com a proibição da venda de roupas e trastes aos domingos e dias santos. (C. L. P., sup., 1791-1820, p. 185).

Dezembro, 14 — Alvará para Regulamento da Academia Real da Marinha. (C. L. P., 1791-

-1801, p. 596).

Dezembro, 23 — Edital do Senado da Câmara de Lisboa acerca da venda de roupas e trastes nos domingos e dias santos. (C. L. P., sup., 1791-1820, p. 187).



O IMPERADOR DO BRASIL, D. PEDRO 11. Ó LEO DE VITOR MEIRELES (MUSEU IMPERIAL, PETRÓPOLIS)

O IMPERADOR DO BRASIL EM LISBOA

(1871 - 1872)

NUNCA como durante este ano de 1972
Portugal e Brasil, portugueses e brasileiros — juntos comemorando o quarto centenário
da publicação de Os Lusiadas, o sesquicentenário
da independência do Brasil e o quinquagésimo
aniversário da primeira travessia aérea do Atlântico-Sul —, estiveram tão próximos e tão unidos,
desde que em 7 de Setembro de 1822, junto da
ribeira do Ipiranga, o Príncipe D. Pedro proclamou independente o reino do Brasil.

De então para cá, ao longo de século e meio, tem existido entre os dois países e entre os dois povos um permanente diálogo — nem sempre isento de dificuldades e incompreensões —, de vez em quando assinalado por um ou outro acon-

tecimento de maior relevância.

Há precisamente cem anos—foi em 1872—viveu-se em Portugal um desses momentos grandes: a viagem do Imperador do Brasil D. Pedro II e da Imperatriz D. Teresa Cristina, cuja visita a Lisboa deixamos aqui recordada, pela importância e repercussões que teve, pela oportunidade de que a sua evocação se reveste e porque, no dizer de um relato contemporâneo, «nenhum príncipe foi ainda recebido em Portugal com manifestações tão honrosas como o Imperador do Brasil e a Imperatriz, sua esposa» (¹).

*

«Em 1871, a situação política do Império, no Brasil, era de crise. As ideias do abolicionismo, da reforma eleitoral e judiciária, o recente lançamento do Manifesto Republicano, subscrito por um grupo de homens dos mais conceituados no país, além dos fortes movimentos de reacção aos gabinetes que se formavam para dirigir os destinos do governo, empolgavam as consciências progressistas, dando nova contextura às lutas sociais, naquela fase do Segundo Reinado» (²).

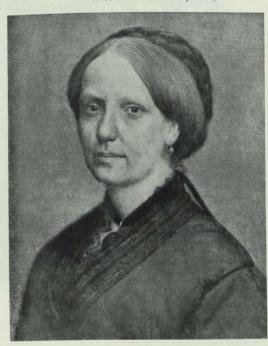
Foi nesse ambiente que D. Pedro II decidiu fazer a sua primeira viagem à Europa e ao Egipto — e não lhe faltariam razões que o aconselhassem a uma saída temporária do Brasil, a uma mudança de ares, como as próprias condições políti-

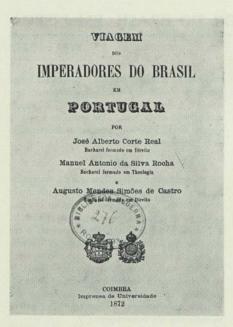
cas internas, o desgaste que lhe provocara a longa guerra do Paraguai, a doença que afectara a Imperatriz, a morte recente de sua filha D. Leopoldina, Duquesa de Saxe. «De qualquer modo, a viagem de D. Pedro II suscitou a desaprovação de conservadores e liberais» (³).

*

A notícia da visita a Portugal do Imperador do Brasil fez nascer logo entre nós iniciativas para uma recepção condigna. Enquanto se esboçavam os programas e se organizavam os festejos, a Câmara Municipal de Lisboa aproveitou o ensejo para mandar fazer um estandarte da Cidade, de que estava carecida, e que, como adiante veremos, teve ocasião de exibir, apesar de D. Pedro II ter desejado que a sua visita se revestisse de carácter estritamente particular, pelo que foram suspensos os preparativos que estavam a ser desenvolvidos em sua homenagem (4).

A Imperatriz do Brasil, D. Teresa Cristina. Óleo de Vicente Pereira Mallio (Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro)





A passagem dos Imperadores do Brasil por Portugal em Junho de 1871 não era mais do que o preâmbulo necessário da sua larga excursão pela Europa. Suas Majestades haviam decidido deixar para o final da sua viagem a visita mais demorada a Portugal.

Tendo partido do Rio de Janeiro em 25 de Maio de 1871 a bordo do navio inglês Douro, acompanhado de uma comitiva de quinze pessoas, na simples qualidade de D. Pedro de Alcântara e sua Mulher, o régio casal chegou ao Tejo na madrugada de 12 de Junho, fundeando em seguida o vapor em frente do Lazareto, onde se impunha uma quarentena de oito dias em virtude de no Rio de Janeiro grassar então uma epidemia de febre amarela (°). D. Pedro II recusou não só furtar-se à quarentena como a permanência durante esse tempo na corveta Estefânia, que para o acolher fora especialmente preparada, preferindo suportar no Lazareto, em igualdade com os demais trezentos passageiros do Douro, o período determinado pelas disposições sanitárias. «Essa recusa em ser tratado como chefe de Estado ou como Imperador, D. Pedro II, ou melhor, D. Pedro de Alcântara, iria manter em todas as suas viagens ao estrangeiro», durante as quais «fazia absoluta questão de desprender-se de tudo o que pudesse apresentá-lo ou fazê-lo passar como Soberano, para o que declinava sistematicamente toda e qualquer homenagem, partisse de quem e de onde partisse» (*).

Cumprimentado à sua chegada pela Família Real portuguesa e pelas autoridades, entre as quais a Câmara Municipal de Lisboa (7), e depois visitado durante a quarentena por inúmeras personalidades, incluindo muitos intelectuais, a todos recebendo com grande afabilidade e interesse, especialmente «os homens cultos e superiores», D. Pedro apreciou ainda duas serenatas no Tejo em sua honra, que não pudera evitar que se realizassem, nas noites de 12 e 17, enquanto durante os oito dias da quarentena as casas da Lisboa ribeirinha se achavam festivamente iluminadas.

É curioso referir que, tendo Alexandre Herculano ido cumprimentar o Imperador, durante a conversa havida este lamentou a má qualidade do azeite servido no Lazareto, pelo que dois dias depois voltava o escritor a visitar D. Pedro II, levando-lhe uma bilha de azeite da sua produção de Vale de Lobos. «E assim um dos mais eruditos historiadores modernos oferecia um produto do seu trabalho agrícola ao monarca ilustrado, que sempre respeitara o superior talento do criador de Eurico e do poeta da Harpa do Crente».

Finalmente, a 20 de Junho, pela manha de um dia brilhante, desembarcava o Imperador em Lisboa, no Terreiro do Paço, numa cerimónia muito luzida e com grande concorrência. Formou-se então um cortejo de cerca de cem carruagens, que seguiu até ao Rossio. Durante todo o percurso, o povo erguia vivas ao Brasil e aos Imperadores, enquanto as músicas regimentais executavam todas o hino brasileiro.

No Rossio, perante a estátua de seu Pai (*), D. Pedro II, de pé, «descobriu-se e cortejou reverentemente o monumento, dedicando-lhe alguns momentos de contemplação». E dali partiu para o Palácio das Janelas Verdes, onde visitou sua madrasta a Imperatriz D. Amélia, viúva de D. Pedro I do Brasil (*). Em seguida foi a S. Vicente de Fora inclinar-se perante o túmulo de seu Pai, o que constituiu um momento de grande emoção (1°). E depois de visitar o Rei D. Luís na

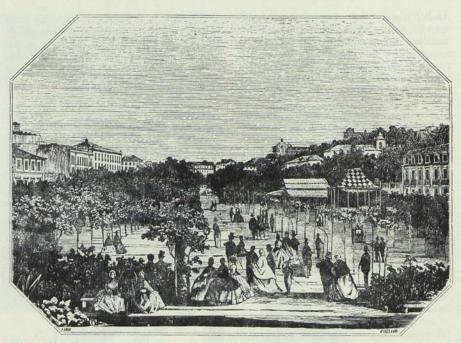
Ajuda (11) e o Rei D. Fernando nas Necessidades (12) e de ter atentamente percorrido o Mosteiro dos Jerónimos (Convento de Belém lhe chamavam então frequentemente) na companhia de Alexandre Herculano (13), dirigiu-se ao Hotel de Bragança, ao Chiado, onde se hospedou, já que não aceitara ficar instalado no Palácio de Belém, que D. Luís mandara preparar para o efeito (14).

Se o Palácio de Belém, na sua sumptuosidade, se achava «próprio e digno de receber tão elevados hóspedes», também o Hotel de Bragança reunia «todas as condições para receber hóspedes reais, acrescendo às suas comodidades e magnificência estar colocado em posição elevada, donde se goza majestosa perspectiva de grande parte da cidade baixa e do Tejo» (15).

Com as ruas profusamente iluminadas, como Lisboa não voltara a ver desde o casamento de D. Luís I com D. Maria Pia, em 1862, os Imperadores saíram depois do jantar até ao Passeio Público, onde ouviram um concerto (16). E «Suas Majestades recolheram ao hotel às onze horas, atravessando com dificuldade as ondas apinhadas da multidão que enchia o Chiado e a rua do Duque de Bragança» e que aí, como no Rossio e em outros locais percorridos pelos augustos visitantes, rompia em vivas estrondosos.

No dia 21, pouco passava das seis da manhã quando D. Pedro II, na companhia de D. Fernando, seu cunhado, deixou o hotel e a pé se dirigiu à estátua de Luís de Camões, onde depôs





O Passeio Público

uma coroa de flores (17), continuando a pé até às Necessidades, passando pelo Cais do Sodré, Aterro, Cova da Moura, etc. A seguir ao almoço, o Imperador visitou durante quatro horas a Escola Politécnica (18), tendo depois D. Pedro e D. Teresa Cristina sido recebidos no Palácio da Ajuda, num jantar de gala que D. Luís e D. Maria Pia, seus sobrinhos, lhes ofereceram e que não sem dificuldade aceitaram, dado o carácter de privacidade e simplicidade que desejavam imprimir à sua visita (19).

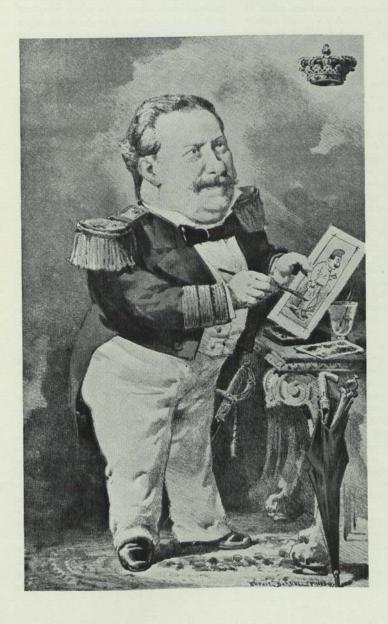
A 22 de Junho foi a partida para o estrangeiro. «Não alterando os seus hábitos de grande madrugador, Sua Majestade levantou-se às quatro horas da manhã, e pouco depois tomou um banho frio». As sete menos um quarto almoçaram os Imperiais viajantes, e em seguida foi o Senhor D. Pedro agradecer pessoalmente a monsieur Meston, dono do Hotel de Bragança, «a excelência e boa ordem do tratamento e elogiar a perfeita organização do hotel».

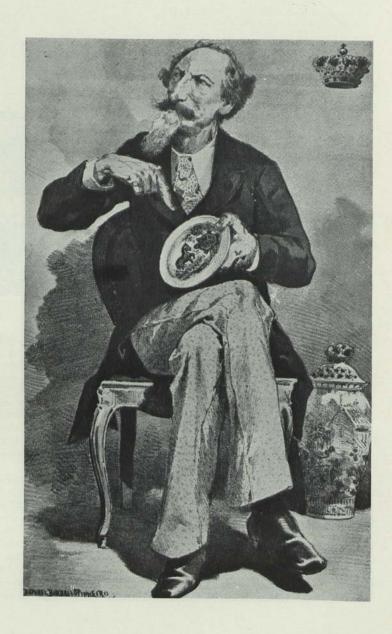
Saindo pelas oito e dez da manhã de Santa Apolónia (20), o comboio chegou a Elvas às quatro e três quartos da tarde. As entidades espanholas que o receberam em Badajoz D. Pedro II falou com elogio dos homens e das coisas de Portugal e, referindo-se a Lisboa, «disse que era mais bonita e importante do que anteriormente julgara, que tem admiráveis monumentos, e louvou a grande vigilância policial que nela há».

*

Depois de breve passagem por Madrid, partiram os Imperadores para França, Inglaterra, Bélgica, Alemanha, Austria, Itália, Egipto, novamente Itália, Suíça, França, Espanha, regressando a Portugal (Elvas) a 29 de Fevereiro de 1872.

«Na demorada excursão pelo Velho Mundo, Pedro II fizera questão de conhecer, pessoalmente, como era de seus hábitos, as figuras mais eminentes da política, da ciência, das letras e das artes» (21), tendo também visitado interessada-





mente templos, bibliotecas, museus, instituições de cultura, universidades. «Queria ver tudo, embora quase sempre o fizesse um pouco superficialmente, inquiria de tudo, a tudo se prestava, desde que se tratasse de examinar uma ruína, de pisar as ruas de uma velha cidade, de galgar a torre de um castelo ou embeber-se na contemplação de um belo panorama» (22). Foi assim de grande prazer espiritual para D. Pedro de Alcântara esta sua viagem. E, como sugeria alguém em saborosa linguagem ao gosto da época, «o viajante que percorreu e estudou tantos e tão diversos estados, a sisuda Alemanha, que é a alma mater da ciência, a formosa Itália, a pátria das belas-artes, a industriosa Inglaterra, a romanesca Espanha, e a rainha do bom gosto, a espirituosa França, de certo que levou para além do Atlântico lições profícuas da arte de reinar» (23).

*

Os Imperadores do Brasil regressaram a Portugal oito meses depois de o haver deixado; e os jornalistas notaram então que «o imperador traz a barba mais branca do que quando aqui passou» (24). Também Portugal sofrera entretanto algumas modificações, tendo o Marquês de Ávila e Bolama deixado a chefia do Governo em Setembro de 1871, assumindo então a Presidência do Conselho António Maria Fontes Pereira de Mello. Todo o Governo, aliás, tinha sido substituído naquela data; e se à despedida do Imperador, em Junho de 1871, o Ministro dos Negócios Estrangeiros era Ávila, que com a Presidência acumulava aquelas funções e ainda a pasta do Reino, quem em 29 de Fevereiro seguinte recebeu D. Pedro II em Elvas em nome do Governo foi o novo Ministro dos Estrangeiros, João de Andrade Corvo, que meses antes havia acolhido o Imperador na Escola Politécnica, na qualidade de seu Director.

De Elvas D. Pedro II passou a Coimbra e no mesmo dia seguiu para o Porto. E, como este não é «cidade que se fique atrás em galhardia e pundonor», a recepção feita ao Imperador foi grandiosa, nos três dias que demorou a régia visita, tendo tido como ponto mais emocionante a ida de D. Pedro à Igreja da Lapa, no dia 1 de Março, para ajoelhar perante a urna que encerra o coração de seu Pai.

A 3 de Março decorreu a visita a Braga; nos dias 4 e 5 foi a vez de Coimbra; a 5 pernoitou D. Pedro em Leiria, começando o dia 6 pelas visitas à Batalha e a Alcobaça e detendo-se finalmente nas Caldas da Rainha, antes de chegar a Lisboa.

*

«Lisboa é uma das mais formosas cidades do mundo, a mais formosa das mais ricas, e a mais rica das mais entusiasticamente festejadas por poetas e viajantes.

A excelência do seu porto, a magnificência de seus edifícios, a bondade de seu clima e as vastas relações do seu comércio, dão-lhe foros de notável distinção. É a capital do reino, a sede do governo, o núcleo das grandes explorações industriais, e o centro donde parte o movimento e a força para todos os pontos do nosso país.

Difícil, senão impossível, seria enumerar-lhe as múltiplas belezas, que tanto maravilham quem as vê, por serem constituídas pelos mais aquilatados primores das artes e da natureza. Também ali avultam sumptuosos monumentos, páginas eloquentes e indeléveis da nossa história, que falam de feitos gloriosos e dedicações heróicas, como só os portugueses souberam praticar, incitados pelo amor da pátria e pelo brio de cidadãos prestantes.

Junto dela sereno desliza o majestoso Tejo que, provindo das terras de Castela, vem como a prestar preito à rainha das cidades.

Os arredores são jardins floridos que a natureza esmaltou de formosas galas e adornos para deleite da vista e saudável pureza do ambiente.

É Lisboa qual esplêndida odalisca, descansada em recosto voluptuoso, que seduz pela majestade da sua beleza e pela graça de seus atavios e enfeites.

Os estrangeiros que a contemplam, sentem-se cativos de tamanhos encantos; mas ela compensa generosamente a admiração que lhe votam e a simpatia que lhe tributam.

Foi por isto que Lisboa, mirando-se no largo espelho do cristalino Tejo, se revestiu com todas as galas da sedução para receber a visita lisonjeira de dois viajantes ilustres, que iam enobrecê-la mais com a sincera homenagem do seu apreço e consideração.



A Igreja de S. Domingos de Benfica e o Palácio da Infanta D. Isabel Maria

E ainda mais, porque os Imperadores do Brasil, chefes duma nação filha da nossa, e ligada à nossa pelas mais cordiais relações, ilustrados e caridosos, se tornavam dignos da consideração pública, e mereciam, pela simpatia que souberam inspirar, os altos preitos que uma tão nobre cidade lhes votava.

E assim a capital lhes fez uma recepção esplêndida, e em sua honra se adornou com as suas mais preciosas galas e enfeites.

Lisboa não faltou ao que devia aos Imperadores e à fama da sua mesma grandeza» (25).

Estas palavras, ainda que em estilo tão pretensioso e empolado, ilustram bem a forma como os Imperadores do Brasil foram acolhidos na capital de Portugal, apesar do carácter privado da sua visita.

A Imprensa não só deu grande relevo à estada de D. Pedro II em Lisboa como tirou partido e se fez eco das especulações de política partidária a que aquela visita deu ensejo. Assim, a *Revolução de Setembro* publicou em editorial:

«Veste as suas mais esplêndidas galas a cidade de Lisboa, para receber condignamente o hóspede ilustre que, ainda sob o seu incógnito de viajante particular, é o primeiro cidadão de uma nação amiga, e o ilustre descendente daquele que nos iniciou, a nós e aos nossos irmãos de alémmar, na vida da liberdade, que robustece e faz grandes os povos» (28). E o artigo continuava desenvolvendo estas ideias.

Os restantes jornais liberais pronunciaram-se também no mesmo sentido, sempre acentuando o facto de o Imperador ser filho do *Rei-Soldado*, evocando a figura deste e enaltecendo o liberalismo, ao mesmo tempo que elogiavam o gesto democrático de D. Pedro de Alcântara, «largando

o manto imperial para vestir o trajo modesto de viajante».

Perante isto, o diário legitimista A Nação resolveu tomar posição, no editorial seguinte:

«Vem novamente a Lisboa o Imperador do Brasil, Deixá-lo vir.

Nem da outra vez nos associámos, nem agora nos associamos a nenhuma demonstração de regozijo.

Se apresentassem o Imperial Hóspede na sua significação própria, e inofensiva, teríamos para com ele as atenções, o respeito e até a benevolência, que se devem ao Soberano de uma nação nossa filha, onde vivem e prosperam muitos dos nossos compatriotas.

Mas têm-no tirado daquela significação, para outra partidariamente agressiva; têm-no convertido numa espécie de lenha deitada ao forno dos ódios políticos; celebram, afectam celebrar-lhe, a filiação para nos mortificarem com a recordação dessa procedência, que ainda nos pesa, como se fosse chumbo.

Não festejam nele o monarca de um país irmão e amigo, festejam, principalmente e pretensiosamente, o filho de D. Pedro.

E esta qualidade de filho de D. Pedro é precisamente aquela que nós não podemos celebrar nem festejar.

D. Pedro significa para nós a invasão, a opressão, a ruína moral e material da pátria: não podem portanto alegrar-se, diante do filho, os invadidos, os oprimidos, os arruínados pelo pai.

Seremos corteses, porque permaneceremos silenciosos, na sua passagem. O silêncio é a cortesia das vítimas» (27).

E qual a posição da Câmara Municipal de Lisboa perante esta visita particular do Imperador do Brasil? Respondem-nos os jornais do próprio dia da chegada de D. Pedro:

«O município lisbonense não faz convites aos moradores da cidade para iluminarem as suas casas por ocasião da visita dos imperadores do Brasil à capital do país, por não dever-se dar carácter oficial aos festejos que se estão fazendo, e isto por não ir de encontro ao programa de viagem daquele príncipe, em quem todos devem ver, antes de tudo, o chefe de uma nação irmã e amiga, que abriga em seu seio milhares de portugueses.

A ilustre comissão dos festejos também escrupuliza, pelas mesmas razões, em fazer o convite,

O Rossio cerca de 1872





A Rainha D. Maria Pia, segundo uma fotografia da época

mas sabemos que muitos moradores da cidade se associam aos festejos iluminando suas casas, e é de esperar que todos os que puderem, dêem, por consideração de ordem superior, essa demonstração do seu afecto e estima pelo ilustre chefe da Nação Brasileira» (28).

*

Foi às 21 e 38 do dia 6 de Março de 1872 que desembarcaram na Estação de Santa Apolónia os Imperadores do Brasil, onde os esperavam o Rei D. Luís, o Rei D. Fernando, todo o Ministério, a Câmara Municipal de Lisboa (representada pelos vereadores Mendonça, presidente, Loureiro, Nunes, Margiochi e Alves) e muitas outras individualidades. Saindo da estação do caminho de ferro, D. Pedro e D. Teresa Cristina dirigiram-se ao Hotel de Bragança, onde fo-

ram ocupar os mesmos aposentos do ano anterior, em sua opinião excelentes.

A 7 começava, pois, verdadeiramente, a visita a Lisboa. Como já foi referido, D. Pedro de Alcântara tinha o hábito de madrugar, o que «além de ser um preceito higiénico, lhe dá ocasião de percorrer e visitar maior número de lugares curiosos e interessantes», segundo um comentário da época. As sete e um quarto dessa manha, já ia o Imperador a caminho do Palácio das Necessidades, para uma visita a D. Fernando e à Condessa de Edla (29), em que os dois cunhados falaram demoradamente de assuntos de artes e ciências, que a ambos interessavam profundamente. Após o almoço no hotel — geralmente servido pelas dez horas — foram os Imperadores visitar a Imperatriz viúva, D. Amélia, às Janelas Verdes, e em seguida ao Palácio de Benfica, residência da Infanta D. Isabel Maria, tia de D. Pedro II (30). A Igreja de S. Domingos de Benfica levou-os depois o facto de aí estar sepultado Frei Luís de Sousa, dirigindo-se finalmente à Graça, tendo na igreja local venerado a imagem do Senhor Jesus dos Passos (31). Do átrio da igreja observaram os visitantes o panorama magnífico que daí se avista; e ainda na Graça foram ver o reservatório de água, chamado da Verónica. Tendo recolhido ao hotel, receberam a visita de D. Maria Pia com os Infantes D. Carlos e D. Afonso, seus filhos. Depois do jantar — servido às cinco e meia — D. Pedro II foi assistir à sessão da Academia das Ciências, de que era sócio, sentando-se entre os seus pares, nessa noite presentes em número de trinta e cinco, dando-se a circunstância de ser pela primeira vez utilizada a nova sala das sessões ordinárias (32). O Presidente da Academia, Marquês de Ávila e Bolama, saudou o Imperador, que agradeceu, ouvindo-se depois onze comunicações. A sessão, que começara às nove horas, terminou tarde. Não obstante, depois de voltar ao hotel, D. Pedro II, acompanhado de sua Mulher, tornou a sair para ver as iluminações do Rossio, tendo recolhido às duas da madrugada.

*

As iluminações públicas que foram preparadas, sobretudo no Rossio e no Passeio Público, constituíram a nota mais saliente de homenagem aos Imperadores do Brasil na sua visita a Lisboa e despertaram grande interesse e curiosidade junto dos lisboetas.

O Jornal da Noite descrevia assim o aspecto

oferecido pelas ornamentações:

«A Praça de D. Pedro está brilhantemente adornada de mastros com galhardetes de cores nacionais e brasileiras. Os candeeiros das esquinas que dão entrada para o Rossio transformaram-se em troféus sobrepujados de uma espécie de lustre, cuja iluminação há-de produzir excelente efeito.

Os grandes lampeões colocados em frente do Teatro de D. Maria II foram cobertos de festões de talco, de variadíssimas cores, o que lhes dá um aspecto magnífico.

De cada mastro, em volta da praça, pende um lustre gracioso, com vidros de cores nacionais

e brasileiras.

Os candeeiros em volta da entrada do Passeio Público foram transformados à semelhança dos que se vêem às entradas do Rossio, tendo escudos ao centro com as armas de Portugal e do Brasil. Em torno vêem-se mastros com galhardetes e lustres.

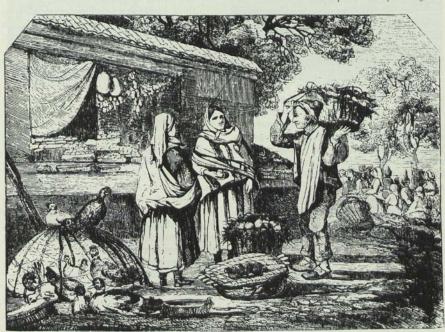
Na cascata do Passeio está preparada uma iluminação a gás deslumbrante, representando três escudos com o emblema das artes, o brasão de Lisboa e as armas de Portugal e Brasil.

A varanda da assembleia do Arco da Bandeira está toda embandeirada, ostentando as armas imperiais que hão-de ser iluminadas a gás».

No final da sua notícia, o mesmo jornal acrescentava que «o tempo infelizmente não parece muito favorável aos festejos» (^{aa}). No entanto, mais de quarenta mil pessoas ali estiveram na noite de 7 admirando o espectáculo das luzes; mas no dia 9 o vento impediu que o programa das iluminações fosse totalmente cumprido.

A beleza das ornamentações, salientada por grande número de periódicos, que não escondiam o seu entusiasmo perante aquele espectáculo, foi

Um aspecto da Praça da Figueira



contudo posta em causa pela revista mensal Artes e Letras, nestas palavras assinadas pelo seu direc-

tor, Rangel de Lima:

«As festas em Lisboa têm a vantagem de expor aos habitantes um simulacro da vida, do ruído, da alegria das grandes cidades. Durante as últimas a que me refiro, observaram-se fenómenos raríssimos, coisas extraordinárias de que ninguém julgava susceptível a capital destes reinos.

Muita gente a passear! Muita luz nas ruas! Enchentes nos teatros!

Enchentes no passeio em dias de semana!

Em Lisboa é preciso pretexto para se sair à rua. As luminárias foram desta vez o pretexto. É certo que este nosso bom povo já não corre a foguetes — tudo, até a política o prova — mas por luminárias, em sendo boas, ainda muita gente se incomoda. Só a muita luz tem o poder de atrair as mariposas, que em noite de simples iluminação municipal não saem do fofo casulo.

A comissão encarregada de festejar a passagem do imperador pela capital contribuiu muito para estas alegrias, pois mostrou a boa vontade de que estava possuída, para que tudo fosse luzido e digno do fim a que era destinado. Pena é que pessoas, a quem foi cometida a execução do pensamento dos comissionados, não mostrassem

também o seu bom gosto.

Alguns dos adornos das ruas, diga-se a verdade, tinham pouco de bonitos. As pirâmides do Rossio, por exemplo, eram de um mau gosto piramidal! Verdade é que iluminadas produziam algum efeito, e elas foram levantadas para se verem assim; mas como de dia, carregadas de pesado luto, saltavam mais à vista do que de noite em que o vento fresco do norte lhes apagava de quando em quando o fogo do entusiasmo, por isso me não deve ser estranhado que eu registe aqui a disformidade daqueles colossais monumentos, que só tinham de bom representarem dignamente a idade de ferro em que vivemos» (24).

*

No dia 8, antes das oito da manhã, D. Pedro visitava no Convento do Carmo o museu da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses (^{as}), onde foi recebido e guiado pelo seu Presidente, o arquitecto Joaquim Possidónio

Narciso da Silva, em visita muito pormenorizada, «feita com olhos de sábio e artista». Em seguida, dirigiu-se à Praça da Figueira, tendo adquirido três belas maçás à conhecida vendedeira Maria Vicência, «que ficou surpreendida e orgulhosa com a despretensiosidade do monarca, e penhoradíssima quando Sua Majestade lhe pagou com meia libra, e não quis receber o troco» (36).

Passou depois à Sé, onde não pôde visitar o tesouro, por não haver quem lho mostrasse, limitando-se a uma rápida visita ao templo e a uma oração à Senhora da Rocha (at). E dali seguiu para o Terreiro do Paço, tendo observado atentamente a estátua equestre de D. José. Depois do almoço, foi com D. Teresa Cristina visitar a Imperatriz D. Amélia, partindo ao meio-dia para o Hospital de S. José, «o primeiro do reino, pela vastidão, extremo asseio e excelente organização das suas enfermarias, farmácia, lavandaria a vapor, cozinha, museu anatómico e casa mortuária», e a Escola Médico-Cirúrgica, «um dos nossos mais importantes estabelecimentos de instrução superior, e que faz honra ao país» (as).

Foi a vez de António Feliciano de Castilho (que já conhecia D. Pedro II do Rio de Janeiro e que em 1871 o tinha ido visitar ao Lazareto), estando ligeiramente doente, receber em sua casa, na Rua do Sol ao Rato, a visita do Imperador do Brasil, numa conversa que decorreu com grande cordialidade. D. Pedro seguiu depois para o Palácio das Cortes, onde visitou a Câmara dos Pares e assistiu a parte da sessão da Câmara dos Deputados (³⁰), e para a Biblioteca Pública, onde o acolheu o bibliotecário José Maria Mendes Leal (⁴⁰). No hotel recebia mais tarde a visita de D. Luís e, entre outras, a da Câmara Municipal de Lisboa (⁴¹).

Após o jantar, os Imperadores dirigiram-se ao Teatro da Trindade, «fundado há poucos anos» (42), onde se representava a comédia de Molière Médico à Força, na tradução de Castilho, com a participação do actor Taborda, que D. Pedro II manifestara desejo de ver representar, como sendo dos melhóres artistas do seu tempo, a quem foi cumprimentar ao palco.

No dia 9, D. Pedro e D. Teresa Cristina, na companhia de D. Fernando e da Condessa de Edla, percorreram Sintra e Queluz, onde apreciaram os encantos da paisagem e visitaram os respec-



O Palácio das Cortes

tivos palácios. Tendo jantado já em Lisboa, foram à noite ao Teatro de D. Maria II, onde Emília das Neves, «a nossa primeira actriz», representava O Gladiador de Ravena, de Friederich Halm, traduzido por Latino Coelho, peça pela qual o Imperador se havia interessado. O teatro estava especialmente decorado e na assistência, que enchia por completo a sala, salientavam-se «as elegantíssimas toilettes da primeira sociedade lisbonense».

No dia 10, pelas sete da manhã, D. Pedro assistiu, «com gravidade e recolhimento», à missa na Igreja da Encarnação, tendo depois seguido para o jardim de S. Pedro de Alcântara. A este propósito, relatou a Imprensa que o Imperador «andou na alameda de S. Pedro de Alcântara, gozando o admirável panorama da cidade»; e

«quando se dirigia para a Praça do Príncipe Real, a sentinela da estação municipal reconheceu-o e bradou às armas; foi o bastante para Sua Majestade ser logo acompanhado por uma multidão de curiosos» (43). Pouco depois, partia D. Pedro II em comboio expresso para Santarém, a fim de em Vale de Lobos visitar Alexandre Herculano, que se encontrava adoentado. Durante a visita, em tom muito amistoso, «foi servido um campestre almoço, em que o nosso grande historiador só apresentou iguarias, feitas de produtos de sua lavra, ou de aves apanhadas na sua propriedade». Deixando Vale de Lobos, regressou D. Pedro a Santarém, que percorreu, voltando depois a Lisboa, onde logo foi visitar o Asilo Maria Pia e a vizinha Igreja da Madre de Deus, enquanto a Imperatriz, que permanecera em Lisboa, visitava o Asilo D. Pedro V, ao Campo Grande. A noite, o régio casal foi ao Teatro de S. Carlos, que «estava esplêndido e cheio de espectadores», ouvir a ópera *Marta*, de Friedrich von Flotow.

As sete e um quatro da manha do dia 11, já D. Pedro de Alcântara se encontrava na Igreja de S. Roque, para uma visita à Capela de S. João Baptista. Como ainda não estivesse quem lha pudesse mostrar minuciosamente, seguiu para a Basílica da Estrela, voltando de novo a S. Roque. Foi depois visitar a Sé e a Casa dos Bicos e percorreu a pé as ruas de Alfama. Ainda antes do almoço, esteve em casa de Joaquim António de Aguiar, então com cerca de oitenta anos de idade, que tinha sido ministro de D. Pedro IV. A tarde, fez D. Pedro uma pormenorizada visita à Academia das Belas-Artes e às suas colecções (44), constituídas por galerias de quadros, colecção de desenhos, colecção de arte ornamental, biblioteca, gabinete de gravuras, gabinete de fotografias dos principais monumentos de Portugal e colecção de esculturas, no que foi guiado pelo vice-inspector de Belas-Artes Marquês de Sousa Holstein, tendo também visto os ateliers dos artistas Tomás da Anunciação, Miguel Lupi, Victor Bastos, João Pedrozo, Joaquim Pedro de Sousa e José da Costa Sequeira. No final recebeu o diploma de académico honorário, para que fora eleito dias antes. Passou depois à Câmara dos Pares, assistindo à sessão, esteve na Torre do Tombo, examinando alguns documentos, e visitou em seguida a Escola Politécnica, onde ouviu no anfiteatro de Química parte de uma aula de António Augusto de Aguiar, tendo sido recebido pelo novo director, Pereira da Costa. Atravessando a rua e seguindo a pé, foi o Imperador à Imprensa Nacional, onde se demorou mais de duas horas em atenta visita, acompanhado pelo administrador-geral Firmo Marécos, tendo no final manifestado «o seu agrado pelo progresso artístico que encontrou em todas as secções deste estabelecimento, o qual mereceu ser classificado um dos primeiros do concurso, pelo júri internacional da exposição de Paris em 1867, que lhe conferiu uma medalha de ouro» (45). O dia terminaria com o jantar e recepção de gala oferecido pelos Reis de Portugal aos Imperadores do Brasil, no Palácio da Ajuda, que constituiu a única nota oficial que D. Pedro de Alcântara consentiu durante a sua permanência em Lisboa.

«O sarau da corte esteve uma festa verdadeiramente real, e tão digna da pessoa que a deu como daquelas em honra de quem se fizera. El-Rei quis festejar o regresso de seu augusto tio, o Imperador do Brasil, a Lisboa, e fê-lo de um modo brilhantíssimo. Perto de mil pessoas assistiram ao concerto e podem dar testemunho de que não há exageração em se considerar o sarau dado ontem no paço em honra do senhor D. Pedro II como uma das melhores festas que tem havido no paço do monarca português. O jantar, dado também em obséquio aos imperiais viajantes, começou às sete horas da tarde. A mesa e aparadores estavam deslumbrantes pelas magníficas peças de prata e ouro da riquissima baixela, cristais e flores que a adornavam» (46).

No jantar participaram quarenta convidados. A Rainha D. Maria Pia ocupava o lugar do centro, tendo à sua direita o Imperador e à esquerda o Rei D. Fernando; no centro do lado oposto estava a Imperatriz, tendo o Rei D. Luís à direita e à esquerda o Presidente do Conselho de Ministros, Fontes Pereira de Mello. Durante a refeição tocou música no átrio do Palácio a banda da Guarda Municipal de Lisboa.

Foi a seguinte a ementa do jantar, redigida em francês como era uso na época:

MENU

Chaud

Bouillon de poulet au riz à la Portugaise Consommé aux petits pois

Croquettes de dinde truffées Croquettes de poularde aux champignons Petit paté au naturel

Froid

Patés froids de poulet truffés Dindes roties Pintades roties Langue écarlate aux cressons Jambon d'York à la gelée Sandwich variés

Entremets sucrés

Gelée à l'orange Charlotte russe Savarin au Rhum Cussy décoré Patisserie melée Desserts Glaces — Rafraichissements Vins — Liqueurs



O Palácio da Ajuda

«O concerto executou-se na sala de D. João IV. As nove horas abriram-se as portas das salas, que estavam esplêndidas e adornadas com muito gosto e primor, produzindo um efeito deslumbrante. Concorreram a esta festa mais de duzentas senhoras e perto de quinhentos homens» (*7). O concerto foi constituído por catorze peças musicais; as peças de canto foram acompanhadas ao piano por Guilherme Cossoul, e dirigiu a orquestra da real câmara e os solos de instrumental o mestre da real capela Manuel Inocêncio Liberato dos Santos.

«Findo o concerto (cerca da hora e meia da noite), abriu-se a porta do grande salão da ceia, e foram servidos com profusão os mais delicados manjares aos convidados de El-Rei.

Todas as salas estavam brilhantemente iluminadas, e produziam excelente efeito, mas nenhuma como a da ceia, muito mais espaçosa do que os outros salões e iluminada com mais de mil velas de estearina. A entrada do paço encontravam-se dois grandes repuxos, que deitavam constantemente água. Arbustos, grandes vasos com flores, muitos espelhos, indicavam desde logo que no arranjo do magnífico palácio da Ajuda tinha havido o maior esmero para aquela pomposa festa. Entrava-se pela sala do bilhar, seguia-se um espaçoso salão reservado para o jogo (whist), depois um pequeno gabinete com móveis antigos de subido valor, em seguida outra grande sala com retratos de pessoas reais, móveis de muito gosto e ricas porcelanas de Sèvres; entrava-se depois na vasta sala do trono, depois para uma outra sala, onde estava grande número de cadeiras para quem quisesse assistir ao concerto, que se efectuou na sala imediata, chamada de D. João IV. Nesta sala estavam cinco cadeiras douradas, onde se sentaram a Imperatriz, em seguida El-Rei, depois o Imperador, em seguida a Rainha, e finalmente o Senhor D. Fernando.

A senhora condessa de Edla não assistiu ao jantar, mas assistiu ao concerto, sentando-se na

primeira fila de cadeiras destinadas às senhoras, tendo sido conduzida àquele lugar pelo braço do senhor D, Fernando.

Quando começou a ceia, a Imperatriz foi pelo braço de El-Rei, a Rainha pelo do Imperador, e a senhora condessa de Edla pelo do senhor D. Fernando.

Sua Majestade a Imperatriz trajava de cetim verde e rendas brancas; no penteado, flores; adereço de pérolas, e a banda de Santa Isabel em brilhantes. Sua Majestade a Rainha vestia de cetim branco e cauda azul com grinaldas de flores; adereço de brilhantes e pérolas; nos seus formosos cabelos estrelas de brilhantes. A senhora condessa de Edla, de veludo cor-de-rosa e cauda de veludo verde e rendas brancas; nos seus louros cabelos flores e estrelas de brilhantes; adereço de pérolas e brilhantes» (**).

Júlio César Machado, por Raphael Bordallo Pinheiro



Os Imperadores, mal terminou a ceia, retiraram-se (deviam ser perto das três da madrugada e às sete partiriam para Mafra); e já passava das quatro horas da manhã quando saíram os últimos convidados daquela noite memorável.

*

Tendo permanecido em Mafra, aonde se deslocara também D. Luís I, apenas três horas, D. Pedro II achava-se de novo em Lisboa a meio da tarde do dia 12. Depois do jantar foram os Imperadores ao Teatro do Ginásio ver representar o drama Arte, Pátria e Caridade, escrito especialmente para D. Pedro II pelo dramaturgo Alfredo de Athayde (49). E às dez e meia estavam em S. Carlos, onde se cantava a ópera de Verdi Dom Carlos (50).

13 de Março. «Era este o último dia em que Suas Majestades viam o azul do céu deste belo país. Iam terminar a sua viagem na Europa e dizer adeus a esta terra, que os recebeu com o carinho e entusiasmo que merecia um monarca ilustrado, chefe duma nação ligada à nossa, pela história, pelas tradições, e pelos costumes.»

Pelas sete da manhã, foi o Imperador à fotografia Aux Arts Reunis, na Rua Nova dos Mártires (51), fazer-se retratar. Em seguida foi admirar o Aqueduto das Águas Livres, passando depois às Necessidades, tendo conversado longamente com D. Fernando, com quem almoçou. No Palácio das Janelas Verdes despediu-se da Imperatriz viúva e em S. Vicente de Fora orou uma vez mais junto das cinzas de seu Pai. No hotel, os Imperadores despediram-se do proprietário e mais empregados, «agradecendo e louvando o bom tratamento que lhes tinha sido dado». As duas da tarde partiram os viajantes para o arsenal da marinha, onde já os aguardavam a Família Real, Governo, autoridades, nobreza, etc. As despedidas foram comoventes. E às cinco da tarde, hora prevista para a partida, o paquete inglês Boyne «largou da bóia e, majestoso e sereno, seguiu Tejo abaixo», rumo ao Brasil.

«Os Imperadores fizeram com os lenços as últimas despedidas, e foram com os olhos fitos em terra, até que a cidade, diminuindo pouco a pouco de volume, se escondeu aos olhares saudosos e gratos dos simpáticos Imperadores do

Durante a sua permanência em Portugal, D. Pedro II recebeu inúmeras pessoas e representantes de instituições que desejavam cumprimentá-lo. Nos breves momentos em que se encontrava no hotel foi sempre procurado, nunca se furtando a acolher os que vinham apenas para o saudar ou para lhe fazer alguma oferta. Em todas as terras que visitou, foi o Imperador muito presenteado; e entre outras homenagens, os autores oferecendo-lhe as suas obras, os compositores as suas peças de música, os artistas as suas obras de arte, os poetas consagrando-lhe poesias. Por todos, reproduzimos aqui o soneto que a propósito compôs o ilustre classicista e sábio mestre, professor do Curso Superior de Letras, António José Viale:

A SUA MAJESTADE O SENHOR D. PEDRO II IMPERADOR DO BRASIL

Por ocasião da sua vinda a Lisboa ao regressar da sua viagem pela Europa

«Além do mar de Atlante existe, impera, Um príncipe sem par, novo Antonino:» Há seis lustros repete de contino Fama que o sobe à sideral esfera.

«Será voz lisonjeira, ou voz sincera?» Dizia, ouvindo-a, céptico mal'ino: Hoje diz, vendo o Excelso Peregrino: «A Fama o proclamou qual é, qual era.»

Ela aplausos excita, e mais se expande, Exalçando tal Génio, em bens fecundo, Digno que a povos cem presida e mande.

Assim a Europa inveja ao Novo Mundo O sábio, o filantropo, o justo, o grande, O das letras cultor, Pedro Segundo (52).

ANTONIO JOSÉ VIALE

*

Que a visita a Lisboa de D. Pedro de Alcântara foi um acontecimento na vida da Cidade prova-o o eco que ela teve na Imprensa, não só enchendo extensas colunas das páginas noticiosas, como ocupando muitas linhas dos habituais folhetins dos jornais da época.

Num deles, escreveu Pinheiro Chagas:

«Lisboa está num estado febril, segue o imperador por toda a parte, corre de teatro em teatro à procura do imperador, faz inauditos sacrifícios para ver o imperador, para mostrar bem o respeitoso afecto que consagra ao augusto chefe de uma nação livre, nossa irmã.

Lisboa foi à câmara dos deputados, deu vivas ao imperador e pôs luminárias... Quando Lisboa põe luminárias, vai à câmara e dá vivas, a pessoa, por quem ela faz tais sacrifícios, pode dizer que tem a chave do coração de Lisboa metida na gaveta da sua secretária.

Lisboa é sua, pertence-lhe, conquistou-a.

Mas era muito para ver o espectáculo das galerias da câmara, no dia em que o imperador foi assistir à sessão. Aquelas tribunas desertas, onde a voz dos oradores vai expirar tristemente sobre as solitárias bancadas, estavam apinhadas de espectadores.

Não são os vivas menos antipáticos à índole e aos costumes do nosso bom povo lisbonense... Nós substituímos os vivas pelas filarmónicas, e encarregamos de exprimir o nosso entusiasmo em vár.os hinos de circunstância. Delegamos nos trombones e nos figles o nosso entusiasmo político.

Pôs Lisboa luminárias! Isto quer dizer que enlouqueceu de amor. As luminárias não estão nos hábitos modernos do nosso povo. Eu, quando vim de Madrid, entrei em Lisboa numa noite de grande gala; andei às apalpadelas pela baixa, porque desprezei o conselho que me dera o meu bom amigo Ramalho Ortigão de trazer uma caixa de fósforos de cera, para os ir acendendo pelo caminho até casa» (53).

E do primeiro folhetinista do seu tempo, Júlio César Machado, são estas palavras:

"Agora é que se viu quanto é difícil ser rei. Não pode um homem desses dar um passo sem incorrer logo em mil apreciações desencontradas. Se se diverte, é porque não tem que fazer; se não se diverte, é bisonho; se gosta de figurar, quer esmagar o povo; se não figura, é avarento ou hipócrita; se passa num grande coche, é para o que a gente paga décimas; se vai a pé, está a dar cabo da realezal...

Uma das manias de muita gente foi querer que o imperador do Brasil vivesse no gosto deles e não conforme ele queria. Não gostava de visitas, metiam-se-lhe em casa; não queria presentes, levavam-se-lhe dádivas; não gostava de obséquios, tocavam-lhe o hino.



Ramalho Crtigão, por Raphael Bordallo Pinheiro

Manifestou em geral o público de Lisboa simpatia ao monarca brasileiro. A hospitalidade, que aos olhos dos antigos e dos povos primitivos mesmo era a mais elevada das virtudes, importa um mundo de delicadezas e de atenções; levá-las, porém, mais longe a quem parecia preferir dispensá-las, seria tornar importuna uma ideia social que obedece ao preceito de ser agradável. Os sábios, e alguns que arremedam sê-lo, tiveram ocasião de admirar os vastos conhecimentos do senhor D. Pedro II; os artistas mais distintos e os escritores mais notáveis de Portugal ficam-lhe devendo as mais honrosas demonstrações de apreço, que um monarca ilustrado pôde dar ao talento; e — porque não o diremos? — e até o povo guardará grata lembrança de ver quanto ele gostava de cabeça de porco com grelos, prato nacional, prato por excelência, que é talvez a única coisa que há em Portugal propriamente e verdadeiramente nossa, e que nem sequer a lista das casas de pasto poderão intitular «cabeça à imperador» por dever chamar-se-lhe—cabeça à portuguesa!...» (54).

Parecia que este momento grande de confraternização luso-brasileira só viria a ter reflexos positivos nas relações entre os dois países e entre os dois povos. D. Pedro II ficara no coração dos Portugueses e dos Lisboetas, agradavelmente surpreendidos pelo facto de atrás da solene designação de Imperador do Brasil ter surgido uma figura de aparência despretensiosa, comunicativa, sem qualquer pompa. E Portugal, Lisboa, ficaram no coração do Imperador, cativado pelo acolhimento caloroso que lhe proporcionaram e pela deferência que lhe manifestaram não só as autoridades e a população como também o escol intelectual do País; rendido perante a beleza e significado dos nossos principais monumentos; e impressionado ainda pelo surto de progresso material de que Lisboa, principalmente, dava evidentes mostras (55). Restaria colher os frutos de tão feliz encontro. Porém...

Desde Maio de 1871 vinham a ser publicados em Lisboa, saídos da pena de Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão, uns fascículos de cem páginas, constituindo uma «crónica mensal de política, das letras e dos costumes», intitulados As Farpas. «Nunca anteriormente em Portugal outra publicação conquistara a popularidade assim de improviso. Em todas as camadas sociais, em todas as classes, nos escritórios, nos lares, no recolhimento dos serões, eram elas lidas e aguardadas com sofreguidão. O detentor do número recém-chegado não tinha sossego enquanto não passasse adiante o exemplar recebido. Este transmitia-se de mão em mão até que novo número viesse rendê-lo. Em língua portuguesa nunca se tinha visto triunfo semelhante. E, contudo, as edições de As Farpas não passavam de mil e quinhentos a dois mil exemplares» (56).

Esta publicação, tão lida e tão apreciada, que cedo penetrou no Brasil, onde também conquistara leitores e adeptos, lançou uma série de comentários críticos à visita de D. Pedro II a Portugal. «As Farpas transformaram a vitoriosa excursão do Imperador do Brasil à Europa num

grotesco espectáculo de circo, caricaturando tudo aquilo que D. Pedro fizera, ou dissera, como primeiro viajante da sua pátria. O nome do Imperador, seus títulos nobiliárquicos, sua bagagem de itinerante, suas preferências literárias, seu gosto pelo conhecimento das línguas estrangeiras, as festas a que estivera presente, as homenagens a si tributadas, o apetite para certas comidas, a indumentária, a calculada modéstia, a tudo e tudo As Farpas cobritam de chacota, com impiedade» (57). E, como se não bastassem os comentários cáusticos de Eça e de Ramalho, não tardariam a surgir, saídos do lápis privilegiado de Raphael Bordallo Pinheiro, uns apontamentos sobre a viagem do Imperador do Brasil pela Europa, publicados em 1872 em Lisboa, com tanto êxito que no mesmo ano foram duas vezes reeditados, e nos quais são satirizadas as mesmas facetas — falsas ou verdadeiras — da visita e do carácter de D. Pedro II (58). Aliás, Heitor Lyra, profundo admirador da figura do Imperador do Brasil, reconhece que «esse homem realmente excepcional» (59) que em sua opinião foi D. Pedro de Alcântara «por suas excentricidades e absoluto desprezo por todos os preconceitos da realeza, se prestava admiravelmente a ser farpeado, e na pena de um ironista desabusado como Eça de Queiroz, se tornava mesmo um alvo ideal» (60).

Com as seguintes palavras, iniciaram os autores de As Farpas os seus maliciosos comentários à estada de D. Pedro II em Portugal:

«A Sua Majestade o Imperador do Brasil, viajante em Portugal. — Senhor, dirigindo a Vossa Majestade estas letras obscuras e humildes, que Vossa Majestade já nos não fará a honra de ler senão depois de regressado ao seio da sua pátria, pedimos a Vossa Majestade que haja por bem consentir que diante de Vossa Majestade nos inclinemos respeitosamente e que, na falta de quem nos apresente, ousemos nós mesmos apresentar-nos a Vossa Majestade.

Somos, Senhor, os dois únicos homens que Vossa Majestade não viu em Portugal. São inúmeros os títulos que nesta ocasião poderíamos exibir das categorias — que não temos. E passamos a mencionar alguns desses títulos:

Não somos deputados na nação; não somos empregados públicos; não somos académicos; não

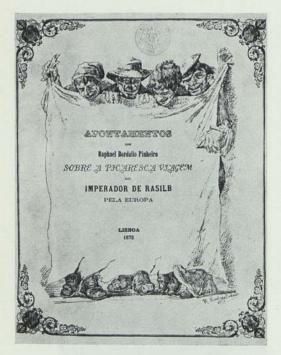
somos negociantes; não somos proprietários. Tem Vossa Majestade diante de seus olhos dois sujeitos que, a não temerem mostrar-se imodestos, poderiam provar a Vossa Majestade que — não são nada. Vossa Majestade vai ficar certamente maravilhado de que existam neste reino dois portugueses tão assinaladamente ilustres como nós. Agradecemos profundamente a Vossa Majestade a sua amável surpresa...» (*1).

Daqui partiram para uma série de crónicas, cheias de ironia, de mordacidade e de graça, sobre a viagem do Imperador do Brasil a Portugal, algumas facetas da sua personalidade e alguns



Eça de Queiroz, por Raphael Bordallo Pinheiro

acontecimentos dessa visita (**): o incógnito em que D. Pedro II pretendia viajar; a mala de que nunca se separava; as suas preferências culinárias; a indumentária do régio viajante; as suas preocupações culturais; o seu gosto pela língua hebraica; enfim, tudo quanto pudesse proporcio-



nar uma apreciação satírica. E os mesmos temas retomaria Raphael Bordallo Pinheiro na publicação já referida.

As Farpas, valendo-se do facto de o Imperador reiteradamente afirmar que «aqui não sou mais que Pedro de Alcântara», embora tenha acabado por ter entre nós um acolhimento e recebido honras e homenagens que muito ultrapassavam as devidas a um viajante incógnito, glosaram essa contradição, maldosamente sugerindo que o próprio monarca ora invocava uma ora outra identidade, conforme as circunstâncias, «de tal sorte que se dizemos que se hospedou entre nós Pedro de Alcântara erramos — porque ele asseverou que era D. Pedro II; se nos lisonjeamos por ter hospedado D. Pedro II, desacertamos — porque ele afirmou ser Pedro de Alcântara». «Tudo muito engraçado», comenta Heitor Lyra. «E dito com muito espírito. Mas produto, sobretudo, da fértil imaginação do escritor (Eça de Queiroz). Porque, a verdade era que o Imperador

sempre se fez chamar, no estrangeiro, e unicamente, por D. Pedro de Alcántara» (63).

O modo de vestir do Imperador era muito simples, consistindo num fato preto e num chapéu baixo; um chapéu de chuva habitualmente na mão esquerda e a sua mala de couro preta na mão direita, inseparável. «Falemos da mala deste príncipe ilustre! Todos a conhecem. Ela deixa na Europa uma lenda soberba. Durante meses, viu-o o Velho Mundo absorto sulcar os mares, atravessar as capitais, medir os monumentos, costear os montes, visitar os reis, ensinar os sábios - com a sua mala na mão! É uma mala pequena, de couro escuro, com duas asas que se unem. É por ali que ele a segura. Na outra mão trazia às vezes o guarda-sol, debaixo do braço entalava a espaços um embrulho de papel. Muitas vezes depôs o guarda-sol, outras alheou de si o embrulho; — a mala nunca! Confusas opiniões se erguem em torno dessa mala fechada. Que continha ela? — Uns querem que ela tivesse no seu seio os tesouros imperiais; outros afirmam que ela encerrava os imperiais manuscritos. Alguns, mais profundos, sustentam que dentro havia peúgas; outros, mais discretos, afiançam que dentro não havia nada! Tal se nos afigura a verdade — a mala não guardava nada! A mala era uma insígnia — a insígnia do seu incógnito.» Sobre este assunto, novamente nos esclarece Heitor Lyra: «a verdade é que nunca se soube ao certo o que havia nessa maleta. Muito possivelmente objectos de toilette, pente, tesoura, escova de dentes, enfim, coisas de que se precisam sempre nas viagens, de que se quer ter à mão. Era o seu necessário. Talvez também dinheiro, em moedas, geralmente libras esterlinas--ouro, que eram então os meios correntes de pagamento, pois que os dólares não contavam internacionalmente. Convém não esquecer que não se usavam ainda, nesse tempo, os cheques, e que essas viagens do Imperador eram, portanto, pagas em dinheiro contado. Por sinal que do seu bolsinho, não despendendo o Estado, com elas, sequer um vintém» (64).

Ficou na memória dos Portugueses, e o povo registou o facto com simpatia, que D. Pedro II manifestou ser grande apreciador de orelheira de porco. As Farpas entenderam que o Imperador «andou bem pedindo com expressivo empenho



que aos seus jantares se servisse orelheira de porco com feijão branco. A orelheira de porco é efectivamente mais do que um mero pitéu. A orelheira de porco — com feijão branco, sobretudo — é uma instituição nacional; é uma filosofia; diremos mais, Senhor: a orelheira de porco é uma fatalidade geográfica, como o clima e o solo». E daqui seguiu-se uma sátira à sociedade portuguesa, em que foi notado que «no íntimo da substância vital de todo o português há um centro orgânico de feijão e orelheira — nuns é o suíno que predomina; em outros é o farinácio que sobrepuja».

D. Pedro II apresentou-se sempre da forma mais simples. Apenas vestiu casaca quando foi jantar ao Paço. E por vezes tal simplicidade causou algumas incompreensões entre nós, sobretudo quando o Imperador assistiu a um acto solene na Sala dos Capelos da Universidade de Coimbra. A este episódio se referiram As Farpas, mais para escarnecer da reacção havida na Universidade, do que para atingir a pessoa de D. Pedro II.

As preocupações culturais do Imperador do Brasil suscitaram às Farpas também algumas palavras. «Andou igualmente bem Vossa Majestade em viajar incógnito e em adoptar o pseudónimo de sábio. Por muitas razões. Em primeiro lugar nada favorece mais o incógnito do que a sabedoria. Um sábio comedido, arranjado, discreto, tem quase a certeza de passar em toda a parte desconhecido. Depois a sabedoria é imensamente cómoda em viagem. Leva-se em qualquer parte. Não faz bulha, não tem cheiro, não aperta os pés, não obriga a despesas de representação, inspira os gostos simples e os desejos moderados». E as intervenções de D. Pedro II em Lisboa nas corporações científicas bem como o seu constante desejo de conviver com os homens cultos do País foram objecto de alguns sorrisos de Eça e de Ramalho. Não parece contudo que fosse de pôr em causa a bagagem cultural do Imperador: «ele não era somente um homem de uma cultura extraordinária; todas as manifestações do espírito humano o apaixonavam... Privou com Manzoni — de quem traduziu em português a ode 11 Cinque Maggio -, Longfellow, Pasteur, que dizia dele: este imperador homem de ciência e Darwin, que escreveu: o imperador fez tanto pela ciência, que todo o sábio lhe deve o maior respeito. Neste concerto de louvores, encontramos Lamartine, Dumas filho, Cesare Cantù, Schoelcher e Jules Simon, Arsène Houssaye, De Amicis, Legouvé, Gaston Boissier, Charcot e tantos outros. Richard Wagner nunca esqueceu que D. Pedro II tinha sido um dos seus primeiros admiradores, quando o seu génio atormentado de criação musical era ainda discutido e descrido. O Imperador tinha-lhe proposto escrever uma ópera para o teatro lírico do Rio. Foi depois um dos protectores de Bayreuth, onde assistiu à primeira representação do Ring der Niebelungen. A sua amizade por Gobineau, que tinha sido ministro de França no Rio, durou até à morte do célebre ensaísta. Victor Hugo tinha dito a D. Pedro II: Senhor, vós sois o neto de Marco Aurélio» (65).

Em Lisboa, o Imperador teve ocasião de manifestar a sua grande predilecção pelos estudos hebraicos, tendo conversado longamente sobre o assunto com um jovem especialista, Salomão Saragga. A propósito dessa tendência, escreveram As Farpas: «Sua Majestade Imperial passa, com justiça, por um dos homens mais sóbrios do seu vasto império. Sopa, carne cozida, legumes, água e um palito, tal é o chorume dos jantares da corte nos paços da Tijuca». «Há, porém, um só petisco, acerca do qual Sua Majestade revela uma gula excepcional. Sua Majestade desdenha demagogicamente, desde a trufa até ao Johannisberg, todos os delicados mimos da fornalha ou da adega. Uma só coisa neste planeta lhe aguça a língua. Para uma só coisa tem uma sofreguidão incansável e sorvedoura: - para o idioma hebraico!». Sobre isto, Heitor Lyra confirma: «D. Pedro II era tido por um poliglota. Na verdade, ele falava e escrevia correntemente — além do português — o francês, o inglês, o alemão, o espanhol e o italiano. Traduzia e escrevia o latim e o grego. E tinha, além disso, largos conhecimentos do tupi-guarani, do árabe, do provençal, do sânscrito e do hebraico. Dessas últimas línguas, talvez fosse o hebraico a que melhor conhecesse, que lia e traduzia, como se diz, a livro aberto» (66).

A carta que acerca das iluminações no Rossio As Farpas endereçaram ao Imperador do Brasil é talvez «o que há de mais espirituoso, de mais irónico e de mais mordaz» (67). Sobretudo devido à forte ventania que soprou em alguns dias, as luminárias não funcionaram completamente, o que provocou nos folhetins da imprensa lisboeta comentários jocosos. O que disseram As Farpas, pela pena de Eça de Queiroz? Eis um excerto do texto: «Ousamos dirigir-nos a Vossa Majestade Imperial, por um motivo de indeclinável justiça. Veio Vossa Majestade a estes reinos, e apesar de termos a obrigação de acreditar (segundo as ordens de Vossa Majestade) que não era Vossa Majestade que estava entre nós, sucedeu que alguns imprudentes, em risco de cair no imperial desagrado, ousaram afirmar por actos públicos que Vossa Majestade era Vossa Majestade. Igualmente aconteceu que, se por um lado Vossa Majestade negava ser o imperador do Brasil, dava bastantemente a entender, por outro, que não era inteiramente nem o defunto Pilatos, nem o actual varredor da Travessa das Gáveas. Enfim, alguns indiscretos, vendo um homem alto, forte, encanecido, venerando, académico, irmão dos Terceiros da Lapa e com uma mala na mão - não esperaram mais, e no seu impulso febril e ávido de glorificar o imperador do Brasil, festejaram Vossa Majestade. Deliberaram então estes sujeitos acender, em honra daquele que Vossa Majestade diz não ser, uma iluminação no Rossio ao pé da estátua do pai de Vossa Majestade — a quem nós, por abreviatura, neste país apressado e preguiçoso, chamamos familiarmente «o Dador!». Estes indivíduos ergueram dois obeliscos de madeira e envolveram-nos de tubos de gás: o gás não ardeu. Mas Vossa Majestade não era Vossa Majestade: - e a iluminação pelo mesmo motivo não foi a iluminação, querendo também passar incógnita. No entanto, se a iluminação se recusou obstinadamente a resplandecer, ficou inteira e pura a intenção dos iluminantes. Eles não tinham lumes em seus obeliscos — mas sua alma estava cheia de lamparinas. Ora fazendo estas iluminações (secretas), eles tinham, Imperial Senhor, um fim supremo, e docemente esperado». E a carta prossegue com o pedido de condecorações para os responsáveis pelas iluminações.

Numa das crónicas dedicadas a D. Pedro II, lê-se n'As Farpas: «Já Vossa Majestade estará vendo que nós não somos aqueles arrogantes malévolos em que lhe falaram, mas sim umas modestas pessoas razoáveis e sinceras. As nossas Farpas no fim de contas são isto sempre: uma pequena quantidade de ferro, que ordinariamente não servimos em forma de punhal, como se dá aos assassinos, mas sim em pequeninas pílulas para se tomarem em nata perfumada com baunilha, como convém que se receite às senhoras frágeis e anémicas».

Desta vez, porém, os autores enganaram-se na dose prescrita. E as consequências sentiram-se, como veremos.

*

Primeiro, foi em Portugal que algumas reacções se manifestaram. Camilo Castello Branco, grande admirador do Imperador, cuja visita recebera no Porto, em cartas a António F. de Castilho manifestou claramente a sua indignação pelo que As Farpas tinham publicado: «Consta-me pelos anúncios das gazetas que se publicaram opúsculos contra o Imperador (...). Que dirão os jornais brasileiros quando lá virem os panfletos galhosos desta bengalé de burros, por entre os quais o Imperador passou como nós passaríamos na «Carreira dos cavalos» em dia de festa, depressa e com cautela?» — carta de 25 de Março de 1872 (68). E em 10 de Abril escrevia: «O pior é que todos havemos de pagar a infâmia de meia dúzia de biltres. Tenho lido com espanto e até com lágrimas no coração, o que por aí se imprime contra o Imperador. A garotice das Farpas não tem sequer graça que lhe descontemos (...). Que infeliz ideia teve o Imperador de vir a esta estrebaria! Quem me dera ler o que os Brasileiros lá hão-de escrever a nosso respeito!» (69).

Os Brasileiros viram, mas a reacção não foi exactamente, ou não foi apenas, a que Camilo supunha. As Farpas foram aproveitadas pelos militantes republicanos brasileiros e pelos seus órgãos de imprensa para revigorarem os seus ataques contra o Imperador, quer reproduzindo aqueles textos, quer escrevendo artigos a seu respeito, mostrando aos Brasileiros uma imagem pouco prestigiante de D. Pedro II. Por outro lado, evidentemente, os meios afectos ao Imperador não deixaram de repudiar vivamente as verrinas de Eça e de Ramalho. De qualquer modo, foi extraordinária a expansão que no Brasil tiveram aquelas crónicas, através também de edições clan-



Camilo Castello Branco, por Raphael Bordallo Pinheiro

destinas que reuniam em volume o que respeitava à visita de D. Pedro a Portugal. Grandes dissabores tiveram por isso os autores de As Farpas, e valeram-se das suas crónicas para atingir com violência os responsáveis por esse abuso de direitos de propriedade literária.

As Farpas começaram assim por ser no Brasil um factor de agitação política, como acha deitada para a fogueira em que ardiam as aspirações dos movimentos republicanos. Porém, a indignação de Eça e de Ramalho perante as edições clandestinas da sua obra e a sua incapacidade de verem respeitados os seus interesses daquele modo tão lesados fizeram que eles se lançassem com toda a sua fogosidade contra os Brasileiros em geral, achincalhando-os.

A reacção no Brasil foi fortíssima. Sucederam-se os artigos nos jornais, de defesa do Brasileiro, de ataque ao Português, de defesa agora também do Imperador, que até então os seus súbditos, na grande maioria, não se tinham ainda preocupado grandemente em desagravar. A resposta às Farpas culminou com a publicação de Os Farpões, aparecidos no Recife em Julho de 1872, fascículos semanais dirigidos por José Soares Pinto Corrêa, que atingiram enorme popularidade pela intensidade dos seus ataques. No final desse mês o clima emocional estava de tal maneira que em Goiana houve um levantamento contra os Portugueses lá residentes e a parada militar prevista para o Recife em 7 de Setembro comemorativa do cinquentenário da independência do Brasil foi cancelada, com receio de que se reacendesse um movimento popular contra os Portugueses locais (70).

*

Durou ainda alguns meses a presença n'As Farpas de crónicas directamente relacionadas com este incidente, reacendido em Dezembro quando pela pena de Ramalho saiu um apontamento intitulado O Brasil a voo de pássaro, que suscitou novas reacções. Mas o tempo se encarregou de serenar os ânimos.

Eça, que fora o principal responsável pelas referências à visita a Portugal de D. Pedro II, em 1877 escreve de New Castle: «O imperador do Brasil continua a ser favorito, como aqui se diz, da sociedade de Londres. A sua actividade sobretudo é admirável: a pé desde as seis horas da manha, não há instituição, museu, galeria, biblioteca, palácio, hospital, curiosidade, homem ilustre, que não visite, que não estude. Em todas as agremiações de que é feito membro, tem sempre uma palavra interessante a dizer, uma comunicação curiosa a fazer. Com tudo isto, uma simplicidade quase plebeia» (71). O cáustico satirizador de D. Pedro II afirmava-se agora um seu admirador. E o bom nome de Eça no Brasil depressa se restabeleceu, naquele grau que permite afirmar que «nenhum romancista estrangeiro exerceu, até hoje, maior influência no Brasil do que Eça de Queiroz» (72).

E permaneceu intacta na memória grata dos Portugueses a feliz recordação da primeira visita a Portugal do Imperador do Brasil D. Pedro II, que aqui fora «acolhido com as demonstrações que os povos reconhecidos costumam dar aos

principes que mais amam e respeitam», devidas pelas superiores qualidades e natural afabilidade da sua pessoa e ainda porque «de todas as terras que os portugueses descobriram e povoaram nenhuma lhes foi nunca tão querida como o Brasil» (73).

(1) Corte Real (José Alberto), Manuel António da Silva e Augusto Mendes Simões de Castro, Viagem dos Imperadores do Brasil em Portugal, Coimbra, 1872, pg. 5.

São desta obra todas as citações que surgirem ao

longo do texto sem indicação da origem. (2) Cavalcanti (Paulo), Eça de Queiroz Agitador

no Brasil, Lisboa, 1972, pg. 33.

(3) Cavalcanti (Paulo), ob. cit., pg. 37. (4) Na sessão camarária de 29 de Maio de 1871 o presidente apresentou a seguinte proposta, aprovada por unanimidade:

«A vereação desta capital, desejando dar uma demonstração pública e solene dos sentimentos de amor e amizade, que ligam Portugal ao heróico e ilustrado povo brasileiro, e entendendo que não pode haver me-lhor ensejo do que a chegada a Lisboa do Soberano, que rege os destinos da nação irmã, resolve:

1.º — Enviar uma grande deputação da câmara cumprimentar a Sua Majestade o Imperador do Brasil, logo que a vereação receba a notícia da chegada ao Tejo do mesmo Augusto Senhor; apresentando nesta ocasião o presidente da câmara municipal de Lisboa um discurso de felicitação a Sua Majestade Imperial em nome dos habitantes da capital;

2.º — Que em nome da câmara sejam convidados os moradores de Lisboa para que iluminem a frente das suas casas na noite da chegada do Imperador;

3.º — Que no dia imediato a câmara mande cantar um Te Deum solene na real casa de Santo António, convidando-se o Imperador para assistir a este acto religioso.»

Perante a vontade manifestada pelo Imperador, os cumprimentos e manifestações da Câmara ficaram reduzidos ao mínimo, não tendo havido discurso na singela cerimónia de cumprimentos, nem se tendo efectuado o acto de acção de graças. (Cf. Archivo Municipal de Lis-

boa, 2.ª série, 1871-72, pgs. 934-5.)

Quanto ao estandarte, desde o incêndio que em Novembro de 1863 tinha deflagrado nos Paços do Concelho, a Câmara não possuía nenhum. Ao cabo de diversas insistências do vereador Gregório Vaz Rans de Campos Barreto Froes, a Câmara mandou finalmente fazer uma nova bandeira, a propósito da visita do Imperador do Brasil. Executada em seda branca, foi pintada por António Januario Corrêa, que recebeu por esse trabalho trinta e seis mil réis. — Cf. Oliveira (Eduardo Freire de), Elementos para a História do Município de Lisboa, vol. I, Lisboa, 1882, pg. 91.

(5) Próximo da Trafaria e de Porto Brandão e em frente ao Bom Sucesso se situava o Lazareto, construído em 1867, junto ao local onde D. João II fizera erguer a torre de S. Sebastião da Caparica, que serviu de pri-

são e depois de lazareto.

(6) Lyra (Heitor), O Brasil na Vida de Eça de

Queiros, Lisboa, 1965, pgs. 39-40.

(1) «As 9 horas da manhã largava do cais de Veropezo, que fica próximo do edifício que hoje ocupa a câmara municipal (tratava-se do edifício das «Sete Casas», na Ribeira Velha, onde a C. M. L. esteve de 1863 a 1875), o escaler da alfândega, n.º 1, conduzindo os vereadores, conde de Rio Maior, António, presidente. José Carlos Nunes, Zofimo Pedrozo e Guerra Santos. Em outros dois escaleres iam o escrivão, guarda-mor e

vários empregados superiores da câmara.

O sr. vereador José Carlos Nunes levava o estan-darte da câmara. Quando os escaleres chegaram junto do vapor, iam os augustos viajantes descendo as escadas do portaló para embarcarem no escaler da corveta Estefânia, onde os esperavam o sr. capitão-de-mar-e--guerra, José Baptista de Andrade, comandante da corveta, e o seu imediato.

A câmara levantou um viva aos Imperadores do Brasil, que foi correspondido por todos os passageiros

do paquete Douro.

Sua Majestade agradeceu do escaler à câmara municipal as demonstrações de cordialidade e simpatia com que era recebido.

Os escaleres em que ia a câmara municipal, acompanharam a alguma distância aqueles em que iam Suas Majestades Imperiais, dirigindo-se para o Lazareto.

A câmara desembarcou também na praia do Lazareto, sendo desfraldada a bandeira do município, e felicitou Suas Majestades pela sua feliz viagem e chegada ao Porto de Lisboa, Sua Majestade o Imperador respondeu: — «Agradeço à câmara municipal de Lisboa os seus cumprimento3>

O sr. presidente da municipalidade novamente levantou vivas, a que corresponderam as pessoas presentes. O Imperador agradeceu sempre os vivas, agitando o braço, em cuja mão sustinha o bonnet». (Corte Real,

ob. cit., pgs. 14-15.)

Além dos vereadores já referidos, compunham ainda a C. M. L. os vereadores Dr. José Rodrigues Loureiro, vice-presidente, José Mendes d'Assunção, Joaquim de Oliveira Namorado, Joaquim Maria Osório, Dr. José Joaquim Alves, José Isidoro Viana, Gregório Vaz Rans e Anselmo Pinto Basto.

(*) O Rossio já então apresentava uma fisionomia aproximada da actual, com árvores ainda novas, o Teatro D. Maria II no topo norte, desde 1846, e a estátua de D. Pedro IV, inaugurada no ano anterior, em 1870. Só os dois lagos com repuxo faltavam, tendo sido

ali colocados em 1889.

(°) D. Pedro I do Brasil e IV de Portugal enviuvara em 1826 da Imperatriz D. Leopoldina, mãe de D. Pedro II e de mais seis filhos, voltando a casar em 1829 com a Imperatriz D. Amélia. Desde 1831, quando o primeiro Imperador do Brasil abdicou em seu filho e embarcou para a Europa, D. Pedro II não tornara a ver a sua madrasta.

O Palácio das Janelas Verdes, ou mais propriamente designado Palácio Alvor, data dos finais do século XVII e é o edifício em que em 1884 se instalou o Museu Nacional de Belas-Artes, que em 1911 se desmembrou no Museu Nacional de Arte Antiga (ainda hoje ocupando o edifício das Janelas Verdes, muito ampliado) e no

Museu Nacional de Arte Contemporânea.

(1º) O Panteão da Casa de Bragança fora mandado construir em 1855 por D. Fernando II no antigo refei-tório do Convento de S. Vicente de Fora. Aí permaneceram os restos mortais do primeiro Imperador do Brasil até à sua trasladação, em Abril do ano corrente, para o Brasil.

- (11) O Palácio da Ajuda, que na sua actual forma, começou a ser construído em 1802, foi residência de D. Luís I desde que, a pedido do povo impressionado pela morte de D. Pedro V e de dois irmãos seus, o Rei deixou em 1861 o Palácio das Necessidades, tendo ainda residido transitoriamente em Caxias.
- (12) O Palácio das Necessidades era residência real desde D. Maria II. Após a saída de D. Luís aí continuou a residir seu Pai, D. Fernando, até à sua morte.

(13) Estava a zona de Belém muito ligada à vida de Alexandre Herculano, que tinha sido administrador do concelho de Belém e bibliotecário da Ajuda.

(14) Desde que D. Maria II abandonara o Palácio de Belém e até ao casamento de D. Carlos de Bragança com D. Amélia de Orleans, em 1886, que para lá foram residir, o Palácio servia esporadicamente como residên-

cia oficial de hóspedes ilustres.

- (15) O Hotel de Bragança (posteriormente de preferência designado Hotel Bragança), no topo da actual Rua António Maria Cardoso, ocupava o edificio em que até há poucos anos estiveram instaladas as Companhias Reunidas de Gás e Electricidade. O edificio foi construído depois do incêndio que em 1814 destruiu o que restava do Palácio dos Duques de Bragança, tendo na ocasião a Casa de Bragança mandado edificar naquela zona diversos imóveis. O Hotel de Bragança era ao tempo o melhor estabelecimento hoteleiro de Lisboa. Entrando depois em fase de certa decadência, perdeu a sua posição de primazia quando em 1892 foi inaugurado o Hotel Internacional, depois Avenida Palace. O Hotel de Bragança, que, como veremos, voltou a acolher os Imperadores do Brasil em Março de 1872, foi ainda escolhido por D. Pedro e D. Teresa Cristina quando em Agosto Setembro de 1877, em Julho de 1887 e em Dezembro de 1889 estiveram em Lisboa, da última vez a caminho do exílio, após a queda do Império em 15 de Novembro de 1889.
- (16) Inaugurado em 1764, o Passeio Público estendia-se desde o Rossio até à Praça da Alegria, ocupando a actual Praça dos Restauradores e parte da Avenida da Liberdade. Foi destruído em 1879 para permitir a abertura da Avenida, tendo entretanto sido também criada a Praça dos Restauradores, cujo monumento data de 1886.

(17) A estátua de Luís de Camões tinha sido inau-

gurada em 1867

- (18) O edificio onde desde 1837 se achava instalada a Escola Politécnica ardeu em 1843, tendo sido construído um novo edifício a partir de 1844, que só foi concluído em 1879, sendo aquele em que actualmente funciona a Faculdade de Ciências.
- (19) «As seis horas e meia da tarde começaram a concorrer os convidados, penetrando no edifício pelo salão de entrada que dá para o átrio do palácio, e que é de todos o mais majestoso.

O salão, escada e corredor que conduz à sala de mármore, e ainda esta sala, pareciam ao mesmo tempo floresta e jardim, pela quantidade de arbustos em vasos de vários tamanhos, e pela profusão de flores que os ornavam, e cujos matizes cintilavam pela abundância de lumes que os feria. No salão havia dois tanques de forma circular, simetricamente colocados aos lados e fronteiros um a outro, ornados nas margens com flores e hera, e tendo repuxos ao centro.

A sala azul e aposentos particulares do rei, que conduzem à sala do conselho, onde se deu o jantar, e assim denominada por ser exclusivamente destinada aos conselhos de estado e de ministros, estavam rica e aparatosamente ornados com talhas do Japão, abundância de flores e grande quantidade de luzes.

O jantar foi dos mais finos, o serviço dos melhores, e todo servido com a baixela real.

Os comensais que estiveram presentes foram trinta

A Rainha vestia cor-de-rosa com rendas de França; a Imperatriz de luto. O jantar principiou às oito horas e terminou às dez.

As dez e meia o Imperador, El-Rei e o sr. duque de Saxe acompanhados pelo sr. marquês de Ficalho, foram ver o observatório da Tapada, tendo-se dado ordem para ser iluminada com archotes a estrada que para ali dirige.

As 11 todos tinham saído, sendo a Imperatriz acompanhada ao hotel pelo sr. ministro do Brasil, porque o Imperador não voltou da Tapada ao Paço, e chegou ao hotel à uma e meia». (Corte Real, ob. cit., pgs. 61-63.)

(20) O edifício da Estação de Santa Apolónia tinha

sido inaugurado em 1865.

(21) Cavalcanti (Paulo), ob. cit., pg. 38.

(22) Lyra (Heitor), História de D. Pedro II, vol. II, São Paulo, 1938, pg. 266.

Heitor Lyra acrescenta: «Gobineau, que seria mais tarde, em 1877, seu companheiro de viagem à Rússia, refere-se um pouco decepcionado a essa pressa do Imperador, que queria ver tudo, de preferência a ver qual-

(21) A. A. da Fonseca Pinto, in Corte Real (José

Alberto), ob. cit., pg. XV.

- (21) Diário de Notícias, de 7-3-1872. D. Pedro II tinha então 46 anos de idade; mas em breve os seus loiros cabelos e barba estariam completamente embranquecidos.
 - (25) Corte Real (José Alberto), ob. cit., pgs. 257-58.

(26) Revolução de Setembro, de 8-3-1872.

- (27) A Nação, de 6-3-1872. Este editorial, publicado dois dias antes do da Revolução de Setembro, não era evidentemente uma resposta directa àquele jornal, mas a quantos - pessoas, instituições ou órgãos de imprensa - tinham assumido aquela atitude.
 - (28) Diário de Noticias, de 6-3-1872.
- (29) D. Fernando II tinha desposado a Condessa de Edla em 1869.
- (31) O Palácio de Benfica, no Largo de S. Domingos de Benfica, junto ao Convento, é uma edificação procedente do século XVIII, que faz parte de uma quinta que foi do milionário inglês Gerard Devisme e depois dos Marqueses de Abrantes, tendo sido adquirida em 1847 pela Infanta D. Isabel Maria, filha de D. João VI, antiga Regente do Reino.
- (31) A devoção em Lisboa ao Senhor dos Passos provém do século xvi, tendo assumido grande expressão. A procissão dos passos da Graça iniciou-se em 1587 e era a mais concorrida de Lisboa quando o governo da República a proibiu, tendo sido posteriormente restaurada e ainda hoje atraindo uma grande concorrência de
- (32) A Academia das Ciências de Lisboa acha-se instalada desde 1834 no antigo Convento de Jesus.

(a) Jornal da Noite, de 7-3-1872.
 (b) Lima (Rangel de), «Chronica do mez», in Ar-

tes e Letras, ano I, Lisboa, 1872, pg. 41.

(35) Primitiva designação da actual Associação dos Arqueólogos Portugueses, que mantém a sua sede e o seu museu nas ruínas do Convento do Carmo.

(16) Não existia ainda o edifício do mercado que há alguns anos foi demolido, que datava de 1885.

- (31) A devoção a Nossa Senhora da Rocha nasceu no ano de 1822, quando em Carnaxide foi descoberta numa lapa uma imagem de Nossa Senhora da Conceição, em volta da qual se criou, no período do vintismo, intensa agitação político-religiosa. O seu culto, no entanto, intensificou-se muito e atingiu grande expressão popular, tendo a própria Família Real tomado nela parte activa. Por portaria de 27-7-1822, de D. João VI, a imagem foi transferida para a Sé de Lisboa, consagrando-se assim oficialmente aquela devoção. Em 1882 o Governo determinou que a imagem regressasse ao local onde fora encontrada, o que veio a verificar-se em 30-9-1883.
- (38) O Hospital de S. José estava instalado no edifício que ainda hoje ocupa - o antigo Convento de Santo Antão-o-Novo - desde 1775, tendo em dois séculos recebido, evidentemente, numerosas moderniza-

ções e ampliações. A Escola Médico-Cirúrgica funcionou até 1910 no edifício do Hospital de S. José.

(3º) Nalgumas dependências do Convento de S. Bento da Saúde instalou-se em 1757 o Arquivo da Torre do Tombo, dado que aquela torre, no Castelo de S. Jorge, sofrera muito com o terramoto. Embora em ala diferente da que inicialmente ocupara, o Arquivo mantém-se ainda em S. Bento. Com a extinção das ordens religiosas em 1834, o Convento passou a Palácio las Cortes, tendo em 1835 sido construída a sala da Câmara dos Deputados, adaptando dependências existentes. Em 1867 foi inaugurada a nova sala da Câmara dos Pares, edificada totalmente de raiz, e que é a actual sala de sessões da Câmara Corporativa. Em 1895 um incêndio destruiu a sala da Câmara dos Deputados, iniciando-se então a construção de nova sala e uma reconstrução quase geral do edificio, dando-lhe a actual fisionomia, através de obras que só ficaram totalmente concluídas no segundo quartel deste século.

(10) A então Real Biblioteca Pública, hoje Biblioteca Nacional, foi ocupar em 1836 parte do Convento de S. Francisco da Cidade, onde se conservou até 1969, quando foi inaugurada no Campo Grande a sua nova

sede.

(*1) Constituíam a Câmara Municipal de Lisboa os seguintes vereadores: Dr. Francisco Manuel de Menseguines vereadores. Dr. Halactes James donça, presidente, Dr. José Rodrígues Loureiro, vice-presidente, José Carlos Nunes, Dr. José Joaquim Alves, Geraldo Braamcamp, Zófimo Pedroso, Luís Guerra Santos, Francisco Simões Carneiro, José Elias Garcia, Francisco Simões Margiochi Jr. e José Isidoro Viana.

(12) O Teatro da Trindade tinha sido inaugurado

em 1867.

 (43) Jornal da Noite, de 11-3-1872.
 (44) A Academia das Belas-Artes, fundada em 1836, está desde o início instalada em parte do Con-

vento de S. Francisco da Cidade.

- (45) No local da Cotovia, existia desde o século XVI o Solar que em 1768 a família Soares de Noronha arrendou ao Estado para instalação da Imprensa Régia, que em 1833 passou a desginar-se Imprensa Nacional, Em 1816 o Estado adquiriu o edifício, que em 1904 foi de-molido para dar lugar às actuais instalações, concluidas em 1907.
 - (**) O Commercio do Porto, de 12-3-1872.
 (**) Jornal da Noite, de 12-3-1872.

(48) O Commercio do Porto, de 12-3-1872

(49) O Teatro do Ginásio era então a quarta sala de espectáculos que existia naquele local e com o mesmo nome. Fora inaugurado em 1868 e veio a ser destruído por um incêndio em 1921, sucedendo-lhe um quinto Ginásio, de que actualmente só existe a fachada.

Christovam de Sá, no folhetim de 15-3-1872 da Revolução de Setembro, escreveu: «A visita do Imperador do Brasil deu aos teatros de Lisboa notável animação, e cada qual se empenhou à porfia em satisfazer os desejos expressos do imperial espectador, ou em apresentar-lhe as melhores peças do seu repertório. No Trindade ressuscitou-se expressamente o Médico à Força. Reapareceu no D. Maria O Gladiador de Ravena, que o rei manifestara desejos de ver representar. O Ginásio dedicou um dramazinho num acto intitulado Arte, Pátria e Caridade, que apenas se recomenda pela oportunidade». Rangel de Lima, no entanto (Artes e Letras, ano I, pg. 42), considerou que «o sr. Athayde, apesar de habituado a escrever no género cómico, saiu-se muito bem do primeiro ensaio que fez no género sério».

(50) Dom Carlos fora estreada em 1867 e cantada pela primeira vez em Portugal no Teatro de S. Carlos em 21-12-1871. Era portanto uma ópera recentíssima entre nós, que o público recebeu com agrado e a crítica considerou «admirável». — Cf. Machado (Júlio César), «D. Carlos de Verdi», in Artes e Letras, ano I, Lisboa, pgs. 6-7.

(51) A Rua Nova dos Mártires é a actual Rua Serpa Pinto, no troço entre a Rua Garrett e a Rua Vitor Cordon. O proprietário da fotografia era o Sr. Plessy. (51) Corte Real (José Alberto), ob. cit., pgs.

338-339

(53) Chagas (Manuel Pinheiro), Folhetim, in Didrio de Noticas, de 11-3-1872, pg. 1.

(31) Machado (Júlio César), Folhetim, in Diário de

Noticias, de 14-3-1872, pg. 1.

(55) Recorde-se que D. Pedro II pôde visitar, observar ou utilizar em Lisboa uma série de edifícios ou monumentos de existência muito recente. Quando em 1871 desembarcou em Lisboa, esteve primeiro no Lazareto, datado de 1867, viu a estátua de seu Pai, inaugurada em 1870, e a de Camões, de 1867, visitou a Escola Politécnica, ainda em fase de obras de acabamento, e embarcou na estação de Santa Apolónia, cujo vasto edifício data de 1865. No ano seguinte, durante a sua mais demorada visita a Lisboa, esteve na Câmara dos Pares, construída em 1867, e, dos quatro teatros que frequentou, dois deles não tinham mais de cinco anos-Trindade, inaugurado em 1867, o Ginásio, reconstruído em 1868.

(56) Moog (Vianna), Eça de Queiroz e o Século XIX, 5.ª ed., Rio de Janeiro, 1966, pgs. 158-159.

(*) Cavalcanti (Paulo), ob. cit, pg. 39.
(*) Pinheiro (Raphael Bordallo), Apontamentos de Raphael Bordallo Pinheiro sobre a picaresca viagem do Imperador de Rasilb pela Europa, Lisboa, 1872. (50) Lyra (Heitor), O Brasil na Vida de Eça de

Queiroz, pg. 40.

(40) Lyra (Heitor), ob. cit., pg. 48.

(41) Ortigão (Ramalho), As Farpas, X, cap. I, Lisboa, 1971, pgs. 7-8.

(62) Os escritos então surgidos n'As Farpas acerca da viagem do Imperador encontram-se actualmente incluídos da seguinte forma:

Ortigão (Ramalho), As Farpas, X, caps. I, II, III, IV, V, VI, VII; Queiroz (Eça de), Uma Campanha Alegre, caps. LXVI, LXVII, LXVIII, LXIX, LXX, EXXI, LXXII — datados de Fevereiro de 1872.

Ortigão (Ramalho), As Farpas, XIII, caps. II, III, XVI, XVIII, XIX, XX — datados de Abril a Agosto

de 1872.

(43) Lyra (Heitor), ob. cit., pg. 51

- (*) Lyra (Heitor), ob. cit., pg. 56. (*) Azeredo (Carlos Magalhães de), «Dom Pedro II», in Synthèses, n.º 145-146, Bruxelas, 1958, págs. 530-531.
 - (**) Lyra (Heitor), ob cit., pg. 64. (**) Lyra (Heitor), ob. cit., pg. 69.

(48) Carta existente no Arquivo da Casa Imperial Brasileira, transcrita em Lyra (Heitor), ob. cit., pg. 67.

(40) id., ibidem, pg. 77. (70) Ver Cavalcanti (Paulo), ob. cit., caps. VIII

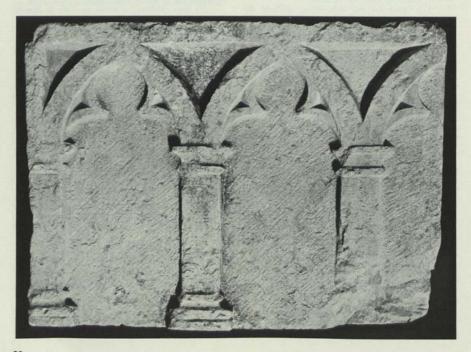
(71) Queiroz (Eça de), Crónicas de Londres, Lisboa, 1944, pg. 74.

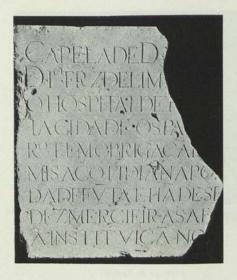
 (⁷²) Cavalcanti (Paulo), ob. cit., pg. 19.
 (⁷³) Amorim (Francisco Gomes de), «Os Imperadores do Brasil em Portugal», in Novo Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para o anno de 1872 (Bissexto), Lisboa, 1871, pgs. 382-383.

NOTI-CIÁRIO ARQUEO-LÓGICO E ARTÍSTICO

I. PEDRA COM LAVORES E FRAG-MENTO DE LÁPIDE PROVENIENTES DA IGREJA DO HOSPITAL REAL DE TODOS-OS-SANTOS.

Quando a C. M. L. procedia, em 1971, aos trabalhos de terraplenagem na zona da antiga Praça da Figueira para a colocção no centro daquela praça do monumento a D. João I, foram ali encontrados, a menos de 1 metro de profundidade, nas imediações onde se devia levantar a Igreja do Hospital de Todos-os-Santos (zona que não foi atingida pelas escavações de 1960), um fragmento de cantaria com lavores (estilo gótico) e uma lápide, ambos provavelmente relacionados com aquele templo. A lápide, fracturada ao longo do bordo direito, apresenta uma inscrição que se refere à instituição de uma capela com a obrigação de missa quotidiana e esmola a distribuir por dez merceeiras. Não ficámos a saber o nome da doadora por ter sido atingido pela fractura e ape-





nas sabemos que era mulher de João Fernandez de Lima.

O fragmento da lápide ainda legível reza o seguinte:

CAPELA DE D...
D Iº FŘZ DE LIM.
O HOSPITAL DE T...
TA CIDADE OS PA.
Rº TEM OBRIGACĂ D...
MISA COTIDIANA POR...
DA DEFŤTA E HÃ DE SE...
DEZ MERCIEIRAS A E...
A INSTITVIÇĂ N...

DUAS IMPORTANTES AQUISIÇÕES PARA O MUSEU DA CIDADE.

Entre as espécies adquiridas, durante o corrente ano, para o Museu da Cidade, merecem notícia especial, pelo seu elevado interesse como documentos olisiponenses, os dois quadros seguintes:

 Vista da praia de Santos nos finais do século XVIII.

Aguarela sobre papel; 73 × 46,5 cm.

Representa uma vista de Lisboa, tendo, por baixo, a legenda:

Lisboa — Vista da Praia dos Santos em 1788. Feito por Albert Dufourcq.

Esta delicada aguarela em tons de sépia, com os contornos desenhados a pincel, bem conhecida dos estudiosos da história da cidade, pertenceu à colecção de Roque Gameiro, que dela fez uma réplica colorida que foi adquirida por Vieira da Silva (actualmente pertença do Gabinete de Estudos Olisiponenses). Representa toda a margem ribeirinha, entre o Cais do Sodré e Santos e o casario da encosta sobranceira, onde, facilmente, se identificam alguns dos palácios e conventos ali existentes. O primeiro plano, com vários figurantes no seu trabalho do dia-a-dia, transmite uma imagem viva da faina intensa que se desenvolvia naquela praia nos finais de Setecentos, cais de embarque e desembarque de mercadorias e um dos mais concorridos estaleiros navais de então, servido pelas extensas e importantes tercenas do grande negociante e armador José António Pe-

Trata-se, pois, de um original de alto valor documental, pois fixa uma parcela da cidade com fraca representação na iconografia olisiponense, apesar da sua importância como centro comercial-marítimo nas relações entre Lisboa e o Tejo.

O autor, que a legenda que subscreve a aguarela denomina Albert Dufourcq, mas que Raczynski, Dictionnaire Historico-Artistique du Portugal, 1847, pág. 74, E. Benezit, Dictionnaire, vol. III, pág. 379, e F. Pamplona, Dicionário de Pintores e Escultores, vol. I, pág. 304, apenas referem pelo sobrenome Dufourcq, nasceu em Portugal, por volta de 1807, originário duma família francesa. É autor de algumas paisagens conhecidas e teve honras de ser citado por Raczynski (Lettres, pág. 96) em termos muito elogiosos.

Pelo desencontro de datas verificado — o artista teria nascido por volta de 1807, e a aguarela representa uma imagem datada de 1788, aliás data confirmada pelos próprios trajos dos figurantes —, somos levados a pensar não se tratar duma representação directa. O artista deve-se ter baseado num documento (desenho ou gravura)



anterior. A menos que a legenda tenha sido aposta posteriormente...

— Ex-voto a Nossa Senhora da Estrela.
Quadro a óleo sobre tela, com cerca de 0,75 x 0,45; autor anónimo. Séc. XVIII.

Representa uma cena do terremoto de 1755: sobre um fundo de casas arruinadas destaca-se, em primeiro plano, um grupo no acto de proceder à remoção dos escombros sob os quais jazia uma criança que ali se representa, muito realistamente, com uma «perigoza ferida na cabeça». No canto superior esquerdo, destaca-se a imagem



de Nossa Senhora da Estrela a quem é dedicado este ex-voto. Por baixo da imagem, a inscrição:

A nºº S.ª da Estrella voto, q no terremoto de 1755 fes Leonardo Rodrigues; porq fal: tando-lhe huma filha de 3 an invocando a d.ª S. a achou depo: es de 7 horas nas ruinas das su: as cazas co huma tão perigoza ferida na cabeça, q atribue a sua vida à intercessão da Soberana Senhora

É obra de autor anónimo, certamente encomendada no próprio ano do terremoto ou no seguinte. Ao contrário do que acontece com a maior parte das obras desta índole, quase sempre de feitura popular, não é destituída de valor artístico, revelando ser obra de artista de certo merecimento.

Quer pela temática — ligada ao terremoto de Lisboa de 1755 —, quer ainda como documento de grande valor etnográfico, revelador das reacções e mentalidade da população da cidade perante o grande cataclismo, reveste-se do maior interesse a sua representação no Museu de Lisboa.

Infelizmente, até este momento, nada conhecemos da história desta peça, que, tanto quanto sabemos, se tem conservado desconhecida do público.

I. M.

DR. HENRIQUE MARTINS GOMES

permitia. Assim, só por acaso a morte não o encontrou no gabinete de trabalho que durante doze anos ocupou como Director dos Serviços Centrais e Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, cargo que veio a exercer após uma carreira desde 1933 vivida ao serviço da Administração Pública, no Ministério do Interior, continuada nesta Casa e que, apesar de se encontrar já no quadragésimo ano de exercício de funções, se a doença ou a morte não lho impedissem, o Dr. Martins Gomes certamente prolongaria ainda por alguns anos, tais a devoção e o interesse que consagrava à sua profissão.

Iurista de mérito, cultor distinto das Ciências

cões sempre que uma melhoria do seu estado o

Jurista de mérito, cultor distinto das Ciências Administrativas, o Dr. Henrique Martins Gomes trouxe para o exercício das suas altas funções camarárias uma larga soma de conhecimentos e de experiência, que totalmente colocou ao serviço do Município, acrescida de uma exemplar conduta moral e cívica, de uma grande capacidade de bom-senso e discernimento, de uma apurada sensibilidade e de um assinalável espírito de compreensão e disponibilidade, que permitiram ao Dr. Henrique Martins Gomes ser em toda a Câmara Municipal de Lisboa, onde soube conquistar um justo prestígio e uma devida admiração, uma personalidade tão respeitada quanto estimada.

As suas altas qualidades intelectuais e humanas foram postas também ao serviço da Caixa de

Quase no final do período a que respeita o presente número da *Revista Municipal*, faleceu o Dr. Henrique Martins Gomes, desde 1960 Director desta Revista.

De débil compleição física, desde há dois anos que se encontrava gravemente doente; mas de forte constituição moral, nunca o Dr. Henrique

Martins Gomes se deixou dominar pelos seus padecimentos, retomando o exercício das suas funPrevidência do Pessoal da Câmara Municipal de Lisboa, a cuja Direcção presidiu, e da *Revista Municipal*, que dirigiu desde o n.º 87, relativo ao quarto trimestre de 1960, até ao presente número, referente aos 3.º e 4.º trimestres de 1972.

Trinta e uma vezes o nome de Henrique Martins Gomes figurou à frente desta Revista; outras tantas vezes a Revista Municipal lhe ficou a dever o melhor do seu interesse, da sua experiência, da sua capacidade organizadora, da sua preocupação em manter em nível elevado e ao serviço da cultura e da administração olisiponenses uma publicação que data de 1939 e que, pelos méritos dos seus responsáveis e dos seus colaboradores, tem sabido ao longo de mais de trinta anos permanecer fiel aos seus objectivos. A Revista Municipal deu ainda o Dr. Henrique Martins Gomes uma outra faceta da sua personalidade, que singularmente a enriquecia: o da sua

sensibilidade artística, que o fazia entregar-se ao exercício do desenho e da pintura, nos poucos ócios de uma vida tão ocupada quer pelas tarefas e preocupações próprias da sua carreira profissional, quer pelos cuidados, atenções e estudo requeridos pela sua meritória e assinalável actividade como autor de edições anotadas do Código Administrativo e co-director do Dicionário Jurídico da Administração Pública.

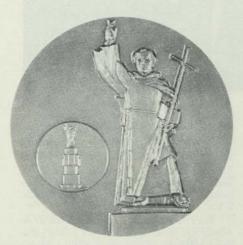
Pela última vez o nome de Henrique Martins Gomes aparece como director da Revista Municipal. Ao assinalá-lo magoadamente, a Revista sabe e sente que não é só ela que fica empobrecida, porque com o desaparecimento do Dr. Henrique Martins Gomes perdeu a Câmara Municipal de Lisboa — e através dela a Cidade, de que era filho — um exemplar servidor, perderara as Ciências Administrativas em Portugal um devotado cultor. E perdemos todos o convívio e a presença de um homem justo e bom.

Acto de posse do Dr. Henrique Martins Gomes como Director dos Serviços Centrais e Culturais da Câmara Municipal de Lisboa



INAUGURAÇÃO EM LISBOA

DO MONUMENTO A SANTO ANTÓNIO





Medalha comemcrativa da inauguração do monumento a Santo António. Autor: escultor António Duarte

L ISBOA manifestou o maior interesse pelo acto inaugural do monumento a Santo António. A cidade, com tradições ligadas ao taumaturgo, que sempre venerou — e lembramos a noite dedicada ao santo, tipicamente popular, e também o dia, consagrado a cerimónias religiosas — , a cidade, repetimos, tinha, pois, de estar presente a acto tão significativo de homenagem ao Doutor da Igreja, o qual, de certa maneira, correspondia ao pagamento duma dívida. Não se compreendia que a capital não tivesse uma estátua ao primeiro grande português, que era lisboeta, a alcançar projecção universal.

Portanto — assim tinha de ser — o povo não faltou à solenidade, para dar testemunho de quanto estava grato à Câmara Municipal, a quem ficava a dever a iniciativa de erigir o monumento.

O lugar cimeiro da cerimónia pertenceu ao Sr. D. António Ribeiro, Patriarca de Lisboa. Entre as presenças, contavam-se o Eng.º Santos e Castro, presidente do Município, e o embaixador da Itália, e numerosa representação de Pádua, à frente da qual figurava o Prof. Ettore Bentsik, «sindaco» da cidade italiana onde Santo António se tornou famoso e onde repousam os seus restos mortais, há séculos relíquias veneradas.

O monumento, que foi erguido na rotunda do cruzamento da Avenida de Roma com a Avenida da Igreja, no bairro de Alvalade, representa a consagração oficial e pública do português ainda em nossos dias mais conhecido no mundo, mercê da sua eloquência e sabedoria. A estátua, de bronze, é da autoria do escultor António Duarte, e a base, de mármore, do arquitecto Antero Ferreira.

Para se associarem à solenidade e honrarem a memória de «Il Santo», como na Itália e, em especial, em Pádua, é conhecido Santo António, assistiu ao acto inaugural da estátua uma repre-



sentação daquela cidade formada pelo senador Prof. Giuseppe Bettirli, Dr. Valeriaco Bano, e Profs. Guido Montesi, Ettaro d'Avanzo e Federico Viscidi.

O orador oficial, por incumbência da Câmara, foi o Prof. Doutor Francisco José da Gama Caeiro, cuja notável oração reproduzimos:

Senhor Patriarca:

Sejam as primeiras palavras que direi neste acto inaugural do monumento ao grande Santo português, António de Lisboa, endereçadas ao prelado muito ilustre da Igreja nesta diocese: vão para Vossa Excelência Reverendíssima as homenagens mais respeitosas de profunda consideração.

Senhor Embaixador de Itália:

Saúdo na pessoa de Vossa Excelência a Nação italiana, que ofereceu a segunda Pátria ao grande Santo lusitano — cuja memória se consagra para a posteridade, como presença viva daquele que, na Terra, foi luzeiro da Itália, Doutor da Verdade e Sol rebrilbante de Pádua, como a Igreja canta, numa velha antífona do século XIV:

«Tu lumen Italiae Doctor veritatis Tu Sol nitens Paduae [...]»

Senhor Presidente da Câmara:

Coube a Vossa Excelência, como esclarecido intérprete dos superiores interesses do Povo de Lisboa, saldar uma dívida pesada — e nem pelo decurso de sete séculos ela havia prescrito — ao português que é, ainda hoje em todo o Mundo, o mais conhecido e celebrado.

Entra na história da cidade, como facto de relevante significado no domínio dos valores culturais e espirituais, a consagração oficial e pública da figura que nesta solenidade comemoramos, ao descerrar o monumento dedicado — para dizer com o P.º António Vieira — «à glória de Portugal, ao melhor filho de Lisboa».

Como municipe e filho desta cidade também, quero neste ensejo significar a Vossa Excelência o meu apreço pela obra singular, que vem realizando, de promoção da vida urbana e de desenvolvimento de uma metrópole que reencontrou o destino, o ritmo, a escala própria de uma grande capital. Mas, mais ainda, e como coroamento desse notável incremento material, devo salientar na actuação de Vossa Exceléncia o empenho especial sempre posto na valorização monumental e no enriquecimento do nosso património artístico, a imprimir a originalidade de uma fisionamia própria à cidade e a traduzir, nas muitas iniciativas levadas a efeito, o relevo dado aos valores universais do Espírito, como tão evidentemente acaba de ser comprovado com esta inauguração.

Nestas palauras singelas queira Vossa Excelência encontrar as rendidas homenagens da mais autêntica gratidão.

Minhas Senhoras e meus Senhores:

Desejaria começar estas breves considerações por formular uma pergunta, e que é dúvida a pairar em alguns espíritos: - na verdade, certas interrogações podem directament apontar para o rumo a prosseguir, e sugerir desde logo uma res-

Terá sentido erigir um monumento a uma distante figura medieval - na presente situação portuguesa, neste momento em que a inteligência e a capacidade criadora colectivas andam empenhadas na tenaz construção do Presente e na prospectiva preparatória do Futuro, e quando parece - ao menos como fenómeno de sensibilidade - já não terem lugar comemorações de um Passado remoto, de algum modo a traduzir insistência anacrónica em glorificar grandezas preté-

Esta primeira questão coloca imediatamente uma outra, mais vasta e mais importante, a de saber se a História figura como um dos elementos constitutivos a considerar na concreta realização da comunidade nacional contemporânea.

Se a definição da realidade nacional fosse estranha à História, estaria errado este caminho.

Podemos conceber uma comunidade nacional à qual, em determinado período, falte uma tradição histórica própria; mas é certo que esta tenderá a formar-se, como um desenvolvimento natural, como uma expressão orgânica, como uma verdadeira fisionomia individualizante da colectividade.

Mas que nexo, que tipo especial de relação existe entre o suceder, no tempo e no espaço, das diferentes manifestações históricas — a História da Nação — e a Nação em si mesma?

Por outras palavras, de que natureza se compõe o vinculo que liga o Passado ao Presente, em termos de projectar neste as situações pretéritas?

Existe uma comunidade de situações pelas quais o Passado, em cada momento do devir histórico, se torna presente, modela o futuro.

Diria mesmo: nem todos os factos já sucedidos caem na alçada do histórico, mas só adquirem essa qualificação quando conseguirem subsistir, numa projecção para além da sua própria ocorrência, por meio duma solidariedade profunda e intima das situações passadas e actuais.

Quer isto dizer que interpreto a História, não como um passadismo morto, ou um arquivo de acontecimentos que nos são alheios, mas, exactamente ao contrário, como um «estar sendo» em que o Passado se transcede ao manifestar-se no Presente, isto é, como algo de dinâmico e de vivo a transmitir-se e a projectar-se no Presente, a perdurar no Presente, do qual participamos como fonte de energia vitalizadora, e que em última razão vem modelar e estimular os nossos actuais padrões de valor e os projectos futuros duma comunidade.

Esta interpretação encontra a sua justificação mais profunda no âmbito da Filosofia da História, mas não esta a ocasião de a examinar desenvolvidamente.

Se recordarmos que só nos tornamos plenamente actuais, conscientemente actuais, quando assumimos globalmente a nossa situação presente nas raizes em que ela imerge, nas suas grandes fontes inspiradoras, nos grandes modelos e propostas de vida que perduram, que permanecem como fundamento constitutivo duma Comunidade, então - e é indispensável alguma coragem para o afirmar - a figura de Santo António de Lisboa não tem mero interesse académico: pelo contrário, sendo ela actual e viva, capaz de dinamizar os nossos modelos e projectos colectivos, importa estudá-la à luz das grandes realidades nacionais contemporâneas, como certamente teria sentido examinar outros vultos como os de Camões ou D. João de Castro, Mouzinho de Albuquerque ou Fernando Pessoa.

Santo António é o primeiro grande português que granjeou projecção universal. Enquadrado dentro da moldura do primeiro século da nacionalidade portuguesa, desconhecemos ao certo a data do seu nascimento, em Lisboa, em fins do século XII, talvez por volta de 1190; mas conhecemos o momento exacto da sua morte, em Pádua, a 13 de Junho de 1231 — representa ele a primeira expressão, em estilo maior, da Cultura Portuguesa no Mundo.

O vasto saber que mais tarde iluminou a eloquência do grande Pregador e Missionário de



Cristo, a portentosa construção doutrinal da sua obra traduzem, de modo indiscutível, a formação recebida pelo Santo em escolas portuguesas, o ambiente intelectual lusitano e o nível cultural das nossas instituições de ensino na segunda metade do século XII e no primeiro quartel do século XIII — sem perder de vista, evidentemente, as correntes gerais do pensamento e dos movimentos de cultura da época que esses centros de ensino reflectiam...

Ora Santo António serve para ilustrar como as orientações culturais dos mosteiros e das escolas claustrais portuguesas — principalmente dos três centros que frequentou durante os largos anos da sua juventude, a Escola Anexa à Sé de Lisboa e o vizinho Mosteiro de São Vicente de Fora e, pouco depois, Santa Cruz de Coimbra, onde é ordenado sacerdote — como essas orientações, dizia, estão reflectidas na sua vasta obra — os Sermões, recentemente editados em tradução portuguesa.

Embora não pretenda sobrecarregar a atenção de VV. Ex. com dados históricos, seja-me permitido recordar alguns factos da biografia antoniana, que servem de balizas para a situar no contexto português.

A vida cómoda do opulento Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, em que António se cultivou nas Letras Sagradas durante o largo período de oito anos, não satisfazia a sua alma sedenta de

mais largos voos.

Seduzido pelo exemplo dos primeiros frades de São Francisco que se haviam instalado perto, no eremitério de Santo António dos Olivais, e pela aura daquela nova cruzada em que o Patriarca de Assis se empenhara, o então cónego regrante Fernando Martins pede, em 1220, para o admitirem na recém-fundada Ordem Franciscana. E ainda naquele ano, já feito franciscano, agora a chamar-se Frei António, embarca para Marrocos, para consagrar a vida à conversão dos Mouros. Esta sua decisão de demandar as costas do Norte de África fora tomada na euforia do entusiasmo, quando, ainda no mosteiro de Coimbra, vira à sua beira passarem bandos alegres de franciscanos a caminho da costa africana; e sabemos que um acontecimento o havia de marcar então profundamente e imprimir novo rumo à sua vida: um desses grupos, em 1219, estanciaria no mosteiro coimbrão para, de seguida, partir em direcção a Marrocos, para a evangelização. Viagem de que regressariam, dali a um ano, talvez nem tanto: regressaram os ossos deles, trazidos como reliquias para o mosteiro, por terem sofrido martírio, os Santos Mártires de Marrocos.

Animado assim por novos ideais, parte para Marrocos na mesma esteira dos primeiros mártires franciscanos, fiel a um apelo irrecusável — a sua vocação missionária.

Foi pouco demorada esta cruzada de frei António na Africa Setentrional.

Mal bavia chegado, cai gravemente doente, e, segundo os legendistas, tentou regressar à Pátria, mas o destino bavia de lhe assinalar outra rota, enviando-o para Itália.

Esta tentativa de conversão dos Muçulmanos, ainda que frustrada pela doença, marca um sentido novo de apostolado, por contraste com o das cruzadas anteriores, revela um missionarismo de feição amorosa e fraterna, precursor do que mais tarde tomará corpo com a Expansão e que levará, com as primeiras caravelas, um ideal de Fé e de Civilização cristãs.

Não tarda que São Francisco — cuja Festa a Igreja celebra hoje — lhe envie mandato para ensinar teologia aos frades da sua Ordem. Essa determinação histórica representa a maior viragem nos destinos da Família Franciscana, até aí adversa aos estudos, dados os temores que o Patriarca tinha de que o orgulho e soberba dos pretensos sábios destruíssem o espírito de simplicidade e da autêntica sabedoria. Daí em diante, os Franciscanos encontraram o seu primeiro Mestre e Doutor, e cobraram confiança no saber.

A austera sobriedade e grandeza da figura do Santo (Il Santo por antonomásia, sem mais atributos, lhe chamam em Itália: não apenas de Lisboa, ou do seu País natal, ou de Pádua, mas, universalmente de todo o mundo cristão) contrasta com a deturpação bizarra do milagreiro Sant'Antoninho que o povo, enternecidamente, ao longo dos séculos, foi criando.

A fisionomia real de António é contudo bem diversa, e a vigorosa personalidade do Homem temperada pelo esforço ascético da virtude fica patente agora, na imagem forte e viril, dotada de uma energia vital enorme, quase incontida nos limites do seu corpo físico, e que o escultor Mestre António Duarte, na expressiva criação da estátua ora inaugurada, tão bem soube traduzir.

Santo António, como o primeiro grande escritor franciscano e o instaurador dos Estudos dos Menores em Bolonha, deixou-nos resumos, ou esquemas dos seus sermões — uma espécie de modelos de pregação, para servir às finalidades didácticas do ensino que ministrou.

Só desde há pouco mais de trinta anos, sobretudo nos estudos franciscanos que precederam a proclamação do Santo, em 1946, como Doutor da Igreja, se começou a ter maior consciência do alto relevo da sua figura intelectual. E logo novos estudos continuaram a abrir caminho para a descoberta, quer do místico e pensador profundo, quer dos fundamentos doutrinais que vieram iluminar com nova luz a sua extraordinária actuação apostólica. Pessoalmente, podemos dar o testemunho de quem gastou muitos anos de investigação, na tentativa de surpreender a coerência interna da obra do Santo, a identificação das suas principais fontes e das grandes linhagens doutrinais, a visão sistemática do seu pensamento. E, depois de dois volumes publicados, sentimos a impressão desconfortável de que muito ficou ainda por averiguar e por escrever. A medida que se iam esclarecendo os contornos da doutrina, deparava-se-nos um número crescente de aspectos teóricos importantes, a demandarem análises particularizadas e novos desenvolvimentos.

E daqui nasceu a necessidade de esclarecer cuidadosamente a génese da sua formação cultural, desde a primeira juventude até à sua mais demorada permanência na Ordem franciscana.

O conhecimento das circunstâncias concretas em que essa cultura surgiu ajuda a compreender o conteúdo desta, tornando inteligíveis as suas origens, significado e repercussão.

A portentosa figura e a obra de Santo António não constituem um milagre: elas podem explicar-se pelo nível de alguns centros do ensino em Portugal, ainda que estes, como é óbvio, só por si, não expliquem o génio ou a santidade do seu famoso discípulo.

Santo António está integrado no movimento de carácter místico, embora do mundo ocidental — é mesmo um grande autor da mística, apesar de quase esquecido — e, além disso, a actividade de pregador apostólico e a função docente vão modelar com uma feição especial o seu pensamento, como que o centrando em dois pólos, em Deus e no Homem, e conferindo-lhe as notas peculiares do humanismo religioso e do moralismo místico.

O estilo predicatório antoniano pode acaso causar certa estranheza ao leitor actual, pelo inaudito vigor das expressões, mormente quando de crítica aos grandes e poderosos se trata, a cuja violência nem os dignitários da Igreja são subtraídos.

Mas o que nos importa agora salientar da sua obra é a concepção da universalidade do Homem, do Homem microcosmo (ou pequeno mundo) com a existência dos quatro pontos cardeais e com a participação dos quatro elementos terrenos. O Homem seria pois universal por natureza, participando de certo modo duma constituição cósmica, o que o obrigava a olhar para o Mundo duma forma amorosa e fraterna.

Este universalismo, que mais tarde se tornaria nota característica da doutrina franciscana, liga-se, na sua génese, com a acção portuguesa no Mundo, e torna compreensível a decisão que impeliu o Santo a trocar a segurança e prosperidade monástica de Santa Cruz de Coimbra pelos perigos e incertezas da pregação do Evangelho a todas as gentes, a cada homem em particular, que o Santo considerava seu irmão integrado na comunidade universal.

Com a visão perfurante que o seu génio lhe concedia, o P.º António Vieira interpretou certeiramente a dimensão missionária do nosso Santo:

«E se António era luz do mundo, como não haveria de sair da pátria? Saíu como luz do mundo e saíu como português. Por isso nos deu Deus tão pouca terra para o nascimento, e tantas terras para sepultura. Para nascer, Portugal; para morrer, o mundo».

Jaime Cortesão chama a atenção para o extraordinário paralelismo existente entre o dilatamento das ideias franciscanas e «os sucessivos progressos das navegações dos portugueses e os primeiros descobrimentos dos castelhanos».

Os Franciscanos teriam sido, segundo as palauras do eminente historiador, «os principais criadores da mística dos Descobrimentos».

Santo António, homem universal e portugués, primeiro Mestre e Doutor Franciscano — cuja auréola de santidade tanta atracção exercia sobre os portugueses do século XV e XVI — , está indirecta mas indissociavelmente ligado à Expansão, à Mística dos Descobrimentos, à génese do Missionarismo Portugués.

Já salientámos como, em atenção a uma correcta perspectiva das realidades portuguesas, importa prestar culto ao Passado. Propositadamente servimo-nos desta expressão, por entendermos que esta forma de culto, isto é, de cultivar um valor — que é a História — representa uma das dimensões mais autênticas e fecundas da Cultura, e que se entende melbor quando reflectimos sobre os sentidos que o verbo «cultivar» adquire na nossa língua.

Temos seriamente, frontalmente, de tomar posição perante esta tese: «A Investigação da História como consciencialização do Futuro», que postula a necessidade de compreender o que fomos, para projectar e construir aquilo que seremos.

A essa luz, Santo António como ponte a ligar sete séculos, alcança a sua autêntica projecção actual; como símbolo, como padrão, como uma das mais completas e mais altas expressões espirituais da Cultura Portuguesa.

Daí, a primeira e maior razão de actualidade da figura antoniana: o estímulo para consciencializar uma perspectiva nacional de Cultura.

Daí também — e julgo ter respondido à pergunta inicial — a mais ampla justificação para o monumento hoje inaugurado. Mas outro motivo existiria também. Pelo breve de Pio XII Exulta Lusitania felix, de 16 de Janeiro de 1946, foi proclamado Doutor da Igreja Universal o único português a receber essa distinção — Santo António de Lisboa.

No dizer do P.º Fernando Félix Lopes—assim «como outrora se sentou nas Cátedras de Bolonha, Montpelier, Tolosa e Pádua a ensinar o bom saber aprendido nas escolas de Portugal, Santo António de Lisboa ainda hoje nos altares de toda a cristandade é o Doutor de Portugal».

No Catálogo dos Doutores, o vigésimo nono na ordem, ao longo dum perído de quase dois milénios, figura o nosso Santo com o título de Evangélico — querendo a Igreja significar com este epíteto a enorme ciência que ele tinha da Sagrada Escritura como o declarou Pio XII:

«Quem percorre atentamente os Sermões (...), logo descobre em St.º António o exegeta peritissimo na interpretação das Sagradas Escrituras, o exímio teólogo no perscrutar os dogmas, o doutor e mestre insigne no tratar os assuntos de ascética e mística (...). E porque Santo António usou, com tanta frequência, os textos e as sentenças do Evangelho, bem merece o nome de Dutor Evangélico».

Não encontraria decerto comentário mais adequando, nem voz tão autorizada como a dum Santo Padre, para salientar os traços que nos interessam reter aqui da fisionomia do Santo franciscano: a sua obra repassada de Evangelho, a sua vida que se esgotou precocemente ao serviço dos

outros, ensinando e pregando a palavra de Cristo às comunidades do Norte de Itália e do Sul da França, caídas na heresia dos Cátaros e dos Albigenses. Não se trata assim de venerar tão-só o talento especulativo dum filósofo, ou as excelências doutrinais dum teólogo e escritor místico: mas de realçar a virtude beróica de um Homem que viveu empenhadamente na acção concreta, a sofrer e a lutar pelos outros, com efectivas e enérgicas intervenções de ordem social —, como aquelas que o cronista Rolandino narra e que contribuiram para o restabelecimento da Paz na Marca Trevigiana, ou como as atitudes drásticas que António tomou, em face das prepotências do poderoso Ezzelino da Romano, em favor da libertação de prisioneiros ou contra as práticas da usura.

Numa palavra, a imagem integra do Homem realizado em Pensamento e Acção, do Homem Universal, e, com ser universal preso às suas raízes bem portuguesas, elevado em sua plenitude até à Santidade.

Compreende-se assim já a razão pela qual um dos primeiros mestres franciscanos da Universidade de Paris, João da Rochela, ainda no século XIII, propunha Santo António como perfeito modelo para a juventude estudantil do seu tempo.

E se um monumento é na cidade memorial para todos, ele deve servir sobretudo de lição viva para as novas gerações.

E concluirei com um voto, que é também

um apelo.

Que os homens da nossa geração, nesta hora maior em que todos são chamados à edificação do futuro da Pátria, saibam estar despertos, lucidamente atentos a uma genuína linha de pensamento português, às fontes de perene inspiração da vida nacional.

A figura de António — o Santo, o Missionário, o Apóstolo, o Autor Místico, que, graças à elevação da sua vida e pensar, guindou a Pátria no Mundo de então e pelos séculos seguintes, a alturas sem par — continua a apontar, como um símbolo, o rumo a todos nós. Rumo de fidelidade aos grandes valores do Espírito, rumo de ousadia para construirmos o Futuro, rumo de amor universal aos homens: numa palavra, o nosso rumo português.



DEIXOU A PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA O ENG.º FERNANDO DE SANTOS E CASTRO

O salão nobre dos Paços do Concelho estava cheio. Algumas centenas de funcionários municipais se juntaram ali, rodeando os vice-presidentes Eng.º D. Segismundo de Saldanha e Dr. Mário Ferraz de Oliveira, os vereadores (todos presentes) e os directores de Serviços, para se despedirem do Eng.º Santos e Castro, presidente cessante, que, dias depois, haveria de embarcar para Angola, investido nas altas funções de governador-geral daquele Estado.

Não foi de maneira nenhuma uma cerimónia protocolar, antes se revestiu de significado especial — o de prestar homenagem ao chefe que soubera conduzir, durante dois anos e meio, com actividade invulgar e com decisões oportunas e inteligentes, a administração da cidade de Lisboa.

DR. MANUEL DOS SANTOS FERREIRA:
"DEIXA-NOS O SR. ENG." SANTOS E
CASTRO, MAS AFASTA-SE NA CERTEZA DE HAVER FEITO QUANTO
HUMANAMENTE ERA POSSÍVEL NO
CURTÍSSIMO PERÍODO DO SEU MANDATO»

Em nome dos funcionários, falou o Dr. Manuel Ferreira, director dos Serviços de Finanças, cujo discurso traduziu, em palavras justas e em apreciação acertada, as características da orientação do Eng.º Santos e Castro no posto cimeiro da Câmara. Fê-lo com as seguintes palavras:

De novo aqui venho para falar em nome do pessoal.

Faço-o com a sensibilidade que todos imprimimos aos actos em que intervimos nesta Câmara. Desta vez não nos reunimos para saudações, mas para despedidas, porque o nosso presidente se vai embora. Outras funções o reclamam e esse é o motivo que, em atenção ao interesse nacional, nos força a perder o seu dinamismo, a sua experiência, o brilho da sua inteligência e o seu raciocínio arguto na definição dos problemas citadinos, na escolba das soluções e na programação de prioridades.

Sabemos bem qual a tarefa que a si próprio havia imposto para um período de quatro anos, que, afinal, se confinou a dois e meio.

Submetendo-se a decisões corajosas, a nada se poupou para alcançar um ritmo de acção que sem dúvida fará escola.

O sacrifício da família e das horas de repouso faz hoje parte dos deveres do presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Ele não é apenas administrador, nem apenas político; ele não é só conselheiro, chefe ou supervisor; ele não se confina ao papel de homem de sociedade ou de filantropo; ele não é só estoico para tudo tudo ouvir e a todos sorrir. Tem de admitir que nem tudo quanto se faz está bem, e não pode instalar-se na torre de marfim como espectador que vé passar a caravana: há-de forçosamente incorporar-se nela, vivendo, com todos os seus problemas, a vida da Cidade e as suas implicações.

Homem de acção e nervos de aço, cada dia que passa é para si inacabado... Inacabado, porque sente que ainda mais devia ter feito. Enfrentando as situações, a todas dera remédio, no mais estranho eclectismo de decisões.

Não pode alimentar besitações que arrastem dúvidas, no mar encapelado de pretensões. E mal dele, se para cada uma não dispuser de remédio adequado.

Para facilitar a sua tarefa, nem sequer pode apoiar-se na comunidade dos vizinhos ou na certeza de que a compreensão destes atenua dificuldades e carreia ajudas.

É que nas grandes urbes, como Lisboa, tais relações de vizinhança desde há muito perderam eficácia.

Por isso, já não lhe bastam os serviços municipais para com eles actuar: tem de aproximar-se das forças vivas e das instituições particulares ou públicas e, ajudando-as, atingir através delas o bem comum, muito para lá das metas tradicionalmente reservadas à Câmara.

Desta forma, a acção municipal alarga-se, entrando no âmago das preocupações do bem-estar social das populações.

No seu cargo não cabe o sentido mercenário, pois a função exige calor humano e amor ao próximo. Para isso o presidente dá-se completamente à sua missão, de corpo e alma.

Por outro lado, para conhecer a opinião pública, a que importa atender, deve o presidente ser assíduo nos meios em que tal opinião se forma, pois a sua influência terá que operar ali,

Durante a cerimônia em que se despediu do funcionalismo municipal, o Eng.º Santos e Castro procedeu à imposição de medalhas de bons serviços municipais a diversas pessoas e instituições



se necessário, para que no turbilhão das pressões particulares sobressaia o interesse geral.

Os próprios órgãos de informação, não devendo embora influenciar-se, precisam de ser esclarecidos por informações de toda a espécie e pela análise oportuna das suas afirmações e cri-

A atempada notícia ou a dúvida esclarecida proporcionam ao público elucidação correcta, e isso conta muito para a compreensão necessária à acção municipal.

E a tudo o presidente deve prover.

A cidade exige-lhe sempre mais, cada vez mais.

Como se disse, a colaboração dos homens e dos entes públicos ou privados é hoje imprescindivel ao Municipio de Lisboa, e o Sr. Presidente sente bem esta verdade, que ele próprio evidenciou e cultivou com paixão.

Anote-se que não falo assim apenas por haver escassez de quadros municipais, mas porque estamos a caminhar para a necessidade de envolver toda a população e as suas instituições no prosseguimento do bem comum de que ninguém pode alhear-se, porque a todos haverá que pedir participação activa e colaboração permanente.

Posso afirmar, com o conhecimento que provém dos contactos diários, que o Sr. Eng.º Santos e Castro compreendeu e foi mestre neste novo conceito das funções de presidente da Câmara.

Traçando rumos de conduta para si e para os serviços, seguiu-os com notável clarividência, evidenciando possuir um verdadeiro espírito de missão, como os homens grandes desta Pátria.

Deixa-nos o Sr. Eng.º Santos e Castro, mas afasta-se na certeza de haver feito quanto humanamente era possível no curtíssimo período do seu mandato.

O dever cumprido já é uma recompensa e sabemos que essa lhe basta para sair satisfeito.

Por tudo quanto aqui fez lhe trazemos o calor da nossa admiração e da nossa estima.

Acompanhamo-lo em espírito nas suas novas funções, desejando-lhe, bem como a sua esposa, as maiores venturas e a mais completa satisfação de tudo o que, das virtualidades do seu espírito, a Nação pode aguardar.

ÚLTIMAS PALAVRAS DO ENG.º SAN-TOS E CASTRO: «NÃO DIGO ADEUS, DIGO APENAS ATÉ À VISTA!»

Ao agradecer as saudações do Dr. Manuel Ferreira, o presidente Eng.º Santos e Castro afirmou que, entre o pessoal da Câmara com noção verdadeira do cargo e das responsabilidades, se distinguira o director dos Serviços de Finanças. Guardava da sua colaboração gratas recordações. Fora um funcionário brilhante. A presidência não podia efectuar a acção que a cidade exigia se não tivesse na retaguarda um administrador capaz. O director de Finanças ocupava um lugar nem sempre simpático, mas o presidente encontrara sempre no Dr. Manuel Ferreira um servidor inteligente e dedicado.

Havia outro colaborador — prosseguiu o Eng.º Santos e Castro — que não estava presente, por efeitos de doença demorada, mas sabia que se encontrava ali em espírito. Era o Dr. Henrique Martins Gomes, director dos Serviços Centrais e Culturais. Tivera ocasião de apreciar as altas qualidades desse funcionário durante o período em que o acompanhara e até durante a doença. Fora exemplar. Mesmo em estado de saúde deficiente, se arrastava até aos Paços do Concelho, para ocupar o seu lugar. Fazia votos

pelas suas melhoras.

Com viva comoção, o Eng.º Santos e Castro disse depois que acabara de saber que o Dr. Martins Gomes estava presente. Agradecia sensibilizado o sacrifício da sua comparência.

Prosseguindo, o presidente cessante fez referência conjunta aos directores, chefes de divisão e de repartição que o acompanharam e lhe deram colaboração. Todos sabiam o que pensava da função municipal, tanto mais que exercera um cargo que obrigava a atitudes. Procurara ser justo.

Esperava que os funcionários, trabalhando com o novo presidente, fizessem ainda melhor do que haviam feito consigo, pois a cidade tudo merecia.

Manifestando a sua gratidão pela colaboração dedicada e valiosa recebida de tantos servidores municipais e a compreensão e o apoio que a Cidade tributou à sua acção na presidência da Câmara, o Eng.º Santos e Castro despediu-se com as seguintes palavras:

Não digo adeus — digo apenas até à vista!



CONTINUAR A CONSTRUÇÃO DA LISBOA DO FUTURO

- FÓRMULA APONTADA PELO CORONEL SILVA SEBASTIÃO NO ACTO DE POSSE DO CARGO DE PRESIDENTE DO MUNICÍPIO R EGISTOU movimento inusitado a casa municipal para acolher o novo presidente, coronel António Jorge da Silva Sebastião, até alguns meses antes governador de S. Tomé e Príncipe, Centenas de pessoas se reuniram no salão nobre para assistir ao acto de posse.

Receberam o ilustre homem público à entrada do edifício os dois vice-presidentes da Câmara, Eng.º D. Segismundo de Saldanha e Dr. Mário Ferraz de Oliveira, o primeiro dos quais apresentou o recém-chegado aos vereadores, todos presentes à cerimónia.

Na Praça do Município, uma força de bombeiros, com banda e fanfarra, prestava as honras da praxe.

Depois, no salão nobre, verificou-se o acto de posse. O vice-presidente D. Segismundo de Saldanha impôs o colar designativo do cargo ao novo presidente. O vasto salão estava completamente cheio, salientando-se a presença dos ministros da Defesa Nacional, do Interior e do Ultramar e dos secretários de Estado da Infor-



mação e Turismo, da Agricultura, do Trabalho e Previdência e do Exército e de representantes dos ministros das Finanças e Economia, das Obras Públicas e das Corporações e Previdência Social e da Saúde e Assistência e do subsecretário de Estado da Saúde e Assistência.

Presentes, ainda, além do governador civil de Lisboa e do secretário-geral do Ministério do Interior, o Dr. Elmano Alves e o Dr. Esteves da Fonseca, respectivamente presidentes da Comissão Executiva e da Comissão Distrital de Lisboa da A. N. P.; o Doutor Motta Veiga, presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos; o Prof. Pinto Barbosa, governador do Banco de Portugal; o coronel Rebocho Vaz, antigo governador-geral de Angola; o Eng.º Vaz Pinto, presidente do Conselho de Administração da TAP; o Dr. Soares da Costa, presidente da Empresa Pública de Urbanização de Lisboa; os Drs. Clemente Rogeiro e Ramiro Valadão, presidentes, respectivamente, da Emissora Nacional e da RTP; os comandantes-gerais da P. S. P. e da G. N. R., o director-geral de Segurança, os comandantes da P. S. P. de Lisboa, do B. S. B. e da Polícia Municipal, o major Baptista da Silva, em representação da Carris, presidentes e vice-presidentes de municípios do distrito, chefes de serviços e muitos funcionários da Câmara Municipal de Lisboa e diversas outras individualidades.

*

DR. AFONSO MARCHUETA: PROGRA-MAR E PLANIFICAR TODA A ACÇÃO ADMINISTRATIVA DE MODO A EVI-TAR SOLUÇÕES DE EMERGÊNCIA QUE NÃO RESOLVEM OS PROBLEMAS

Após o auto de posse, o Dr. Afonso Marchueta pronunciou um discurso, em que teceu várias considerações sobre o municipalismo e a vida administrativa.

Começou o orador por dirigir palavras de apreço ao coronel Silva Sebastião, pondo em evidência a forma como exerceu a sua missão no Ultramar e vincando o acerto da escolha para dirigir os destinos do primeiro Município do País. Assinalou depois a obra realizada pelo Eng.º Santos e Castro, salientando que «soube bem servir e honrar a cidade de Lisboa» e que «mais uma vez poderá demonstrar as suas qualidades de acção» no novo cargo a que foi chamado.

E sublinhou o governador Afonso Marchueta: «O presidente cessante e o presidente actual estão ambos estreitamente ligados ao Ultramar — ao Ultramar, tão querido de todos os verdadeiros portugueses, e credor de todos os sacrifícios que por ele hajam de ser feitos. Mas não penso que alguém sinta ser sacrifício lutar pela valorização das terras lusíadas ultramarinas, pois que lutar por elas, pela sua paz, pelo seu desenvolvimento, pelo bem-estar das suas populações, é missão reconfortante, que honra e dignifica quem a executa.»

Referindo-se à missão do presidente da Câmara e às tradições municipalistas de Lisboa, o chefe do distrito disse que chefiar o Município de Lisboa é uma tarefa altamente difícil e espinhosa, mas, simultaneamente, aliciante e do maior interesse, que «entusiasma e compensa, porque se traduz em modernizar, em embelezar, em traçar o futuro da nossa Lisboa, sem, no encanto, deixar de respeitar o seu passado, e em tornar mais fácil, mais próspera e mais feliz a vida dos munícipes do concelho». A propósito, recordou palavras do Prof. Marcello Caetano sobre a necessidade de fazer do Município uma instituição adequada aos tempos modernos, à evolução social em marcha e ao novo direito público. E acrescentou:

«Todos os que assumem altos cargos administrativos contraem grandes e pesadas responsabilidades perante as populações administradas. Assim, é imprescindível programar e planificar toda a acção administrativa, de modo a evitar soluções de emergência que, longe de resolver os problemas, antes os complicam, tornando-os, por vezes, insolúveis. As legítimas aspirações dos povos que nos são confiados devem estar sempre presentes no nosso espírito. Como, igualmente, sempre devem estar presentes essas admiráveis células do Município que são as Juntas de Freguesia, preciosas auxiliares da administração municipal.»

O Dr. Afonso Marchueta frisou, a este respeito, estar certo de que o novo presidente apoiará e auxiliará por todas as formas ao seu alcance as freguesias citadinas, aproveitando a oportunidade para exaltar os serviços prestados por essas autarquias à comunidade e ao País. «É meu dever, e gostoso dever — afirmou o governador —, salientar e louvar o elevado espírito cívico dos homens-bons que, sem qualquer recompensa material, dirigem as Juntas de Freguesia, a elas sacrificando os seus interesses pessoais e o seu repouso, sacrifícios quantas vezes retribuídos pela indiferença e, até, pela incompreensão daqueles que tão desinteressadamente servem.»

O primeiro magistrado administrativo do distrito manifestou a convicção de que vai ser íntima, estreita e leal a colaboração entre o Governo Civil e a Câmara Municipal de Lisboa e exprimiu o desejo de que a Federação Municipal de Lisboa prosseguisse mais activamente ainda, e de que fosse estudada a possibilidade de propor o

seu alargamento para que, servindo o interesse comum, melhor se pudesse contribuir para o desenvolvimento da grande Lisboa, como é objectivo do Governo, chefiado pelo Prof. Marcello Caetano, «insigne muncipalista a quem Lisboa deve, há perto de 40 anos, a orgânica municipal por que se rege».

Citando palavras do Presidente do Conselho, proferidas nos Paços do Concelho da capital, o governador civil lembrou que o Prof. Marcello Caetano, grande defensor dos Municípios, «reconhecelhes a indubitável utilidade, avalia justamente o sacrifício que fazem e agradece-lhes o esforço que desenvolvem para o progresso da Nação».

«Graças a Marcello Caetano — disse ainda o governador Afonso Marchueta —, que pela publicação, em 1936, do seu Código Administrativo libertou o municipalismo de velhas e ultrapassadas fórmulas, os Municípios, apesar da escassez de recursos financeiros, motivada pelas avultadas despesas que o Estado tem de suportar em razão da guerra que no Ultramar nos é imposta, apesar disso não deixam de receber valiosas comparticipações e gozam hoje de uma autonomia que lhes permite agir dentro das exigências dos tempos modernos».

Na parte final do seu discurso, o chefe do distrito exaltou as virtudes do povo português e o exemplo que dão num mundo fortemente minado nas suas estruturas morais, afirmando-se assim tão incomparável povo digno herdeiro dos que participaram nas gestas heróicas que formam a epopeia lusíada. «O povo de Portugal — declarou — condenou sempre a violência e o anarquismo, tem sido sempre um povo amante da paz e da ordem. A união entre todos os portugueses tem de ser cada vez mais forte e mais consciente, para que nada, nem ninguém, possa entravar a sua marcha para o progresso. A unidade é uma força indestrutível, e nós, portugueses, possuímos essa força. Por isso venceremos».

Referindo-se às minorias sem escrúpulos que, cobardemente, tudo renegam e tudo pretendem destruir e subverter, mas apenas conseguem, ao invés do que desejam, reforçar a unidade nacional, o Dr. Afonso Marchueta afirmou: «Os portugueses repudiam todas as formas de anarquismo, tal como repudiam qualquer forma de

tirania ou de prepotência. Nos campos ou no mar, numa repartição ou numa oficina, numa fábrica ou num escritório, os portugueses querem trabalhar na paz e na ordem.

O Governo da Nação assegura-lhes essa paz e essa ordem, para que sempre possam exercer as suas actividades sem coacções, nem receios.»

E, após outras considerações sobre a necessidade de uma união cada vez mais coesa, para desse modo melhor se servirem os interesses de Portugal, o governador apontou o exemplo de amor à Pátria que o Chefe do Estado e o Presidente do Conselho dão cada dia e vincou que os portugueses, assim unidos, contribuem para «ajudar o Prof. Marcello Caetano a realizar a sua aspiração de que Portugal progrida em paz».

A concluir, o governador Afonso Marchueta desejou ao coronel Silva Sebastião um mandato cheio de êxitos, de forma a que o seu nome «fique ligado para sempre aos destinos de Lisboa, à construção do futuro da capital e ao bemestar do excelente povo que nela reside e trabalha».

CORONEL SILVA SEBASTIÃO: ENCARAR E RESOLVER PROBLEMAS URBANOS EM TEMPO OPORTUNO, ANTES DE SE FA-ZEREM SENTIR COM DEMASIADA PRE-MÊNCIA

Seguidamente, o coronel Silva Sebastião pronunciou o seguinte discurso:

«Quiseram o Sr. Presidente do Conselho e o Sr. Ministro do Interior reconhecer em mim qualificações bastantes para o exercício da presidência da Câmara Municipal de Lisboa, funções de que V. Ex.ª, Senhor Governador Civil, me acaba de dar posse.

Para quem jamais o tenha admitido como possível, compreende-se que o inesperado da situação levante todo um mundo de interrogações no seu próprio espírito.

É certo que todo um passado, que o futuro não desmentirá, me apresenta como um homem despido de bens materiais, que nunca os tive, e a quem não seduzem honrarias nem outras benesses, a que nunca aspirei, o que me iguala à imensa maioria daqueles que passo a ter a bonra de representar como presidente deste Município.

Por outro lado, é verdade que o destino caprichou, ao longo da minha vida, em me colocar na encruzilhada dos mais diversos e poderosos interesses e que, perante eles, sempre guardei a mais total independência, o que me identifica com a tão velha tradição de autonomia, de que esta casa tanto e tão justificadamente se orgulha.

Finalmente, durante longos anos sobre mim recaiu a responsabilidade do governo duma comunidade humana autónoma, o que é dizer, a tarefa de, com os meios criados pela sua própria actividade, não descurar o futuro e assegurar o máximo de felicidade e bem-estar no presente para a grande maioria daqueles que a constituíam, em função, evidentemente, do seu próprio sistema de valores. E como a sua dimensão o permitia, habituei-me, quase insensivelmente, à visão global dos problemas, e foi-me assim possível aperceber, em toda a sua extensão e, até, em todo o seu dramatismo, o quanto de miséria, sofrimento e dor pode minorar ou ser causa, a esclarecida ou deficiente gestão dos meios materiais colectivos.

E mais não possuo que não seja o anseio imenso que a partir de agora me anima — e que praza a Deus me permita ver realizado — de corresponder à confiança que em mim se depositou, sendo útil à comunidade que passo a servir, no exercício das funções que ora assumo.

E não desejaria adiantar-me mais sem antes, e como primeiro acto no exercício da presidência da Câmara Municipal de Lisboa, cumprir o gratíssimo dever, que para mim é, o de saudar e render a mais viva e respeitosa homenagem a Sua Excelência o Senhor Presidente da República.

E manifestar depois, o quanto me honra e desvanece a presença aqui de todos VV. Ex. an, Senhores Ministros e Secretários de Estado, e o quanto por ela é profundo o meu reconhecimento.

Confunde-me, pelo que constitui de generoso incentivo, a presença de V. Ex.*, Sr. Ministro do Interior, através de quem e mais directamente se irão processar as minhas relações com o Governo; emociona-me que o Exército, que me fez homem, me acompanhe neste momento, na pessoa de V. Ex.*, Sr. Ministro da Defesa Nacional e do

Exército, curiosamente a mesma pessoa por cuja mão me iniciei — há já tão longos anos — nas lides da Administração Pública; e sensibiliza-me em extremo que o Ultramar, que tanto e tanto contribuiu para a minha formação, também quisesse aqui estar representado por V. Ex.", Sr. Ministro do Ultramar, a quem me ligam laços que uma década ao serviço de Angola e de S. Tomé e Príncipe, sob a orientação de V. Ex.", tanto estreitaram. Quis ainda V. Ex.", Sr. Governador Civil, ter para comigo palavras que embora saiba ditadas pela sua tão conhecida generosidade, nem por isso calaram menos fundo em mim, tornando-se credoras do meu reconhecido agradecimento.

Assumo a presidência da Câmara Municipal de Lisboa perfeitamente consciente das altíssimas responsabilidades que lhe são inerentes, particularmente numa altura em que o Governo da Nação se encontra tão grandemente empenhado em acelerar, o mais possível, o desenvolvimento do País.

Trata-se, na verdade, do processo que implica sempre, e em toda a parte, profundas alterações nos homens e nas estruturas, já que é todo um sistema de valores que entra em transformação e em que se tornam praticamente inevitáveis os conflitos originados na permanente contradição entre os anseios de progresso duma esmagadora maioria e o seu atávico apego aos hábitos, aos usos, aos comportamentos que tanto o entravam.

Como não podia deixar de ser, a Administração Pública ressente-se profundamente. A administração tradicional, toda ela voltada para as actividades quotidianas, permanente e estável, actuando, frequentemente, em compartimentos estanques, já que muitas das suas tarefas se não ressentem, grandemente, duma relativa autonomia entre os serviços, é por sua natureza uma administração que tende a encarar o mundo que a rodeia como um mundo já feito e não em vias de se fazer, que não está afeita, nem podia estar, à visão global dos problemas, à evolução constante que a dinâmica do processo impõe, ao trabalho de equipa que a complexidade das missões exige, à galvanização dos funcionários e administrados no sentido de obter a sua activa e indispensável participação, a desempenhar, enfim, todo o importantissimo papel que lhe cabe na liderança do desenvolvimento.

Mas acresce que o desenvolvimento determina nas grandes urbes um crescimento mais que proporcional de toda uma vasta e complexa problemática, que importa encarar e resolver em tempo oportuno, se se não quiser afectar — e gravemente — o próprio desenvolvimento global, o que agudiza mais ainda o problema nas administrações municipais.

Felizmente, no caso particular de Lisboa, a questão só agora começa a tomar particular relevância, e isso porque houve alguém que, em tempo oportuno, com larga visão, soube prever as tarefas gigantescas a que este Município viria a ser chamado e ousou estruturá-lo com tal amplidão de vistas que lhe foi possível enfrentar o crescimento da cidade ao longo das últimas três décadas, e ainda porque, a presidir aos seus destinos esteve, nos últimos anos, o homem de rara envergadura e dinamismo que é o Sr. Eng.º Santos e Castro, a quem deixo aqui consignado o preito da minha muita admiração, nele envolvendo os dignissimos vice-presidentes e a ilustre vereação que o acompanhou e ainda todos os que com ele colaboraram na obra extraordinária que em tão curto periodo de tempo realizou.

Mas é evidente que o problema de base subsiste e tende mesmo a agravar-se, como é compreensível.

Por um lado, assiste-se ao transbordar de problemas que, tradicionalmente do foro municipal, passaram a interessar áreas cada vez mais vastas; uns, a aconselharem crescente estreitamento e conjugação de esforços entre Municípios vizinhos; outros, a exigirem mesmo, ser encarados, no planeamento, a nível nacional.

Por outro lado, encarar e resolver problemas urbanos em tempo oportuno, é dizer que o sejam antes de se fazerem sentir com demasiada premência, o que em período de franco desenvolvimento, dada a rapidez com que surgem e se agudizam, pressupõe a existência de meios materiais que só o crescimento económico inerente ao próprio desenvolvimento poderá facultar mais tarde.

Finalmente, o constante avolumar dos problemas e a sua cada vez maior interligação exige concepção global, estudo, planeamento e programação em conformidade, tudo só possível — instituídos que sejam entre nós — hábitos de trabalho em equipa.

Estou certo, porém, que quanto acabo de referir já estará sendo equacionado e será objecto de oportunas providências. O homem que, no final da década dos trinta, concebeu as estruturas desta Câmara, com largueza de vistas que a babilitou à transformação da cidade dos anos quarenta na Lisboa dos nossos dias, é hoje o Chefe do Governo. Homenagem maior lhe não poderia prestar que não fosse recordar o facto, neste momento e nesta casa. E algumas providências recentes não deixam dúvidas de que, no seu espírito, começou já a delinear as estruturas sobre as quais se erguerá a grandiosa urbe que será a capital da Nação Portuguesa, no raiar do século XXI.

E não desejaria terminar sem antes saudar, e muito calorosamente o faço, toda a população de Lisboa, e com ela os seus lídimos porta-vozes, a Imprensa, a Rádio e a Televisão, assegurando-lhes a minha firme determinação em levar a cabo, sem interrupções, quanto a saída do meu ilustre antecessor lhe não permitiu concluir, prosseguindo, logo que possível, e na parte que me vier a competir, sem quebra de ritmo, que bem cara se pagaria no futuro, a construção daquilo que todos nós queremos que seja a Lisboa de amanhã.

Resta-me manifestar a todos, Senhoras e Senhores, que com a vossa presença tanto brilho e dignidade emprestaram a esta cerimónia, o meu mais profundo reconhecimento.»



DIÁRIO MUNICIPAL

DESPACHO 14/72

Tem sido preocupação crescente da Câmara Municipal de Lisboa e dos seus Serviços respeitar tanto quanto possível as zonas e os edifícios da Cidade que por motivos de ordem estética, arquitectónica, artística, histórica ou evocativa mereçam ser protegidos. Contudo, por atitude inconsciente ou deliberada dos particulares e também por falta da conveniente articulação entre os diversos Serviços Municipais. continuam a verificar-se, por vezes, indesejáveis e escusadas delapidações do património na Cidade, particular ou municipal.

No intuito de impedir ou reduzir ao mínimo a repetição de tais situações, impõe-se reformular e completar as determinações avulsas que ao longo dos anos têm sido estabelecidas nesta matéria, reunindo-as em despacho que habilite os Serviços camarários a assegurar devidamente a defesa e a inventariação dos valores arquitectónicos, artísticos, arqueológicos e paisagísticos da Cidade e suscite nos particulares o efectivo cumprimento da obrigação, que a todos cabe, de respeitar esse património.

Por outro lado, perante as alterações na fisionomia da Cidade que as exigências do progresso vão constantemente introduzindo, importa dotar a Câmara Municipal de Lisboa da documentação fotográfica que permita no futuro uma reconstituição o mais completa possível da imagem de Lisboa dos nossos dias.

Nestes termos, determino que:

1.º — Todos os processos a submeter à consideração da Ex.^{ma} Comissao Municipal de Arte e Arqueologia ou à Junta Nacional de Educação, sempre que a sua natureza o justifique, deverão ser previamente informados pela D. S. C. C. (5.ª Repartição), que os devolverá no prazo de oito dias, acompanhando o seu parecer de uma memória descritiva de carácter histórico e artístico.

2.º — Os processos referidos do número anterior compreendem nomeadamente os pedidos de demolição ou de alteração de edifícios em zonas a preservar ou cuja construção se admite ser anterior a cinquenta anos ou, tratando-se de imóveis mais recentes, quando se revistam de interesse arquitectónico ou artístico exterior ou interior ou ainda quando possuam algum significado na vida pas-

sada ou presente da Cidade.

3.º — Por cada prédio a demolir ou a remodelar exteriormente revestido de azulejos, qualquer que seja o valor aparente dos mesmos, só será concedida a respectiva licença após ficar garantida a cedência gratuita ao Município de um painel de dezasseis azulejos (4 × 4) ou, no caso de formarem desenhos ou figuras, do número de azulejos necessários para completar uma composição decorativa, sendo os azulejos enviados à D. S. C. C. (5.ª Repartição) com a indicação do local da sua procedência; quando os azulejos assumam um valor especial ou formem composição muito extensa, a C. M. L. deverá negociar a sua aquisição ou assegurar a sua recolocação em local público apropriado antes da concessão da licença requerida.

4.º — A D. S. O. e a D. S. U. deverão indicar à D. S. C. C. (5.ª Repartição) os casos de que tenham conhecimento de demolições já autorizadas ou em curso de prédios revestidos de azulejos, a qual tentará obter junto dos respectivos proprietários ou empreiteiros de demolições a cedência, gratuita ou onerosa, dos painéis nos termos referidos no número anterior.

5.º — Sempre que quaisquer edifícios cuja demolição for autorizada apresentem outros tipos de elementos decorativos que se afigurem de interesse (grades, objectos de pedra, ornatos de jardim, etc.) deverá ser dado conhecimento do facto à D. S. C. C. (5.º Repartição), que se pronunciará acerca das espécies que deverão ser adquiridas para o património municipal ou repostas na nova construção ou em local conveniente.

6.º — Nas licenças de alteração ou transformação de edifícios com valor histórico ou artístico não classificados pelo Estado não será permitido o início das obras sem que fique assegurada a conservação em Lisboa de valores patrimoniais a remover ou retirar por motivo daquelas remode-

lações.

7.º — Todos os Serviços Municipais, bem como os empreiteiros de obras, deverão dar conhecimento à D. S. C. C. (5.ª Repartição) de todos os achados de carácter arqueológico, histórico ou artístico derivados de obras, demolições ou escavações e bem assim deverão comunicar todas as deslocações ou transferências de quaisquer objectos ou vestígios municipais.

8.º — Os requerentes e os responsáveis das obras que pelas suas características e localização são susceptíveis de originar os achados referidos no número anterior deverão ser previamente advertidos pelos Serviços camarários da conveniência da execução cautelosa das obras, da necessidade da sua imediata suspensão no caso da ocorrência de qualquer achado e da obrigatorie-

dade da sua subsequente participação.

9.º — Todos os Serviços Municipais, especialmente os de fiscalização de obras, que em razão das suas funções tomem conhecimento da existência nos interiores de edifícios públicos ou particulares de elementos decorativos com interesse, sobretudo se estiverem em perigo de serem retirados ou deteriorados, mesmo que por motivo da execução de obras autorizadas pela C. M. L., deverão dar imediato conhecimento do facto à D. S. C. C. (5.ª Repartição) depois de terem ordenado a suspensão das obras, se para tal tiverem competência.

10.º — Nenhum pedido de demolição ou remodelação exterior será autorizado sem que o Município garanta a posse de dois exemplares em formato 18 × 12 de cada fotografia do alçado ou alçados principais do edifício e do conjunto compreendendo os prédios imediatamente contíguos de cada lado, devendo ficar uma coleçção de fotografias anexa ao processo da obra e a outra ser enviada, devidamente identificada, à D. S. C. C. (4.ª Repartição), com destino ao Arquivo Foto-

gráfico.

11.º — Quando se trate de edifícios de especial interesse arquitectónico, decorativo ou histórico, mas cuja demolição não seja possível ou conveniente impedir, as colecções fotográficas referidas no número anterior serão em triplicado e compreenderão todos os alçados possíveis e os aspectos e pormenores exteriores e interiores mais significativos, devendo ainda fazer-se um levantamento completo dos edifícios e enviando-se também uma colecção de fotografias e plantas à D. S. C. C. (5.º Repartição).

12.º — Além dos trâmites processuais normais, os pedidos de alterações de edifícios que envolvam a perda ou diminuição de zonas ajardinadas privadas ou a eliminação de espécies vegetais de qualidade serão submetidos a parecer da D. S. T. E. (Divisão de Arborização e Jardinagem), que devolverá o processo, devidamente informado, no prazo de oito dias.

13.º — As normas estabelecidas nos números anteriores para os edifícios não municipais aplicam-se igualmente aos edifícios municipais que a C. M. L. pretenda demolir, transformar ou bene-

ficiar.

14.º — De todos os edifícios que venham à posse do Município, que pela sua antiguidade ou pela existência exterior ou interior de elementos decorativos (nomeadamente azulejos) o justifiquem, será dado conhecimento à D. S. C. C. (5.º Repartição), que deverá proceder à inventariação ou à recolha dos valores existentes.

15.º — A D. S. U. e a E. P. U. L. ao programarem planos de urbanização de zonas que se revistam de algum interesse pela sua antiguidade, pelo valor de algumas peças arquitectónicas ou pela existência de espaços verdes, deverão previamente consultar a D. S. C. C. (5.ª Repartição) e a D. S. T. E. (Divisão de Arborização e Jardinagem) acerca dos valores patrimoniais a preservar, as quais emitirão o seu parecer, por escrito, no prazo máximo de trinta dias.

16.º — Todos os locais da Cidade que por qualquer motivo terão que sofrer alterações da sua fisionomia deverão ser previamente fotografados, observando-se quanto à recolha de documentação fotográfica o estabelecido nos números 10.º e 11.º

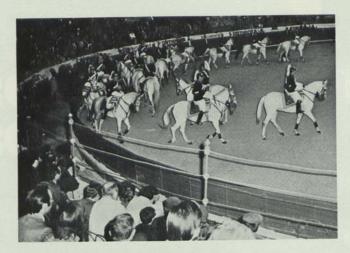
17.º — Mantêm-se em vigor todas as disposições e normas sobre estas matérias que não contrariem o disposto no presente despacho.

Paços do Concelho, 14 de Outubro de 1972.

Fernando de Santos e Castro

ACONTECIMENTOS CITADINOS







O «CARROCEL» DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA EXIBE-SE NO FESTIVAL EQUESTRE MUSICAL REALI-ZADO NA PRAÇA DO CAMPO PEQUENO, INTEGRADO NAS FESTAS DA CIDADE

CERIMÓNIA DA POSSE DO ENG.º ANTÓNIO DA CRUZ CA-VACO NO CARGO DE CHEFE DA REPARTIÇÃO DE CONS-TRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO DE ARRUAMENTOS DA C.M. L.

O PRESIDENTE DO MUNICI-PIO DISCURSA NOS PAÇOS DO CONCELHO PERANTE AS FOR-ÇAS VIVAS DA CIDADE QUE FORAM MANIFESTAR O SEU APOIO A POLITICA ULTRAMA-RINA DO GOVERNO





OS PRESIDENTE, VICE-PRESIDENTES E VE-READORES DA C. M. L. AGRADECEM, EM NOME DA CAPITAL DO PAÍS, AO SENHOR AL-MIRANTE AMERICO THOMAZ TER NOVA-MENTE ACEITE A SUA CANDIDATURA A PRE-SIDENCIA DA REPÚBLICA



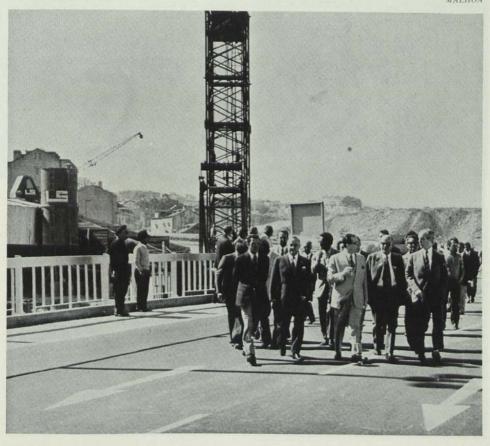


DOIS ASPECTOS DO FESTIVAL DO BATALHÃO DE SAPADORES BOMBEIROS COMEMORATIVO DO 42.º ANI-VERSARIO DA CORPORAÇÃO E DO DUPLO CENTENÁRIO DA CRIÁÇÃO DO SERVIÇO DE INCENDIOS DE LISBOA, COM A ASSISTENCIA DO SR. MINISTRO DO INTERIOR



NO CASTELO DE S. JOR-GE. CONCERTO PELA ORQUESTRA FILARMO-NICA DE LISBOA PRO-MOVIDO PELA C. M. L.

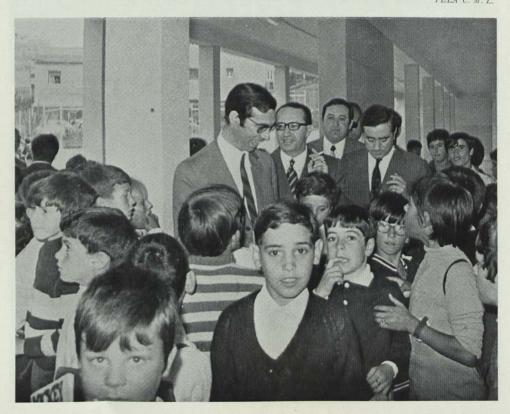
INAUGURAÇÃO DOS VIADUTOS SOBRE AS AVENIDAS CALOUSTE GULBENKIAN E COLUM-BANO BORDALO PI-NHEIRO E DA AVENIDA MALHOA





HOMENAGEADO PELA CRUZ VERMELHA PORTUGUESA, O ENG.º SANTOS E CASTRO RECEBE AS INSIGNIAS DA CRUZ VERMELHA DE BE-NEMERENCIA

NA PRESENÇA DOS SRS. SE-CRETÁRIO DE ESTADO DA INSTRUÇÃO E CULTURA E PRESIDENTE DO MUNICI-PIO, SÃO INAUGURADAS MAIS TRÊS ESCOLAS PRI-MARIAS OFICIAIS CONS-TRUÍDAS E EQUIPADAS PELA C. M. L.







DOIS ASPECTOS DA INAUGURAÇÃO DA NOVA TEMPORADA DO TEATRO MUNICIPAL DE S. LUIZ, COM A ASSIS-TENCIA DO CHEFE DO ESTADO, QUE VISITOU A EXPOSIÇÃO CAMONIANA ALI REALIZADA PELA C. M.L.



O ENG.º FERNANDO DE SANTOS E CASTRO ENTREGA AO DOU-TOR JOSÉ DE AZEREDO PER-DIGÃO A MEDALHA DE OURO DA CIDADE COM QUE O MUNICIPIO GALARDOOU A FUNDAÇÃO CA-LOUSTE GULBENKIAN

AS SOCIEDADES DE CUL-TURA E RECREIO DA CIDADE PRESTAM HOME-NAGEM AO ENG. SANTOS E CASTRO NA OCASIÃO DA SUA SAIDA DA PRESI-DENCIA DA C. M. L.





DESIGNADO PELA
C. M. L. ADMINISTRADOR DO METROPOLITANO DE LISBOA E
ELEITO PRESIDENTE
DO SEU CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO, O
DR. ANTÓNIO DOS
SANTOS LABIZA PRESIDE A UMA REUNIÃO
DO NOVO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO
DA EMPRESA CONCESSIONARIA DOS TRANSPORTES SUBTERRANEOS DA CIDADE

COM A PRESENÇA DA SR.* SUBSECRETARIA DE ESTADO DA SADDE E ASSISTENCIA E DO VICE-PRESIDENTE DA C. M. L. ENG.* D. SEGISMUNDO DE SALDANHA, È DESCERRADA NO CASTELO DE S. JORGE A LAPIDE QUE O MUNICIPIO MANDOU COLOCAR EM COMEMORAÇÃO DA FUNDAÇÃO, NAQUELE LOCAL, DA CASA PIA DE LISBOA

O VICE-PRESIDENTE DO MU-NICIPIO DR. MARIO FERRAZ DE OLIVEIRA PRESIDE NO PA-LÁCIO GALVEIAS AO ACTO DE ENTREGA PELA C. M. L. DE VINTE BIBLIOTECAS A INSTI-TUÇÕES CULTURAIS, RECREA-TIVAS E ASSISTENCIAIS DA CIDADE







O «MAYOR» DA CI-DADE DE DERBY É RECEBIDO NOS PAÇOS DO CONCELHO PELO PRESIDENTE DO MU-NICIPIO DE LISBOA





INAUGURAÇÃO PELO CORONEL ANTÓNIO JOR-GE DA SILVA SEBASTIÃO DAS ILUMINAÇÕES DE NATAL NAS PRINCIPAIS ARTÉRIAS DE LISBOA



COM A ASSISTÈNCIA DE MEMBROS DO GOVERNO E DO PRESIDENTE DA C. M. L. O SENHOR PATRIARCA DE LISBOA PROCEDE A BÊNÇÃO DA NOVA IGREJA PARO-QUIAL DE S. JORGE DE ARROIOS



O EMBAIXADOR DOS ESTADOS UNIDOS DA AMERICA OFERECE A CIDADE DE LISBOA UM CISNE «APOLO»



NO COLISEU DOS RECREIOS, FESTA DE NATAL DEDICADA AOS FILHOS DOS FUNCIONA-RIOS DA C. M. L., A QUE ASSISTEM OS PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTES DO MUNICIPIO

O CORONEL SILVA SEBASTIÃO RE-CEBE CUMPRIMENTOS DE FIM DE ANO DO FUNCIONALISMO MUNICIPAL





ÍNDICE GERAL DA «REVISTA MUNICIPAL»

(DO N.º 132 AO 135)

ANO DE 1972

Designação	Números	Páginas
A		
Acontecimentos citadinos	132/133	96
	134/135	115
Ao serviço da Cidade — A Vereação eleita para o mandato de 1972-75	132/133	72
C		
Cerimónia (A) de investidura do Dr. Mário Ferraz de Oliveira no cargo de Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa	132/133	92
Continuar a construção da Lisboa do futuro — fórmula apontada pelo novo Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, coronel Silva Sebastião	134/135	107
D		
Deixou a Presidência do Município de Lisboa o Eng.º Fernando de Santos e Castro	134/135	104
Despacho 14/72	134/135	113
Dr. Henrique Martins Gomes	134/135	95
E		
E tu, nobre Lisboa	134/135	29
Empresa (A) Pública de Urbanização de Lisboa	132/133	90
F		
Festa de S. Vicente, Padroeiro do Patriarcado e da Cidade de Lisboa	132/133	75
Fundamentos dum Museu de Lisboa — II	132/133	7

Designação	Números	Páginas
1		
Imperador (0) do Brasil em Lisboa (1871-1872)	134/135	65
Inauguração em Lisboa do monumento a Santo António	134/135	97
L		
Legislação dos reinados de D. José e D. Maria I relacionada com a cidade	-	
de Lisboa	132/133 134/135	29 54
Lisboa e o seu Município nas comemorações camonianas	134/135	15
M		
Medalhística olisiponense	132/133	65
Merecida distinção — O Município entregou ao Presidente do Conselho a Me-	100/100	
dalha de Ouro da Cidade	132/133	66
inaugurado em Belém pelo Chefe do Estado	132/133	78
N		
Nocturno da Baixa	132/133	53
Notícia sobre o capitão-mor Pedro Teixeira, conquistador do rio Amazonas,	100/100	54
e as analogias, no tempo e no espaço, com a Transamazónia Noticiário arqueológico e artístico	132/133	92
P		
Política de solos na urbanização portuguesa, O caso de Lisboa	134/135	31
Portas duplas e fechaduras especiais para a defesa contra os ladrões	132/133	63
V		
Visita de cortesia a Lisboa — O Lorde Provost de Edimburgo teve recepção afectuosa nos Paços do Concelho	132/133	87
T		
Tomada (A) de Lisboa em «Os Lusíadas» — O problema das fontes	134/135	7

ÍNDICE DOS COLABORADORES

Designação	Números	Página
В		
Buraca — Carlos Leitão Política de solos na urbanização portuguesa. O caso de Lisboa	134/135	31
C		
Camões — Luís de E tu, nobre Lisboa	134/135	29
Castelo-Branco — Fernando Portas duplas e fechaduras especiais para a defesa contra os ladrões	132/133	63
A tomada de Lisboa em «Os Lusíadas» — O problema das fontes	134/135	7
Couto — Ribeiro Nocturno da Baixa	132/133	53
F		
Ferreira — Manuel dos Santos Política de solos na urbanização portuguesa. O caso de Lisboa	134/135	31
G		
Graça — Mário Quartin O Imperador do Brasil em Lisboa (1871-1872)	134/135	65
M		
Moita — Irisalya		
Fundamentos dum Museu de Lisboa — II	132/133	7
Lisboa e o seu Município nas comemorações camonianas	134/135	15
Noticiário arqueológico e artístico	134/135	92
P		
Pinheiro — J. E. Moreirinhas Legislação dos reinados de D. José e D. Maria I relacionada com a Cidade de		
Lisboa	132/133	29 54
T		
Tocatins — Leandro		
Notícia sobre o Capitão-Mor Pedro Teixeira, Conquistador do Rio Amazonas, e as Analogias, no tempo e no espaço, com a Transamazónica	132/133	54

ÍNDICE DAS GRAVURAS

Designação	Números	Página
A		
ontecimentos citadinos		
Inauguração no Palácio da Rosa da III Exposição do Centro Nacional Juvenil		
de Arqueologia, com a presença dos Srs. Subsecretário de Estado da		
Juventude e Desportos e Presidente da C. M. L.	132/133	97
O Presidente da C. M. L. assiste à inauguração de cinco salas para actividades		1
recreativas e culturais no Bairro de Musgueira-Norte	132/133	9
Inauguração da placa toponímica que atribui o nome do tencoronel Ribeiro dos	132/133	9
Reis a uma artéria de Lisboa	132/133	9
Na passagem do 2.º aniversário da posse do Eng.º Fernando de Santos e Castro		
como Presidente do Município, o Dr. Manuel dos Santos Ferreira, director		
dos Serviços de Finanças, apresenta cumprimentos em nome do funciona-		
lismo municipal	132/133	9
das ao prolongamento das avenidas 28 de Maio e António Augusto de		
Aguiar	132/133	10
O Dr. Mário Quartin Graça assume as funções de chefe da Repatição de Biblio-	2274.75	
tecas, Museus e Arquivos da C. M. L.	132/133	10
O Eng.º Santos e Castro inaugura a passagem subterrânea para peões em Al-	100/100	200
cântara O Senhor Presidente do Conselho assiste no Teatro Municipal de S. Luiz a um	132/133	10
concerto pela pianista Maria João Pires	132/133	- 10
Dois aspectos da representação da C. M. L. no 6.º Salão de Antiguidades, reali-		
zado na F. I. L.	132/133	10
Acto de posse dos director de Serviços de Urbanização desempenhando funções de director do Serviço de Obras, Eng.º Eduardo Melo de Oliveira, chefe		
da Divisão de Arruamentos e Esgotos, Eng.º Artur de Moura Viegas,		
e chefe da Repartição de Edificações Urbanas (zona oriental), Arq.º Higino		
de Sousa	132/133	10
Conferencia da escritora Agustina Bessa-Luís sobre «A Sabedoria de Santo An-		
tónio», nos Paços do Concelho	132/133	10
O Presidente do Município inaugura os arraiais dos bairros populares de Lisboa	132/133	10
visitando o trono de Santo António em Alfama	132/133	10
A Comissão Executiva das Comemorações do 4.º centenário da publicação de	,	
«Os Lusíadas» e a Câmara Municipal de Lisboa prestam homenagem		
a Luís de Camões junto do monumento ao Poeta	132/133	10
Celebração na Igreja de Santo António de um «Te Deum» em louvor do grande	100/100	
Santo lisboeta	132/133	10
folclórico integrado nas Festas da Cidade	132/133	10
Nos jardins do Palácio Galveias a companhia teatral da Casa da Comédia repre-	100000000000000000000000000000000000000	
senta a peça de António da Silva (o Judeu) «A Vida de D. Quixote		
de La Mancha	132/133	10
O Presidente da C. M. L. saúda nos Paços do Concelho as concorrentes ao título		

Designação	Números	Páginas
O Chefe do Estado preside no salão nobre dos Paços do Concelho a uma sessão solene integrada nas comemorações do 4.º centenário da publicação de		
«Os Lusiadas», sendo orador o Prof. Doutor Vítor de Aguiar e Silva O «Carrocel» da Guarda Nacional Republicana exibe-se no festival equestre mu-	132/133	108
sical realizado na Praça do Campo Pequeno, integrado nas festas da Cidade Cerimónia da posse do Eng.º António da Cruz Cavaco no cargo de chefe da Re-	134/135	116
partição de Construção e Reconstrução de Arruamentos da C. M. L O Presidente do Município discursa nos Paços do Concelho perante as forças vivas da Cidade que foram manifestar o seu apoio à política ultramarina do	134/135	116
Governo Os Presidente, Vice-Presidentes e Vereadores da C. M. L. agradecem, em nome da capital do País, ao Senhor Almirante Américo Thomaz ter novamente	134/135	116
aceite a sua candidatura à Presidência da República Dois aspectos do festival do Batalhão de Sapadores Bombeiros comemorativo do 42.º Aniversário da Corporação e do duplo centenário da criação do Ser-	134/135	117
viço de Incêndios de Lisboa, com a assistência do Sr. Ministro do Interior	134/135	118
No Castelo de S. Jorge, concerto pela Orquestra Filarmónica de Lisboa promovido pela C. M. L. Inauguração dos viadutos sobre as avenidas Calouste Gulbenkian e Columbano	134/135	119
Bordalo Pinheiro e da Avenida Malhoa Homenageado pela Cruz Vermelha Portuguesa, o Eng.º Santos e Castro recebe	134/135	119
as insignias da Cruz Vermelha de Benemerência. Na presença dos Srs. Secretário de Estado da Instrução e Cultura e Presidente do Município, são inauguradas mais três escolas primárias oficiais cons-	134/135	120
truídas e equipadas pela C. M. L. Dois aspectos da inauguração da nova temporada do Teatro Municipal de S. Luiz.	134/135	120
com a assistência do Chefe do Estado, que visitou a exposição camoniana ali realizada pela C. M. L. O Eng.º Fernando de Santos e Castro entrega ao Doutor José de Azeredo Perdi-	134/135	121
gão a Medalha de Ouro da Cidade, com que o Município galardou a Fun- dação Calouste Gulbenkian	134/135	122
As Sociedades de Cultura e Recreio da Cidade prestam homenagem ao Eng.º Santos e Castro na ocasião da sua saída da presidência da C. M. L	134/135	122
Labiza preside a uma reunião do novo Conselho de Administração da Em- presa Concessionária dos Transportes Subterrâneos da Cidade	134/135	122
rada no Castelo de S. Jorge a lápide que o Município mandou colocar em comemoração da fundação, maquele local, da Casa Pia de Lisboa O Vice-Presidente do Município Dr. Mário Ferraz de Oliveira preside no Palácio	134/135	123
Galveias ao acto de entrega pela C. M. L. de vinte bibliotecas a institui- ções culturais, recreativas e assistenciais da cidade	134/135	123
O «Mayor» da cidade de Derby é recebido nos Paços do Concelho pelo Presidente do Município de Lisboa.	134/135	123
Inauguração pelo coronel António Jorge da Silva Sebastião das iluminações de Natal nas principais artérias de Lisboa	134/135	124
nhor Patriarca de Lisboa procede à bênção da nova Igreja Paroquial de S. Jorge de Arroios	134/135	125
O embaixador dos Estados Unidos da América oferece à cidade de Lisboa um cisne «Apolo»	134/135	125
No Coliseu dos Recreios, festa de Natal dedicada aos filhos dos funcionários da C. M. L., a que assistem os Presidente e Vice-Presidentes do Município O coronel Silva Sebastião recebe cumprimentos de fim de ano do funcionalismo	134/135	126
municipal	134/135	126
to de posse do Dr. Henrique Martins Gomes como director dos Serviços Centrais e Culturais da C. M. L.	134/135	96
ueduto (O) das Águas Livres, obra do reinado de D. João V	132/133	20
senal (O) da Marinha em 1866	134/135	64

Designação	Números	Página
Ataque (O) dos Cruzados e dos portugalenses às muralhas de Lisboa em 1147	134/135	11
Auto da cerimónia da colocação da primeira pedra do monumento a Luís de Camões em 28 de Junho de 1862	134/135	17
Auto da Proclamação da República Portuguesa em 5 de Outubro de 1910	132/133	28
C		
Caixa de pesos com a marca de Lisboa. Séc. XVI	132/133	13
Câmara Municipal de Lisboa (A) prepara o Largo de Camões para a ceri- mónia de colocação da primeira pedra do monumento a Luís de Camões	134/135	16
Camilo Castelo Branco	134/135	88
Camões agradece ao Município o apoio dado às festas do centenário	134/135	23
Carro (O) alegórico representando As Artes que tomou parte no Cortejo		
Cívico de 1880	134/135	24
Casa (A) da ópera arruinada pelo terramoto de 1755	132/133	21
Casa do Noviciado da Companhia de Jesus, onde foi instalado o Colégio dos Nobres	132/133	48
Catálogo da Exposição Camoniana realizada nos Paços do Concelho de 9 a 12 de Julho de 1934	132/133	26
Cerimónia do juramento de D. João IV em 15 de Outubro de 1640	132/133	17
Cofre (O) de prata que foi lançado nas fundações do monumento a Camões	132/133	18
Colégio (O) de Santo Antão onde foi instalado o Hospital de S. José	134/135	57
Comissão (A) Executiva da Imprensa promotora das Festas do Tricentená- rio da morte de Luís de Camões em 8, 9 e 10 de Junho de 1880	134/135	20
Conquista (A) de Lisboa aos Mouros em 1147	134/135	9
Ε		
Eça de Queiroz	134/135	88
El-Rei D. Fernando II	134/135	70
El-Rei D. José I	132/133	32
El-Rei D. Luís I	134/135	69
Engº (O) Santos e Castro procedeu à imposição de medalhas de assiduidade e bons serviços a diversas pessoas e instituições durante a cerimónia	104/105	105
em que se despediu do funcionalismo municipal	134/135 134/135	94
F		
	132/133	20
Feira (A) da Ladra na Praca da Alegria		76
	132/133	
Feira (A) da Ladra na Praça da Alegria Festa (A) de S. Vicente, padroeiro do Patriarcado e da Cidade de Lisboa Festas no Terreiro do Paço quando da partida de D. Catarina de Bragança para Inglaterra	132/133	19
Festa (A) de S. Vicente, padroeiro do Patriarcado e da Cidade de Lisboa Festas no Terreiro do Paço quando da partida de D. Catarina de Bragança para Inglaterra	132/133	19
Festa (A) de S. Vicente, padroeiro do Patriarcado e da Cidade de Lisboa Festas no Terreiro do Paço quando da partida de D. Catarina de Bragança	ACTION TO SECURE	9:

Designação	Números	Páginas	
Н			
Hotel (O) de Bragança	134/135	67	
Igreja (A) de S. Domingos de Benfica e o Palácio e Quinta da Infanta D. Isa-			
bel Maria	134/135	72	
Imperador (O) do Brasil, D. Pedro II (extratexto)	134/135	64/6	
Imperador (0) do Brasil, D. Pedro II	134/135	85	
Imperatriz (A) do Brasil, D. Teresa Cristina	134/135	65	
Inauguração do monumento a Luís de Camões em 9 de Outubro de 1867 (extratexto)	134/135	18/1	
Inauguração do monumento evocativo da primeira travessia aérea do Atlân- tico-Sul	132/133	79	
Inauguração em Lisboa do monumento a Santo António	134/135	97/1	
Investidura do Dr. Mário Ferraz de Oliveira no cargo de Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa	132/133	93/9	
Calleta Manapa de Disora			
Júlio César Machado	134/135	80	
Junot passando revista às tropas no Rossio	132/133	25	
L			
Largo e Igreja de S. Roque	132/133	47	
Lorde Provost de Edimburgo visita Lisboa	132/133	87/8	
Luís de Camões	134/135	7	
M			
Maria (D.) I	134/135	54	
Medalha comemorativa da inauguração do monumento a Luís de Camões	134/135	19	
Medalha comemorativa da inauguração do monumento a Santo António	134/135	97	
Medalha comemorativa da inauguração do monumento à travessia aérea do	10000		
Atlântico Sul	132/133	83	
Medalha comemorativa da inauguração do Teatro Municipal de S. Luiz	132/133	65	
Medalha comemorativa do tricentenário da morte de Luís de Camões	134/135	22	
Medalha comemorativa do 4.º centenário da publicação de «Os Lusíadas»	134/135	28	
Medalhas comemorativas de fastos olisiponenses	132/133	24	
Hodelo letto por Machado de Castro para o meanino do mangana	132/133	51	
que figura na estátua equestre	132/133	10	
que figura na estátua equestre Mosteiro (O) dos Jerónimos	-35/1-100		
que figura na estátua equestre	335/1300		
que figura na estátua equestre	134/135	79	

Designação	Páginas	Números
Palácio (O) do Infante D. Pedro, no Corpo Santo	132/133	18
Panorâmica de Lisboa no séc. XVI	132/133	11
Passeio Público (0)	134/135	68
Pavilhão (0) levantado no Terreiro do Paço onde foi assinado o auto do Cor- tejo Cívico de 1880	134/135	21
Peças de faiança da Fábrica do Rato	132/133	22
Pedra com lavores proveniente da Igreja do Hospital Real de Todos-os-Santos	134/135	92
Pintura seiscentista representando a tomada de Lisboa aos Mouros por D. Afonso Henriques	134/135	8
Pormenor do painel de azulejos da portaria do Mosteiro de S. Vicente de Fora		
representando a tomada de Lisboa em 1147	134/135	13
Portas duplas para defesa contra os ladrões	132/133	64
Posse dos corpos gerentes da Empresa Pública de Urbanização de Lisboa	132/133	91
Posse do novo Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, coronel Silva Sebastião	134/135	107/112
Praça (A) da Figueira	134/135	75
Presidente (O) do Conselho recebe a Medalha de Ouro da Cidade	132/133	66/71
Programa das cerimónias comemorativas do IV centenário do nascimento de Luís de Camões	134/135	25
Programa das Festas da Cidade de 1934	134/135	26
Programa das Festas da Cidade de 1935	134/135	27
Projecto do chafariz monumental a erigir em honra de D. João V	132/133	21
Q		
Quadro de azulejos, policromos, com motivos de influência exótica, dum inte- rior lisboeta	132/133	19
R		
Rainha (A) D. Maria Pia	134/135	74
Ramalho Ortigão	134/135	82
Rossio (0)	134/135	73
ROSSIO (U)	104/100	
I		
Terramoto (0) de Lisboa	132/133	34
Terreiro (0) do Paço	132/133	23
Trecho (Um) do Passeio Público, vendo-se, em primeiro plano, D. Fernando II	132/133	27
V		
	1	
Vereação (A) eleita para o mandato de 1972-75 (extratexto)	132/133	74/75
Vista da praia de Santos	134/135	94
Vista do sítio e do mosteiro da Esperança	134/135	60
Vista panorâmica da cidade de Lisboa	132/133	16

EDIÇÕES MUNICIPAIS

ARREDORES DE LISBOA ESTHER DE LEMOS e MAIA ATHAYDE ASPECTOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE LISBOA NO SECULO XV MARIA TERESA CAMPOS RODRIGUES CARMO E A TRINDADE (3 VOLS.) GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA O CHIADO PITORESCO E ELEGANTE MÁRIO COSTA CONQUISTA DE LISBOA AOS MOUROS (1147) DISPERSOS (3 VOLS.) AUGUSTO VIEIRA DA SILVA ESTUFA FRIA JEAN CHABLOZ A EVOLUÇÃO DE UMA CIDADE, LISBOA A. CELESTINO DA COSTA GRADES DE LISBOA JAIME LOPES DIAS JARDINS DE LISBOA NATÉRCIA FREIRE LISBOA ANTIGA - O BAIRRO ALTO (5 VOLS.) JÚLIO DE CASTILHO LISBOA ANTIGA - BAIRROS ORIENTAIS (12 VOLS.) JÚLIO DE CASTILHO LISBOA DE LES A LES (5 VOLS.) LUÍS PASTOR DE MACEDO LISBOA DOS NOSSOS AVOS JÚLIO DANTAS LISBOA NAS AURAS DO POVO E DA HISTÓRIA (4 VOLS.) LUÍS CHAVES LISBOA NUM CRAVO DE PAPEL AZINHAL ABELHO LISBOA - OITO SECULOS DE HISTÓRIA OBRA EM COLABORAÇÃO, DIRIGIDA POR GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA LISBOA SEISCENTISTA FERNANDO CASTELO-BRANCO O LIVRO DOS IRMÃOS DA CONFRARIA DO BEM-AVENTURADO SANTO AMARO A. MEYRELLES DO SOUTO MIRADOUROS DE LISBOA JOÃO PINA VIDAL MONUMENTOS DE LISBOA MAIA ATHAYDE

> NOVOS ELEMENTOS PARA O ESTUDO DA ORIGEM DO NOME LISBOA

> > JANINE QUINTIN E JOÃO PINA VIDAL A RIBEIRA DE LISBOA (5 VOLS.)

VASCO DA GAMA E A SUA VIAGEM

JOSÉ PEDRO MACHADO E VIRIATO CAMPOS

PARQUE MUNICIPAL DE TURISMO E CAMPISMO

ARLINDO DE SOUSA
PÁGINAS OLISIPONENSES

JÚLIO DE CASTILHO

DE DESCOBRIMENTOS

DAVID LOPES

PREÇARIO DA REVISTA:

Preço avulso .				+	154						345	12\$50
Números duplos	(0)			38		0.011		0	 130	13	13	20\$00
Assinatura (por	cada	sér	ie de	4	núi	ner	os)		4		-	40\$00

DEPOSITARIO GERAL:

Grupo «Amigos de Lisboa» — Largo Trindade Coelho, n.º 9, 1.º Telefone 32 57 11

CORRESPONDÊNCIA:

6.º Repartição — Informação, Espectáculos e Turismo da Câmara Municipal de Lisboa — Praça do Município — Telefone 36 29 51

